

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO ACADÊMICO**

**LIANA AMARO AUGUSTO DE CARVALHO**

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA  
ABSOLUTA E RELATIVA NO BRASIL**

**JOÃO PESSOA**

**2014**

**LIANA AMARO AUGUSTO DE CARVALHO**

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA  
ABSOLUTA E RELATIVA NO BRASIL**

**Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Políticas Sociais com linha de pesquisa sobre Estado, Direitos sociais e Políticas sociais.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa Gomes**

**JOÃO PESSOA**

**2014**

C331i *Carvalho, Liana Amaro Augusto de.*

*Os impactos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza absoluta e relativa no Brasil / Liana Amaro Augusto de Carvalho.-- João Pessoa, 2014.*

165f.

*Orientadora: Cláudia Maria Costa Gomes*

*Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA*

*1. Serviço social. 2. Pobreza - questão social. 3. Programa Bolsa Família - avaliação - impactos. 4. Função social.*

**LIANA AMARO AUGUSTO DE CARVALHO**

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA  
ABSOLUTA E RELATIVA NO BRASIL**

Dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba, como exigência do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e requisito para a obtenção do título de Mestre na área de Políticas Sociais com linha de pesquisa sobre Estado, Direitos sociais e Políticas sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa Gomes.

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Costa Gomes**

(Orientadora)

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Marcelo Sitcovsky Santos Pereira**

(Avaliador Interno)

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Henrique André Ramos Wellen**

(Avaliador Externo)

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha família. Especialmente aos meus pais, Carlos e Graça, pelo amor e dedicação. Ao meu irmão, Carlinhos, pelo ombro fraterno presente em todas as horas. Aos meus avós paternos, Carlito (*in memoriam*) e Lia, pelo apoio de sempre. Aos meus avós maternos, João e Maria, pelo incentivo. Também a minha família extensa, aqueles que me acompanharam e contribuíram para esta realização.

A minha amiga e mestre, Cláudia Gomes, quem muito admiro e respeito. Agradeço pelo incansável acompanhamento em toda a minha trajetória acadêmica, pela confiança depositada, pelos ensinamentos disciplinares e rígidos em alguns momentos. Também, pela atenção e compreensão em todo o tempo. Sem dúvida, esta foi uma contribuição decisiva para o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional, e representa uma dívida impagável! Muito obrigada!

As minhas companheiras de pesquisa no GPT, Jéssica Mélo, Emanuelle Galdino, Conceição Cruz e Fabiana Alcântara. Tenho certeza que esta trajetória não teria sido tão produtiva, valiosa e divertida sem a presença de vocês.

A minha amiga, Ana Virgínia, pelo incentivo e compreensão sempre presentes. Agradeço pelos ouvidos atentos e pelas palavras certas em momentos difíceis, também pela disponibilidade constante em oferecer ajuda.

Aos meus companheiros de turma, com os quais partilhei tantos momentos bons e inesquecíveis, obrigada pelo carinho.

A CAPES pelo financiamento através de concessão de bolsa nos vinte e quatro primeiros meses de pesquisa.

Ademais, a todos aqueles que torceram pelo meu sucesso e se alegram por esta conquista.

## RESUMO

A dissertação desenvolve a discussão entre “questão social”, pobreza e transferência de renda, com o objetivo de avaliar os impactos do programa Bolsa Família sobre o pauperismo absoluto e relativo no Brasil. Especificamente, os objetivos giram em torno do debate histórico e teórico do pauperismo no modo de produção capitalista; a análise da relação entre trabalho e “questão social” na reprodução da força de trabalho no Brasil a partir dos aspectos da sua formação econômico social; e, por último, a compreensão da relação entre a pobreza e o Bolsa Família com vistas a identificar os impactos do programa sobre o pauperismo absoluto e relativo. A hipótese sustentada é de que, pelo perfil dos beneficiários, a pobreza absoluta tem sido impactada, o que não é verdade sobre os processos de empobrecimento relativo, que continuam a se reproduzir. No entanto, ainda que este impacto seja percebido, os níveis de um empobrecimento absoluto pelas configurações assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, as condições objetivas de dependência na qual os países periféricos estão inseridos, ou até mesmo a situação contemporânea de crise, são fatores que nos permitem afirmar que não é possível deter a reprodução de pobreza no país. Talvez, ao contrário do que seja apregoado, este programa se apresente como uma tentativa de impactar a tendência objetiva do capital de retorno a pauperização absoluta na contemporaneidade. Nesse sentido, a problemática da pesquisa envolve a discussão sobre o pauperismo absoluto e relativo no capitalismo contemporâneo voltando-se para a questão do enfrentamento a pobreza no Brasil e partir do governo Lula. Tendo em vista a problemática posta, algumas questões surgem: Quais são os impactos do Programa Bolsa Família sobre a verdadeira diminuição da pobreza, na sua face absoluta e relativa? Há reais possibilidades de impactar esta realidade, ou a pobreza teria sido reforçada pelas medidas tomadas sobre a pobreza absoluta e não percebidas na pobreza relativa? Dito de outra forma: Estaria o Bolsa Família fomentando o ciclo de reprodução da pobreza no Brasil? Essas são algumas das questões que perpassam esta pesquisa. Para a realização da investigação foi feita uma pesquisa do tipo qualitativa, através da verificação bibliográfica e documental, com a utilização de dados secundários disponíveis em meio eletrônico. Considerando a função social do programa ligada a reprodução da força de trabalho no país, pode-se dizer que o Programa Bolsa Família constitui-se como uma ação minimalista em face da pobreza e da desigualdade social maximizadas, funcionando como um paliativo. Obviamente, o capital opera a tentativa de obscurecer a realidade contraditória que está posta, justificando os pobres pelos próprios pobres, e nunca os correlacionando com o montante de riqueza produzido. A trajetória descrita pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista chegou a sua fase mais recente combinando altos níveis de exploração do trabalho com a maximização das seqüelas da “questão social”, inclusive a pobreza. Sem dúvida, este é um movimento que conduz ao aprofundamento da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e as conseqüências disso recaem diretamente sobre a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Questão Social. Pobreza. Bolsa Família.

## ABSTRACT

The paper develops the argument between "social question", poverty and income transfer, with the objective of evaluating the impact of the Bolsa Familia program on the absolute and relative pauperism in Brazil. Specifically, the objectives revolve around the historical and theoretical discussion of pauperism in the capitalist mode of production; analysis of the relationship between work and "social question" in the reproduction of labor power in Brazil from the aspects of their social-economic formation; and finally, understanding the relationship between poverty and Bolsa Familia in order to identify the impacts of the program on the absolute and relative pauperism. The hypothesis is that, by the profile of beneficiaries, absolute poverty has been impacted, what is not true about the processes of relative impoverishment, which continue to reproduce. However, although this impact is perceived levels of absolute impoverishment of the configurations assumed by the contemporary work, the objective conditions of dependency in which the peripheral countries are entered, or even the contemporary crisis are factors in allow us to say that you can not stop the reproduction of poverty in the country. Perhaps, contrary to what is preached, this program presents itself as an attempt to impact the objective tendency of capital return to absolute impoverishment in contemporary times. In this sense, the issue of research involves the discussion of absolute and relative pauperism in contemporary capitalism turning to face the question of poverty in Brazil and from the Lula government. Given the problematic set, some questions arise: What are the impacts of the Bolsa Família Program on the true poverty alleviation, in its absolute and relative face? There are real possibilities to impact this reality, or poverty would have been strengthened by measures taken on absolute poverty and relative poverty in unnoticed? Put another way: Was the Bolsa Família encouraging the breeding cycle of poverty in Brazil? These are some of the issues that underlie this research. To carry out the research with a qualitative study, through the use of bibliographic and documentary research, using secondary data available in electronic media was performed. Considering the social function of bound reproduction of the labor force in the country program, one can say that the Bolsa Família Program was established as a minimalist action in the face of poverty and social inequality maximized, functioning as a palliative. Obviously, capital operates an attempt to obscure the contradictory reality that is called, justifying the poor by the poor themselves, and never correlated with the amount of wealth produced. The trajectory described by the development of the capitalist mode of production reached its most recent phase combining high levels of exploitation of labor by maximizing the sequels of "social issue," including poverty. No doubt this is a move that leads to the deepening of private appropriation of socially produced wealth, and the consequences fall directly on the working class.

**Keywords:** Social Issues. Poverty. Bolsa Família.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....</b>	<b>11</b>
1.1. Modo de produção capitalista: a exploração do trabalho e a acumulação de riqueza.....	11
1.2. A lei geral da acumulação capitalista: caminho para a compreensão do pauperismo em Marx.....	32
1.3. O debate contemporâneo sobre a pauperização absoluta e relativa.....	41
<b>2. TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E REPRODUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.....</b>	<b>60</b>
2.1. A relação orgânica entre “questão social” e pobreza.....	61
2.2. Aspectos da formação econômico-social brasileira.....	70
2.3. Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo.....	86
<b>3. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....</b>	<b>108</b>
3.1. A política social e os mecanismos de reprodução da força de trabalho..	109
3.1.1. A política social no governo Lula.....	122
3.2. Transferência de renda e o protagonismo do Bolsa Família no governo Lula.....	132
3.3. Os impactos do Bolsa Família sobre a pobreza absoluta e relativa no Brasil.....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>158</b>

## INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada, sob o título *Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Pobreza Absoluta e Relativa no Brasil*, surge como desdobramento das pesquisas iniciadas ainda por ocasião do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2010, vinculada aos estudos do Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho (GPT) com projeto intitulado *Programas de Transferência de Renda: impacto na desestruturação dos direitos do trabalho*; e desenvolvidas em estudo posterior, voltado para a realização do trabalho de conclusão de curso, no ano de 2011, sob o título *Os limites do Programa Bolsa Família no combate a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil*.

Esse trabalho desenvolve uma discussão entre “questão social”, pobreza e transferência de renda, com a atenção voltada para as configurações assumidas pelo Programa Bolsa Família no Brasil. O objetivo é estabelecer uma análise crítica acerca da função de destaque que este programa assumiu no combate a pobreza, enquanto complementação do quadro de desmonte que a seguridade social apresenta contemporaneamente, e os seus impactos sobre a pauperização absoluta e relativa no país.

Para se chegar a esta discussão, partimos do pressuposto de que a “questão social” admite, enquanto categoria de análise, interpretações que podem ser tomadas tanto de um nível universal como particular. Desta forma, justifica-se, portanto, a opção teórica em tomar a pobreza como a face que pretendemos investigar, tendo em vista que esta é a expressão na qual os programas como o Bolsa Família pretendem intervir.

Nesse sentido, a problemática que envolve a discussão sobre o pauperismo absoluto e relativo no capitalismo contemporâneo faz parte do nosso objeto de estudo, particularmente voltado a questão do enfrentamento a pobreza no Brasil a partir do Bolsa Família.

Considerando que a teoria como uma modalidade peculiar do conhecimento, e compreensão do objeto implica entender o seu movimento, a sua estrutura e dinâmica, para se chegar à essência do objeto em estudo, numa perspectiva de totalidade, recorreremos ao trato teórico analítico desse objeto a partir das categorias

fundamentais da crítica da economia política, privilegiando o par conceitual pobreza/ desigualdade e trabalho/ renda, tomando-as como centrais na análise que envolve o debate sobre a “questão social” e o formato que as políticas sociais assumem no enfrentamento a pobreza na atual conjuntura.

Nesses termos, o arcabouço teórico-metodológico nos permite reafirmar a premissa subjacente a análise de Marx, de que a pobreza é ineliminável sob a ordem do capital, reelaborando na particularidade da conjuntura brasileira o exame do referido fenômeno pela sua relação direta com os níveis de acumulação, sendo portanto expressão das conseqüências que o conflito entre capital e trabalho impôs ao curso do seu desenvolvimento.

Dada a complexidade que envolve a totalidade da vida social e a reprodução da força de trabalho, compreendemos que a pobreza, assim como a desigualdade, não se esgota a aspectos socioeconômicos, mas se relaciona a problemáticas pluridimensionais (NETTO, 2007). Ou seja, ela não se limita apenas a dimensão da renda, o que nos leva a considerar uma falácia a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo.

Partimos do pressuposto de lei geral da acumulação capitalista de que “a força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital” (MARX, 2013, p.719). Assim, entendemos o pauperismo como conseqüência do desenvolvimento do próprio capital, é componente ineliminável da sua dinâmica.

Por conseguinte, o foco deste trabalho está na análise das expressões que, a nosso ver, se tornam mais flagrantes nesta quadra histórica; qual seja: a brutal ofensiva do capital contra o trabalho e as conseqüências para a classe trabalhadora que é compensada por transferências monetárias diretas.

Parece consensualmente aceite na literatura que trata os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, tanto na perspectiva reformista quanto conservadora, o fato de que eles conseguem resgatar famílias beneficiárias da condição de pobreza ou miséria. No entanto, a realidade nos prova o contrário. O recente posicionamento do Banco Mundial em 2013, um dos principais órgãos de fomento a inserção de políticas focalizadas como estratégia de desenvolvimento,

atesta que, de fato, sozinho o Bolsa Família não retira ninguém da miséria. O argumento é que num momento de crise, o valor repassado as famílias assume papéis secundários e o que realmente retirou algumas famílias da miséria foram as atividades laborais.

Partindo dessa evidência, cabe questionar os impactos que este programa tem surtido sobre os níveis de pobreza do país. Tendo em vista a problemática posta, algumas questões surgem: Se, de fato, a pobreza pode ser impactada pelo Bolsa Família, quais as condições reais e objetivas que o programa possui para este fim? Há reais possibilidades de impactar esta realidade, ou a pobreza teria sido reforçada pelas medidas tomadas sobre a pobreza absoluta e não percebidas na pobreza relativa? Dito de outra forma: Quais são os impactos do Programa Bolsa Família sobre a verdadeira diminuição da pobreza, na sua face absoluta e relativa? Estaria o Bolsa Família fomentando o ciclo de reprodução da pobreza no Brasil? Essas são algumas das questões que perpassam esta pesquisa.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é discutir os impactos do programa Bolsa Família sobre o pauperismo absoluto e relativo, com vistas a avaliar se, de fato, o programa logra êxito sobre a erradicação da pobreza no Brasil, seu objetivo maior.

Especificamente, pretendemos debater histórica e teoricamente o pauperismo no modo de produção capitalista; analisar a relação entre trabalho e “questão social” na reprodução da força de trabalho no Brasil a partir dos aspectos da sua formação econômico social; e compreender a relação entre a pobreza e o Bolsa Família com vistas a identificar os impactos do programa sobre o pauperismo absoluto e relativo.

A hipótese que se sustenta é que, pelo perfil dos beneficiários, a pobreza absoluta tem sido impactada, o que não é verdade sobre os processos de empobrecimento relativo, que continuam a se reproduzir. No entanto, ainda que este impacto seja percebido, os níveis de um empobrecimento absoluto pelas configurações assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, as condições objetivas de dependência na qual os países periféricos estão inseridos, ou até mesmo a situação contemporânea de crise, são fatores que nos permitem afirmar que não é possível deter a reprodução de pobreza no país. Talvez, ao contrário do que seja apregoado, este programa se apresente como uma tentativa de impactar a

tendência objetiva do capital de retorno a pauperização absoluta na contemporaneidade.

Metodologicamente, para realizar a investigação, optou-se por uma pesquisa do tipo qualitativa, através da verificação bibliográfica e documental, com a utilização de dados secundários disponíveis em meio eletrônico. Enquanto procedimentos voltados para a realização da pesquisa foram adotados como recursos de construção do conhecimento as técnicas de leitura, fichamento e sistematização da bibliografia utilizada.

Obedecendo ao princípio teórico metodológico da exposição este trabalho se encontra dividido em três partes relacionadas entre si. O primeiro capítulo, sob o título *Aspectos teóricos e históricos da pobreza no modo de produção capitalista*, tem por objetivo tangenciar alguns fatos históricos indispensáveis a compreensão do pauperismo, tratando de forma breve as principais categorias da crítica da economia política na tentativa de apontar uma forma de compreensão do fenômeno supracitado em suas faces absoluta e relativa no debate contemporâneo.

O segundo capítulo, *Trabalho, “questão social” e reprodução da pobreza no Brasil*, surge da premissa de que para se tratar a temática torna-se necessário compreender as determinações históricas, econômicas, sociais e culturais que perpassam a formação do país. Por tal motivo, o capítulo se inicia com uma discussão teórica sobre a relação orgânica entre “questão social” e pobreza e parte para o esboço dos principais determinantes para a formação do capitalismo periférico no caso particular brasileiro. Em seguida, coloca-se o debate contemporâneo sobre trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo.

No terceiro capítulo, *Pobreza e transferência de renda no Brasil*, a discussão toma os rumos do enfrentamento da pobreza, versando sobre as mudanças recentes no mundo do trabalho, as políticas sociais no governo Lula e o protagonismo do Programa Bolsa Família. Devemos esclarecer que nesse capítulo a nossa análise torna-se quanti-qualitativa, isto é, confrontam-se conceitos teóricos com dados de fontes secundárias. Este recurso se justifica pelo fato de que torna-se necessário correlacionar a pobreza com seu fundamento econômico para entender como ela se expressa no modo de produção capitalista.

## **1. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Este capítulo tem por objetivo discutir os aspectos teóricos e históricos da pobreza no modo de produção capitalista. Esta determinação aparece na obra marxiana como consequência do desenvolvimento do capital, e sua compreensão está hipotecada ao processo de produção de mercadorias. Por este motivo, o pauperismo não deve ser compreendido como resquícios das formas sociais anteriores, pois ele se concretiza necessariamente como produto deste tempo histórico.

Neste capítulo pretendemos tangenciar alguns fatos históricos indispensáveis a compreensão do pauperismo, ainda que não tenhamos a pretensão de esgotá-los. Também, tratamos brevemente as principais categorias do pensamento marxiano na tentativa de apontar uma forma de compreensão do fenômeno supracitado a partir da perspectiva pela qual se orienta este trabalho, a Crítica da Economia Política.

Para compreender o referido fenômeno em sua totalidade, estruturamos este capítulo em três partes. Inicialmente tecemos algumas considerações acerca do processo de produção e reprodução do capital, correlacionando com as principais categorias teóricas da interpretação marxiana necessárias a discussão do pauperismo. Num segundo momento, elucidamos a Lei geral da acumulação capitalista como o caminho para a compreensão do sistema causalidades do pauperismo e suas implicações para a classe trabalhadora. E por último, colocamos o debate contemporâneo sobre o empobrecimento absoluto e relativo.

### **1.1. Modo de produção capitalista: a exploração do trabalho e a acumulação de riqueza**

O capitalismo, baseado na contradição entre produção social de riqueza e apropriação privada desta, nem sempre existiu. Ele data pouco mais de trezentos anos, com uma imensa capacidade de adaptação a tudo que lhe representa uma ameaça, sobretudo, as intempéries econômicas. Este é o sistema no qual o principal

objetivo é o lucro; advindo, sobretudo, da extração do mais-valor<sup>1</sup> através da exploração do trabalho humano pelo próprio homem. As relações capitalistas sustentam-se pela manutenção das classes sociais; e o conflito entre capital e trabalho ligado as suas classes fundamentais: burgueses e proletários.

Para compreender o modo de produção capitalista faz-se necessário recorrer a história, pois esta é a ciência que por excelência nos faculta a aproximação do movimento do real, enquanto resultante das relações sociais entre os homens e palco da luta de classes. Este item pretende, portanto, tratar algumas das características do processo de produção e reprodução do capital historicamente, numa tentativa de abordar e relacionar brevemente as principais categorias de análise necessárias a discussão presente neste trabalho. Aqui se delineiam alguns dos aspectos teóricos e históricos indispensáveis para a compreensão do debate acerca do pauperismo, a luz da teoria crítica em Marx. Começemos, então, do nascedouro do capitalismo.

Das entranhas do mundo feudal, em meados do século XVIII no Ocidente, emergiu um novo mundo, que conseguiria sobrepor o Antigo Regime e universalizar-se como o *ethos* da modernidade. Surgiu, portanto, outro modo de produzir, o capitalista, baseado no acúmulo de riqueza com o objetivo de obtê-la em um volume cada vez maior, o que conformaria uma forma inédita de conceber a vida em sociedade.

O historiador marxista egípcio, Eric Hobsbawm, refere-se ao processo de emergência do capitalismo como “A Era das Revoluções”, e ressalta como seus expoentes a Revolução Francesa e Revolução Industrial Inglesa que culminaram na Primavera dos Povos, em 1848. Em poucos trechos, o autor chama a atenção para este período dizendo que

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da indústria como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade burguesa liberal; não da

---

<sup>1</sup> O termo “mais-valor” aparece na publicação de *O Capital*, pela Boitempo Editorial, para designar aquilo que “constitui o excedente de valor do produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho” (MARX, 2013, p.286). Em publicações de outras editoras, até então o mesmo termo aparecia como “mais-valia”. Justifica-se neste trabalho o uso do termo “mais-valor” por estar utilizando o texto de *O Capital* nesta versão recente, publicada em 2013 (ver referências).

“economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro era os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (HOBSBAWM, 2011, p.19-20).

Sem dúvida, a transição dos séculos XVIII e XIX foi pautada por grandes transformações em todas as esferas da vida humana, sob o protagonismo da França e Inglaterra. Este foi o período denominado como Revolução Burguesa. Pelo termo queremos indicar o processo revolucionário, que durou aproximadamente sessenta anos, e sinaliza a queda do mundo feudal e consolidação do modo de produção capitalista.

Mas, antes de dar atenção a Revolução Burguesa e os efeitos que se fizeram sentir a partir dela, queremos enfatizar um momento anterior, crucial para delimitar o fenômeno do pauperismo. Referimo-nos a chamada *Acumulação primitiva do capital*. Este foi o processo denominado não sem razão por Marx como a pré-história do capitalismo, quando se criaram as bases do modo de produção capitalista, produzindo trabalhadores livres.

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, [...]. O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e conseqüente aumento dos preços da lã. [...] Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavouras em pastagens de ovelhas (MARX, 2013, p.789-790).

Como Marx nos diz, este momento corresponde à expropriação de camponeses de suas terras, objetivando em transformar estes espaços em pastos de ovelhas. Também, é a partir dos fechamentos de terras comunais que foi possível produzir uma força de trabalho necessária ao processo de acumulação. Os camponeses foram, portanto, destituídos do seu meio de produção, a terra, e submetidos à forma específica do assalariamento.

O processo de acumulação primitiva do capital forneceu força de trabalho para a cooperação, a manufatura, assim como para a grande indústria. Mas, é neste último momento que surge a maquinaria, dando corpo a base técnica própria do capital<sup>2</sup>. Marx nos adverte o objetivo final desta inovação:

ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte da jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista” (2013, p.445).

Portanto, a inserção da maquinaria no processo produtivo tem a função de ampliar o tempo de trabalho excedente, no qual o trabalhador produz um *quantum* adicional de riqueza, em detrimento da redução do tempo necessário a produção do seu próprio salário.

Para Teixeira (1995) a máquina pode ser entendida como resultado de um processo de contínuas modificações técnicas e materiais das ferramentas manuais, utilizadas na manufatura. Logo, constitui-se como um elemento que foi historicamente pensado para atender determinado fim em um determinado tempo histórico, e que sem dúvida instaurou uma revolução nas bases técnicas de produção material.

Isto também se deve ao fato de que na grande indústria não é o trabalhador que escolhe a máquina, mas o inverso. São, pois, os meios de produção que determinam qual trabalho empregar. Também, se na manufatura eram incorporados no processo de trabalho elementos de subjetividade do trabalhador coletivo, na grande indústria trata-se de retirar a subjetividade desse trabalho, mantendo-o

---

<sup>2</sup> Netto & Braz (2008) chamam atenção para o fato de que foi necessário pelo menos duzentos anos para que ocorresse a subsunção real e formal do trabalho pelo capital, na grande indústria. Antes disso, alguns momentos transitórios existiram como a cooperação e a manufatura. Na primeira, os trabalhadores se reuniam num mesmo espaço físico para executar atividades produtivas sobre as quais tinham total controle, ainda que sob a supervisão do capitalista sob uma subsunção apenas formal. Na manufatura, que sucede a cooperação, os trabalhadores se especializam em determinadas atividades, o que configura a divisão do trabalho capitalista. Contudo, esse movimento vai acabar por desqualificar boa parte dos trabalhadores, pois eles não possuem mais conhecimento associado a todas as etapas do processo produtivo. Mais tarde, com a Revolução Industrial, o trabalhador está submetido à forma fabril de fato, pela utilização do maquinário no processo produtivo. Portanto, nesse momento o trabalhador encontra-se formal e realmente subordinado ao capital.

coletivo, e no entanto, abstrato. O trabalho abstrato, pela eliminação das características subjetivas da força de trabalho no processo produtivo, é a forma que atende aos interesses do capital da grande indústria.

Ao estabelecer um comparativo sobre o momento baseado na produção de manufaturas e o da grande indústria, o autor nos conta que

[...] a socialização do trabalho na manufatura se constituía por meio da combinação de distintos órgãos do trabalhador coletivo; na grande indústria, pelo contrário, especializam-se as máquinas e seu trabalho coletivo. Na manufatura o trabalho coletivo ainda aparecia como o trabalho de sujeitos diferentes, porque era o processo de trabalho que tinha de se adaptar aos indivíduos especializados. Agora, na grande indústria, as atividades particulares de um dado processo de trabalho estão submetidas a uma unidade técnica gestada por princípios técnico-científicos. Por conta disso, o processo de trabalho não aparece mais como trabalho de indivíduos diferentes que trabalham num corpo coletivo; mas, pelo contrário, os diferentes indivíduos aparecem agora como órgãos do trabalho coletivo. Com isso, o trabalho abstrato ganha uma realidade tecnicamente tangível, e assim, o processo de coisificação adquire uma base material (TEIXEIRA, 1995, p.140).

Tendo em vista que o elemento histórico determinante para o surgimento da maquinaria é a separação do trabalhador dos seus meios e objetos de produção, é também pois pela transformação da ferramenta manual que abrem-se alas para a Revolução Industrial. Voltemos agora a ela.

A Revolução Industrial, ocorrida ainda na segunda metade do século XVIII, foi a responsável pelas transformações das bases técnicas da produção do mundo feudal para sociedade capitalista, com o advento da máquina e da grande indústria. Até os séculos XVI e XVII o desenvolvimento do capital estava ligado à circulação de mercadorias pela expansão comercial mercantilista. Mas, é por volta de 1780 que a Revolução Industrial acontece na Inglaterra e se expande paulatinamente para o mundo. Daí é que a lógica do entesouramento foi substituída pelo livre comércio, o que faria com que as mercadorias circulassem e gerassem lucros exponenciais.

E cabe aqui uma importante observação: é a partir dessa revolução que se gera a percepção clara de que a riqueza é criada ainda esfera da produção. Este foi o momento que coroou a implantação do modo de produção capitalista

especificamente como um modo de produção de mercadorias. Também, foi a partir daí que se colocaram as mudanças e avanços na agricultura e nos transportes, e com o desenvolvimento das forças produtivas conformou-se uma produção alargada e um conseqüente aumento da produtividade.

A máquina movida ao vapor da combustão do carvão, o surgimento da locomotiva e a ascensão da indústria têxtil são expressões desse momento. Foi, portanto, a partir da Revolução Industrial que se colocaram as bases para o desenvolvimento de um sistema econômico mundial. E de fato, mundializar-se é uma tendência própria do capital.

Sobre as transformações e rupturas advindas deste importante momento do nascedouro do capitalismo, Castelo (2006) afirma que a natureza reduziu-se a terra e o homem à mercadoria que dispunha para sobreviver, a sua força de trabalho. O trabalho humano foi naquele momento incorporado como um insumo necessário ao processo produtivo, nada mais que uma mercadoria consumida pelo chão fabril.

Era necessário que os sujeitos pudessem se adaptar àquela nova vida, afinal eles passavam de camponeses a trabalhadores assalariados, submetidos a um ritmo totalmente diverso de trabalho e novas condições de sobrevivência. “Expulsos da sua terra, [...] [os trabalhadores] eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades urbanas em péssimas condições de vida” (idem, *ibidem*, p.13).

No entanto, as possibilidades de escolha eram muito reduzidas. Ou se vendia força de trabalho ao capital em troca de um salário, ou se submetia a continuar nas relações de cooperação e manufatura que cedo ou tarde desapareceriam, uma vez que era impossível competir com o nível de produtividade fabril, ou se caía na mendicância ou até mesmo na ladroagem, também utilizadas como formas de resistir às novas relações sociais emergentes (SANTOS, 2012).

Entre finais do século XVIII e meados do XIX, os avanços da primeira onda industrializante na Inglaterra eram notáveis. Eles podem ser representados em números, da seguinte forma:

Na década de 40 do século XIX, a Inglaterra produzia mais da metade do ferro de todo o mundo [...]. Os seus 17 milhões de fusos mecânicos tratavam uma quantidade de algodão duas vezes maior que a elaborada na França. [...] Os excedentes dos seus capitais

eram tão fabulosos que lhe permitiam investir no exterior entre 200 e 300 milhões de libras. [...] A produção de tecidos de algodão saltou de 40 milhões de jardas, em 1785, para mais de 2 bilhões, em 1850; a exportação desta mercadoria, que pouco era pouco superior a 200 milhões de jardas, em 1820, já alcançava em 1840, 790 milhões de jardas. A quantidade de teares mecânicos aumentou velozmente: 2400 em 1813, 55 mil em 1829, 85 mil em 1833, 224 mil em 1850. Entre 1830 e 1850, a produção de carvão é mais que triplicada, a de ferro é quase quadriplicada. O panorama geral dessas transformações pode ser avaliado se se apreciam as taxas de crescimento da produção industrial (crescimento percentual por década), que apresentam a seguinte variação: 1800-1810: 22,9%; 1810-1820: 38,6%; 1820-1830: 37,2%; 1830-1840: 37,4%; 1840-1850: 39,3% (NETTO, 2004, p.33).

Sem dúvida, o que se conclui do exposto acima é que não foram poucos os ganhos registrados. De fato, pela introdução do maquinário este foi um período de grandes avanços tecnológicos e também econômicos. Contudo, nas entrelinhas, salta aos olhos as horas de trabalho necessárias para que uma produção avançasse de forma exponencial em pouco tempo.

As taxas de crescimento demonstram os avanços nos lucros conseguidos pelos capitalistas, mas de forma contraditória estavam colocadas as condições degradantes de trabalho sobre as quais os trabalhadores estavam submetidos para que lhes fosse extraído tamanho excedente. Em páginas adiante nos deteremos especificamente sobre esse aspecto. Por agora, continuaremos a compreender o processo da Revolução Burguesa.

Se a Revolução Industrial determinou a base técnica e econômica própria do capital, foi em 1789 que a política e a ideologia ganharam evidência pela Revolução Francesa. Quando o feudalismo entra em crise, por volta do século XIV, a conjuntura política e social da Europa Ocidental era de grandes confrontos sociais entre as classes fundamentais do modo de produção feudal. Os fatores pelos quais este cenário de crise se apresentou ainda constituem objeto de estudo, mas cabe ressaltar que o avanço das relações comerciais europeias, o que acabou por conformar paulatinamente uma base econômica assentada na produção mercantil, não correspondia ao formato sobre a qual estava assentada a produção do mundo feudal, que se via comprometida pela ausência de recursos técnicos. Também, o surgimento da “peste negra”, epidemia que no ano de 1348 eliminou aproximadamente um quarto da população europeia, contribuiu para uma

exploração ainda maior do trabalho servil pelos senhores feudais, com o objetivo de compensar as perdas econômicas. E ao passo que isso se dava, crescia a fome e a miséria do terceiro estado.

Em termos políticos, o Estado Absolutista era a resposta dos nobres e dos grandes comerciantes, sendo estes últimos os financiadores dos interesses da nobreza, para controlar a rebeldia dos servos. Este é o Estado que, pautado na centralização do poder, funcionava sobretudo como um verdadeiro “articulador da nação: uma força armada sob comando único, uma burocracia e um sistema fiscal” (NETTO & BRAZ, 2008, p.72.).

Com o aumento da influência econômica dos grandes comerciantes, que já comercializavam internacionalmente, o Estado absolutista, que antes os favorecia, pela sua própria estrutura, passou a constituir-se como um empecilho. Os obstáculos estavam principalmente relacionados aos valores feudais, próprios da sua estrutura tradicional de propriedade e de produção, fundamentada no trabalho servil e nos valores morais da Igreja.

Tendo em vista que no século XVIII os novos ricos da França lideravam as finanças, o comércio, parte da indústria e todas as atividades características do capitalismo, a estrutura política em vigência chocava-se diretamente com os desejos da burguesia emergente. Em outros termos, as estruturas política e religiosa não mais correspondiam à estrutura econômica que se instaurava. Por isso, visando o pleno desenvolvimento e funcionamento econômico, a burguesia tratou de eliminar o Estado Absolutista.

Foi assim que, quando os interesses da burguesia nascente entraram em conflito com os auspícios do Estado Moderno, instaurou-se o golpe que sepultou o mundo feudal em detrimento do nascedouro capitalista. “No lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca” (MARX & ENGELS, 2008, p.12).

Mas, quando a burguesia revolucionária ascende ao poder, depois da queda da Bastilha no ano de 1789, ela abandona os ideais da Cultura Ilustrada e redireciona os seus rumos e objetivos, afirmando-se enquanto classe dominante. Ela surge, portanto, como classe revolucionária e torna-se conservadora, em seguida. E

a herança dos ideais emancipatórios passa as mãos da sua antípoda, a classe trabalhadora (NETTO & BRAZ, 2008).

É assim que os episódios aludidos por Hobsbawm como “a dupla revolução” são considerados os momentos históricos que inauguram a maturidade da burguesia enquanto classe, pois, com a queda do absolutismo e a tomada do poder político, sepultou-se o feudalismo e com ele os últimos entraves a ascensão do capitalismo.

Para Netto & Braz,

[...] a revolução burguesa, realizada, não conduziu ao prometimento do *reino da liberdade*: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. Tais limites deviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe – o domínio da classe burguesa (ibidem, p.19).

Mas foi em 1848 que os trabalhadores se unem para responder a virada da burguesia. Conformou-se um movimento sócio político no qual o proletariado se reuniu para reivindicar seus anseios e interesses, realizado em Paris. Os levantes que se seguiram até 1850 representam, além de um marco na organização política dos trabalhadores, o momento em que a classe então dominante entra no processo de sua decadência ideológica. Assim, a burguesia abandona os ideais revolucionários de outrora, passando-os as mãos do proletariado.

Foi, portanto, pela luta política contra a burguesia que os trabalhadores puderam despertar a sua consciência enquanto classe, *em si e para si*, ficando, pois, candente que a emergência do capital não corresponde, de fato, aos anseios de igualdade, liberdade e fraternidade. É nesse momento histórico em que se assinala efetivamente o conflito entre capital e trabalho. Para a classe trabalhadora a única alternativa era construir outra forma de sociabilidade correspondente aos seus anseios, pela revolução desta (idem, 2008).

Ao discorrer sobre a consolidação do capitalismo, Léo Huberman, também historiador e jornalista marxista norte-americano, concorda que este foi um momento de transformações profundas, que perpassaram toda a sociedade. Inclusive, acresce a este cenário o aparecimento de uma nova religião. Por este termo, o autor se

refere ao florescimento do Protestantismo, que emergira desde o século XVI na Alemanha dizendo que,

[...] quando ocorreu a revolução dos modos de produção e troca, que denominamos transição do feudalismo para o capitalismo, o que aconteceu à velha ciência, ao velho direito, a velha educação, ao velho governo, à velha religião? Também se modificaram. Tinham de modificar-se. [...] Numa sociedade em que o objetivo do trabalho era apenas conseguir um sustento adequado para si e para a família, a Igreja podia denunciar os aproveitadores. Mas numa sociedade em que o principal objetivo do trabalho era o lucro, a Igreja tinha de adotar uma linguagem diferente. E se a Igreja católica, engendrada numa economia feudal e manual, em que o artesão trabalhava simplesmente para viver, não podia modificar seus ensinamentos de forma bastante rápida para enquadrar-se na economia capitalista, onde o industrial trabalhava para ter lucro, então a Igreja protestante podia. Ela dividiu-se em muitas seitas diferentes, mas em todas, e em graus variados, o capitalista interessado em bens materiais podia encontrar consolo (HUBERMAN, 2010, p.134).

Sem dúvida, as transformações ocorridas em todas as esferas da vida humana em sociedade conformaram um subsídio a sociedade que surgira. A Era do Capital, como colocaria Hobsbawn, é basicamente a era da burguesia que triunfava, a história do avanço do capitalismo industrial em escala mundial, assim como dos credos que legitimava a nova ordem.

Também, é na segunda metade do século XVIII, que, ao encerrar-se o Estado moderno, abriu-se caminho para a formação de uma nova ideologia, que daria sustentação a uma sociedade de classes e uma cultura comprometida com o modo de produção capitalista. O liberalismo econômico assume, portanto, a centralidade política e econômica, e fundamentação do pensamento burguês conservador pelos clássicos da Economia Política<sup>3</sup>. E Huberman assim resume este período:

---

<sup>3</sup> A economia política clássica fundamentou os ideais da burguesia revolucionária. Quando esta classe depõe o mundo feudal e entra no seu ciclo de decadência ideológica, com o florescimento da sua postura conservadora, os ideais da referida ciência entram em choque com as aspirações burguesas. Tornaram-se, então, incompatíveis. Mesmo com a queda e dissolução da economia política clássica, esta ciência seria mais tarde retomada por um estudioso alemão que buscava compreender o modo de produção capitalista de um ponto de vista diferenciado, o da totalidade. Marx bebeu na economia política clássica elevando-a a um novo patamar, e buscando nela elementos fulcrais para a sua análise. Segundo Mandel (2001) uma das principais contribuições das idéias da economia política inglesa, elaborada por Adam Smith e David Ricardo, foi a teoria do valor-trabalho.

O ano de 1789 bem pode ser considerado como o fim da idade média, pois foi nele que a revolução francesa deu o golpe mortal no feudalismo. Dentro da estrutura da sociedade feudal, de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores surgira um grupo da classe média. Através dos anos, ela foi ganhando força. Havia empreendido uma luta longa e dura contra o feudalismo, marcado particularmente por três batalhas decisivas. A primeira foi a Reforma protestante; a segunda foi a gloriosa Revolução na Inglaterra, e a terceira, a revolução Francesa. No fim do século XVIII era pelo menos bastante forte para destruir a velha ordem feudal. Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia. A esse sistema chamamos – Capitalismo (HUBERMAN, 2010, p.122).

Como nos conta a história, este é o modo de produzir no qual o objetivo primordial é a obtenção de lucro, através da apropriação privada da riqueza socialmente produzida pelo trabalho.

É através do trabalho que os homens conseguem modificar a natureza com a finalidade de criar bens que atendam suas necessidades e as dos membros da sociedade onde vive. Para este objetivo, o manuseio de meios e objetos pela força de trabalho é condição fundamental. Modificar constantemente a natureza é, pois, pressuposto da existência humana. “Esta é a base ineliminável do mundo dos homens” (LESSA & TONET, 2008, p.17).

Assim, o processo de trabalho pode ser definido como:

[...] atividade orientada para um fim – a produção de valores de uso – apropriação do elemento natural para a satisfação das necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p.261).

Sobre o processo de trabalho, algumas observações são imprescindíveis. Primeiro, faz-se necessário compreender que o trabalho é uma capacidade especificamente humana. A ação do homem sobre a natureza tem uma característica particular, que o diferencia de todos os outros animais: ela é projetada no nível do pensamento para que possa ser objetivada, enquanto resultado concreto. A capacidade de idear é uma peculiaridade especificamente humana, o

que aponta para o fato de que produzir trabalho é algo que pertence especificamente ao homem, e deste em sociedade. Pode-se dizer que é possível contemplar o resultado do trabalho humano duas vezes: uma, ao antever o resultado antes mesmo de tê-lo concluído, no plano das ideias, e outra, no plano real concreto, depois da interação entre os meios de produção pela força de trabalho humana.

Desta questão surge outro aspecto importante: no processo de trabalho, a relação do homem com a natureza é sempre uma relação mediada. O homem, ao interagir com a natureza com o fim de modificá-la, não incide sua força de trabalho diretamente sobre ela, mas utiliza-se de instrumentos para isto. Netto & Braz dizem que

[...] seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento (ou um conjunto de instrumentos) que torna *mediada* a relação entre ambos (2008, p. 32).

Estes objetos não estão disponíveis na natureza, mas eles já são resultado do trabalho humano. Em outras palavras, o próprio homem cria para si objetos que sirvam como meio de modificar a natureza com a finalidade de criar bens necessários a sua existência. Assim, também, é necessário que o homem faça suas próprias escolhas ao avaliar se um objeto é útil ou bom para determinada finalidade.

Outro ponto a ser destacado é que o homem necessita conhecer a natureza para que nela possa intervir. O homem precisa perceber que uma pedra, pelas suas propriedades, pode servir para uma finalidade distinta da madeira, por exemplo.

Entretanto, o trabalho exige não apenas o conhecimento ou a capacidade de idear, mas também a transmissão desse saber aos outros integrantes da sociedade, tornando-o universal. Sem dúvida, para a realização deste objetivo, a capacidade de comunicar-se é fundamental. Portanto, ao entender que o trabalho exige que o homem se comunique com outros homens, aparece um ponto fulcral: o trabalho é sempre uma atividade coletiva. Ele sempre se dá pela interação entre “os homens, a natureza e os próprios homens” (idem, *ibidem*, p.59). Este é o caráter social da produção material.

Desta forma, pode-se dizer que, por todos os aspectos supracitados, ao trabalhar o homem não promove apenas a sua relação metabólica com a natureza, mas modifica também a si mesmo. O trabalho permitirá uma interação que ao afetar sujeitos e sua forma de organização faz surgir um novo ser. Este, distinto do ser natural, é o ser social. É, portanto, pelo trabalho que o homem se funda enquanto ser social. Em outras palavras: o trabalho é, pois, criador do ser social.

Levando em conta que em toda e qualquer forma de sociabilidade, a criação de objetos que garantem a satisfação das carências humanas pressupõe condições que viabilizem um processo de produção material, no modo de produção capitalista a produção de valores de uso criados especificamente para a troca é, por excelência, a forma assumida para suprir necessidades.

No capitalismo, os bens produzidos para que sejam consumidos precisam ser trocados. É assim que sob a lógica do capital, com a universalização das relações mercantis, a presença da mercadoria torna-se inequívoca. Ela perpassa este modo de produzir como algo indispensável à existência humana, de forma que todos os bens e serviços também viram mercadoria. Sem dúvida, isto acaba por criar uma forma de sociabilidade própria do capital, aonde até as relações sociais aparecem reificadas, como se elas também fossem coisas a ser trocadas. Certamente, por este motivo o capitalismo é considerado a sociedade da mercadoria<sup>4</sup> (NETTO & BRAZ, 2008).

Não á toa, Marx inicia a sua obra de maturidade, *O capital*, pela análise desse objeto de tamanha importância na forma de sociabilidade própria do capitalismo, exprimindo que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como a sua forma elementar” (2013, p.113).

Por começar tratando da mercadoria, Harvey comenta a estrutura de *O Capital* dizendo que “Marx escolheu o denominador comum, algo familiar e comum a todos nós [...] e, além disso, elas são essenciais a nossa existência: temos de comprá-las para viver” (HARVEY, 2013a, p.26). Dito de outra forma, a mercadoria,

---

<sup>4</sup> Há de se esclarecer que a produção mercantil surge sob o marco civilizatório, perpassando o escravismo e o feudalismo. Contudo, é apenas sob a lógica do capital que as relações mercantis chegam a se universalizar, consolidando-se. Este é o motivo pelo qual apenas o modo de produção capitalista pode ser considerado propriamente um modo de produzir mercadorias (NETTO & BRAZ, op.cit.).

como objeto externo ao homem, corresponde a unidade fundamental, o elemento basilar do capitalismo. E vale dizer que a importância da mercadoria na sociedade da troca deve-se ao valor que nela contém.

Tendo em vista que na sociedade burguesa os bens são produzidos com a qualidade de ser coisa útil e em quantidade para a troca, Marx considera a mercadoria como um valor de duplo aspecto: de uso e de troca. O primeiro se expressa pela finalidade com a qual determinada mercadoria foi criada ou a serventia que a mesma possui em atender uma nova necessidade. No segundo, o valor se expressa numa relação quantitativa na qual uma mercadoria é comparada por outra, de valor equivalente, com a intenção de ser trocada.

Mas, é necessário atentar para um detalhe em especial: a mercadoria resulta do trabalho humano, por isso ela é entendida como uma unidade que contém valor, este criado ainda na esfera da produção. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade média de trabalho social realizado num intervalo de tempo necessário a sua criação. Explica Marx:

[...] um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas, como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substancia formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. (2013, p.116).

Assim, fica claro que a criação de valor é uma faculdade específica da força de trabalho humana. Quando o homem, através dos seus meios e objetos de trabalho, incide sobre a natureza com a intenção de modificá-la, ele cria valor. Marx afirma que “a capacidade de conservar valor ao mesmo tempo em que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo [...]” (ibidem, p.284). Portanto, dos elementos das forças produtivas, a energia humana e psíquica da força de trabalho possui destaque, pois além de instituir meios e objetos para produzir, durante o processo de trabalho ela cria valor, e agrega-o aos bens que produz.

Deste modo, o valor de uma mercadoria só se manifesta por ocasião da troca, sendo expresso em dinheiro. O dinheiro nada mais é do que uma mercadoria especial, na qual todas as outras se equivalem. Essa capacidade de ser equivalente

universal é resultado do avanço das relações mercantis, quando o dinheiro tornou-se um padrão universal de medida de valor. É no dinheiro que todas as outras mercadorias se espelham, e por ele podem ser trocadas. Assim, o preço é valor de uma determinada mercadoria expressa em dinheiro.

Sobre a produção mercantil, faz-se necessário salientar que este supõe duas condições fundamentais: a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção<sup>5</sup>. Para que se dê a produção de diferentes mercadorias, é necessário que este processo esteja dividido entre diferentes grupos que manuseiem meios e objetos de trabalho. Assim sendo, só há produção mercantil sob estas condições, longe delas é possível criar valores de uso, mas não mercadorias de fato (NETTO & BRAZ, 2008).

Contudo, sob o marco histórico da expropriação dos trabalhadores dos seus próprios meios de produção, que passaram a ser de propriedade privada da sua classe opositora, além de não participar de todas as etapas do processo de produção de uma determinada mercadoria decorre um fato específico: o produto do seu próprio trabalho torna-se estranho a ele. Por isso o trabalhador torna-se alienado do que ele mesmo produziu<sup>6</sup>. A alienação do trabalho significa que para além da sua existência, a mercadoria tornou-se algo independente do seu criador, um poder hostil que se apõe a ele (MARX, 2001).

Konder afirma que:

Num primeiro momento, Marx constata a alienação do trabalho em relação ao trabalhador. Ele verifica que numa sociedade voltada para a produção de mercadorias se manifesta uma cisão entre o produto e o produtor; e o mundo do produto - da mercadoria – passa a impor as suas exigências e os seus valores ao mundo dos produtores. [...] Mais

---

<sup>5</sup> Sobre esta questão cabe uma importante observação. Na produção mercantil simples, forma que antecedeu a produção capitalista em si, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção já existia. Entretanto, a primeira assenta-se sobre as bases de um trabalho pessoal no qual o produtor tinha uma relação direta com a coisa produzida. Contudo, no capitalismo propriamente dito, a produção não cabe ao burguês. “O capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha - ele compra força de trabalho (*que também é uma mercadoria*) que com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias” (NETTO & BRAZ, op.cit., p.83). A diferença crucial é que sob o marco das relações capitalistas ocorre a **exploração** da força de trabalho. Este é o termo correto para designar as relações de trabalho na produção capitalista.

adiante, Marx se pergunta por que o produto do trabalho se aliena do trabalhador e conclui que isso ocorre porque tal produto, antes mesmo da realização do trabalho, pertence a outrem e não ao trabalhador. E é levado a considerar o sistema e propriedade que promove a desapropriação do trabalhador em relação ao produto do trabalho. Por fim, do exame das formas de organização social baseadas na propriedade privada e no sistema de produção de mercadorias, Marx conclui que [...] a alienação, dentro de uma sociedade dividida em classes, acaba por atingir todos os indivíduos que a compõem, tanto explorados quanto exploradores. [...] Marx estava seguro de ter encontrado na alienação econômica a raiz do fenômeno global da alienação. [...] Jamais lhe ocorreu, porém, reduzir o fenômeno da alienação, nas suas múltiplas formas, aspectos e dimensões, à alienação econômica, [...] (KONDER, 2009a, p.42-43).

Relacionada à alienação está o fetichismo da mercadoria. Para Marx, a mercadoria é portadora de uma forma fantasmagórica capaz de exercer poder sobre os seus produtores. É como se as relações sociais fossem relações entre coisas. A mercadoria passa, então, a mediar as relações entre os homens.

Castelo explica a relação entre a alienação e o fetichismo da seguinte forma:

Ao contrário do ídolo, que sustenta a si próprio, o fetiche é um objeto que necessita ser carregado no corpo de alguém, ou de alguma coisa. No capitalismo ele é carregado pela mercadoria, célula fundamental para análise do DNA do capitalismo [...]. Em O Capital a mercadoria é descrita como uma espécie de artefato mágico capaz de ocultar as relações humanas envolvidas na produção do objeto. **O fetichismo da mercadoria que pressupõe uma teoria da alienação é, na verdade, uma manifestação da alienação econômica numa determinada sociedade histórica e capitalista.** Podemos dizer, assim, que, enquanto a alienação é um processo que perpassa diversos modos de produção, e diversas modalidades – religiosa, política – o fetichismo da mercadoria é uma peculiaridade econômica do modo de produção capitalista. [...] O fetichismo da mercadoria [...] é a forma social inevitável e necessária pela qual as relações sociais de produção capitalista se materializam, ganhando, desta maneira, uma base objetiva (2006, p.136-139, grifo nosso).

Contudo, sob a lógica capitalista de produção de mercadorias, a força de trabalho humana é comprada como qualquer outra mercadoria necessária a produção, em troca de um salário. O capitalista investe dinheiro na compra de insumos dos quais necessita para produzir, inclusive força de trabalho, com o objetivo de obter uma mercadoria que ao final possa realizar-se, isto é, ser vendida

por um preço que lhe proporcione o embolso de um valor a mais do que foi investido. Assim, ao final da jornada, o trabalhador produz um acréscimo de valor, um *quantum* excedente. Este excedente produzido pela exploração da força de trabalho é apropriado pelo dono dos meios utilizados para se produzir. Este *quantum* não é socializado; ao contrário: a parte que cabe ao trabalhador é sempre muito inferior ao que criou.

O salário é, pois, o preço pelo qual a mercadoria força de trabalho é comprada por um determinado intervalo de tempo. Ele é determinado pelos bens de primeira necessidade suficientes para produzir e reproduzir a força de trabalho, sejam eles de natureza biológica ou histórico-social.

A forma do assalariamento é a forma específica do modo de produção capitalista, e constitui-se como parte dos mecanismos de exploração que lhe são próprios, pois o capitalista utiliza-se da força de trabalho em troca de um salário sempre menor do que o montante de riqueza que foi produzido durante a máxima exploração do seu valor de uso. Tendo em vista que o capital é uma relação social, é nesta relação de exploração na qual ele se funda.

[...] a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa **relação de exploração** que se funda o MPC<sup>7</sup> (NETTO & BRAZ, 2008, p. 101, grifo dos autores).

Portanto, tendo em vista que o capitalismo baseia-se na exploração da força de trabalho, pode-se afirmar que a produção capitalista é necessariamente produção de um excedente econômico, o mais valor. Como explica Marx, “a taxa do mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (2013, p. 294). É este acréscimo de valor que interessa ao capitalista, pois ele é produzido e apropriado por este, funcionando como lucro. Esta é a força que movimenta este modo de produzir.

Contudo, tendo em vista que para suprir as necessidades de uma determinada sociedade é indispensável que as mercadorias sejam produzidas,

---

<sup>7</sup> Nesta citação a sigla MPC aparece para significar modo de produção capitalista.

também é necessário que assim continuem sendo. Ou seja, para além do processo de produção é necessário garantir as bases de uma reprodução. Sem dúvida, a primeira está diretamente relacionada à última, considerando que só pode ser entendido como mercadoria um bem que seja produzido e que possa ser reproduzido com a finalidade de troca. Nenhuma sociedade é capaz de reproduzir-se sem converter parte do que foi produzido em uma nova produção, conformando assim um ciclo de renovação.

Como diria o próprio Marx,

seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. [...] Todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (2013, p.641).

Isto quer dizer que é impossível deixar de produzir e garantir a reprodução, considerando que as necessidades de uma determinada sociedade renovam-se constantemente, e por isso, não se para de consumir.

Na seção VII de *O Capital*, Marx discorre sobre o processo de acumulação do capital e analisa as formas de reprodução simples e ampliada. Na forma de reprodução simples o mais-valor surge do capital. O objetivo é converter essas mercadorias em mais dinheiro do que se foi investido através da sua realização. Entretanto, nesta forma de reprodução, o capitalista gastaria todo o excedente embolsado em seu consumo pessoal, e faria a produção sobre as mesmas bases para garantir a sua continuidade.

A forma de reprodução peculiar ao modo de produção capitalista é a ampliada, na qual ocorre a conversão de mais valor em capital. Esta forma de reprodução materializa-se na acumulação, sem a qual esta seria impossível a existência do capital. Em outras palavras, a acumulação garante as bases de reprodução do capital, de forma que a existência do último se torna inviável pela ausência do primeiro.

Assim, na sociedade da mercadoria, a reprodução ampliada é a forma que satisfaz as necessidades expansivas do capital. Nela, o capitalista não gasta tudo o que reembolsa ao final do ciclo de realização da mercadoria, mas investe boa parte

deste *quantum* na compra de força de trabalho e meios de produção com o objetivo de ampliar os seus negócios. De fato, o seu objetivo final é obter um lucro sempre maior, que o permita acumular e acumular cada vez mais. Este é o processo pelo qual é possível reverter mais-valor em capital. Não à toa, o interesse do capitalista é reduzir ao máximo o tempo de realização das mercadorias produzidas, a fim de reembolsar o capital monetário investido acrescido do excedente produzido.

Esse ciclo se repetirá inúmeras vezes por fases sucessivas garantindo o processo da acumulação de capital, visto que o dinheiro reembolsado pelo capitalista será reconvertido em capital e utilizado novamente com o fim da produção. Isto fará com que o nível médio das taxas de lucro se mantenha de forma satisfatória.

Entretanto, este movimento particular de cada capitalista em inserir inovações tecnológicas para ampliar o tempo de trabalho excedente à custa da redução do tempo necessário e apressar o ciclo de rotação do capital acaba desembocando, ao cabo de um determinado intervalo de tempo, na queda tendencial da taxa de lucros. Mesmo inserindo inovações tecnológicas, pela ação da concorrência em um determinado momento as taxas de lucro não serão generalizadas. Numa palavra: é o movimento particular de cada capitalista individual ao procurar maximizar seus lucros que provoca a queda taxa média de lucros. Esta inclinação própria do capital canaliza para a situação de crise econômica.

A crise, para Marx – ontologicamente – não é só o momento em que se fazem presentes as contradições. Ainda antes, a crise já era presente nas mais remotas condições de possibilidade da confrontação real das contradições. [...] A crise, assim, é uma contradição que pode aflorar em qualquer momento da estrutura; a superprodução, por exemplo, não ocorre simplesmente por ter se produzido muito, mas pelo desequilíbrio entre consumo e valorização: excessivo produto para a valorização. [...] Por último, tanto na queda da taxa de lucro quanto na crise, o fator fundamental é tecnológico, materialista no sentido produtivo de Marx (DUSSEL, 2012, p. 201-202).

As crises econômicas constituem-se como um traço peculiar, e portanto, ineliminável do capital. Elas revelam ainda mais o caráter instável e contraditório deste modo de produção. De maneira geral, este fenômeno se dá pelo não

escoamento do montante de mercadorias produzidas. Ocorre um desequilíbrio da oferta em relação a demanda. Ou seja, pela inexistência de consumidores dispostos a pagar o seu valor de troca, estas mercadorias não se realizam. Portanto, as crises capitalistas configuram-se como de superprodução.

Diferente do que alguns equivocadamente podem pensar, as crises não possuem o dom de extinguir o capitalismo. Por outro lado, cooperam, em larga medida para a continuidade desta forma de sociabilidade. Crise é, pois, reprodução do próprio capital.

Longe de serem naturais, as crises aparecem como mecanismos de renovação cíclica do capital. Esse é movimento um periódico, e ao final de cada ciclo econômico o sistema acaba entrando em fase de estagnação, dando indícios de uma nova crise. Contudo, as estratégias produtivas são mudadas a fim de que a taxa média de lucro seja normalizada.

Obviamente, este “equilíbrio produtivo” se dá à custa do aumento da exploração do trabalho, surtindo inclusive um impacto político na classe trabalhadora.

Em períodos de crise, há um acirramento da ação ofensiva do capital e que o movimento dos trabalhadores tende a assumir posições defensivas em função da agressão que sofre com a ameaça do desemprego, das perdas salariais, dos benefícios da seguridade etc.[...] (MOTA, 2011, p.180).

A acumulação está diretamente ligada à contradição fundamental do capitalismo: a relação entre capital e trabalho. Ela reproduz não apenas economicamente a reprodução do capital, mas tem por finalidade conservar sobretudo a forma de sociabilidade sobre a qual ele se assenta. Para Marx,

[...] o processo capitalista de produção, considerando em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (2013, p.653).

De fato, a reprodução do capital só é possível por produzir um antagonismo entre classes. Assim, é através da exploração do trabalho que a acumulação torna-se possível e é explicada necessariamente pela produção de duas classes fundamentais em pólos opostos, produzindo aqueles que detêm os meios de produção, os burgueses; e aqueles que vendem força de trabalho em troca de um salário, os proletários.

Mas, o que oferece um limite ao movimento aberto de exploração do capital sobre o trabalho é a luta de classes. Para parte significativa dos teóricos das ciências políticas, sociais e filosóficas, esta seria uma categoria superada contemporaneamente. Contudo, como ensinam Marx & Engels,

a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes. [...] opressores e oprimidos estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta [...] (2008, p. 8).

Portanto, é assim que o confronto entre as classes em presença, seja no modo de produção capitalista ou nos que o antecedeu, é o que impulsiona a história, dando-lhe movimento. A luta de classes pela via das lutas sociais corresponde, necessariamente, a estrutura e dinâmica do movimento da história sendo, portanto, indissociáveis entre si (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2010).

Nesse sentido, a forma do capitalismo não se caracteriza apenas pela produção e reprodução de mercadorias com o objetivo do lucro, mas tem como traço delineador a produção de um antagonismo entre classes, objetivado no conflito entre capital e trabalho.

É nesse cenário de emergência e consolidação das relações sociais próprias do capital que emerge a chamada “questão social”, e na sua raiz o pauperismo, assim como o desemprego. O pauperismo se constitui como expressão do desenvolvimento do capital e está diretamente relacionado aos níveis de acumulação, de forma que a demanda de força de trabalho é regulada por esta. Marx discorre sobre isso no primeiro livro de *O Capital*, na chamada Lei Geral da Acumulação Capitalista, aonde se encontram as determinações essenciais sobre este debate.

## **1.2. A lei geral da acumulação capitalista: caminho para a compreensão do pauperismo em Marx**

A pobreza do modo de produção capitalista, denominada por Marx como pauperismo, constitui-se como expressão do desenvolvimento do próprio capital. Certamente, este comentário é insuficiente para perscrutar a totalidade do fenômeno ou chegar a sua essência. Mas, é partindo das premissas da obra marxiana que tentaremos compreender a pauperização da classe trabalhadora, que não aparece como um fenômeno isolado, mas na verdade remete a um processo, iniciado ainda sob a lógica da produção de mercadorias.

Na concepção marxiana o pauperismo está diretamente associado ao conflito entre capital e trabalho e aparece, portanto, como elemento necessário da relação social que se reproduz na acumulação capitalista. E tendo em vista que a sua interpretação acerca do referido fenômeno incorpora a luta de classes a uma perspectiva de totalidade, pode-se dizer que as bases determinantes para a sua compreensão estão hipotecadas ao processo de produção e reprodução do capital.

Em outros termos, e colocando em evidência a capacidade própria do trabalho humano em criar valor, o trabalhador começa a sofrer um processo de pauperização ainda no âmbito da produção, pois

o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, [...]. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2001, p.111).

Contudo, é pelo avanço da reprodução do capital que as suas determinações se colocam, uma vez que as leis da acumulação determinam as bases sobre as quais se assentam a produção em cada fase da relação social capitalista.

De acordo com Siqueira (2013), a pobreza é resultado estrutural do capitalismo, e por este mesmo motivo não pode ser compreendida como um fenômeno isolado. É certo que não é possível delimitar o que é pobreza se não possui um referencial de riqueza, e o inverso também é verdade. Desta forma, subentende-se que estes fenômenos, opostos entre si, nesta forma de sociabilidade,

se colocam como uma unidade de contrários e a compreensão do que vem a ser cada um deles está diretamente associado a uma análise interligada de ambos os fenômenos. Portanto, riqueza e pobreza, sob a lógica do capital, conformam necessariamente uma contradição. Numa palavra: só é possível compreendê-los tendo em vista que a acumulação de capital corresponde, por outro lado, e em igual proporção, acumulação de miséria.

Com foi dito anteriormente, a análise acerca dos efeitos que a acumulação exerce sobre o destino da classe trabalhadora aparece na Lei Geral da Acumulação Capitalista, no capítulo XXIII de *O Capital*. Em algumas páginas, Marx discorre sobre esta lei tendencial que examina a influência que o aumento do capital exerce sobre a classe trabalhadora, oferecendo-nos uma forma de compreensão da sociedade capitalista que aponta para as contradições e tendências deste modo de produzir.

Na obra marxiana o fator indispensável para compreender a lei geral é a composição do capital e as alterações que ela sofre no curso da acumulação. Esta composição remete a proporção das forças produtivas envolvidas na produção, e se expressa sob um duplo aspecto: o do valor e o da matéria.

Do ponto de vista do valor a composição do capital se expressa pela proporção entre capital constante e capital variável – denominado de composição orgânica do capital. Sob o aspecto da matéria, pode-se determinar “pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego” (MARX, 2013, p.689), denominado composição técnica do capital<sup>8</sup>.

Porém, destes fatores, Marx põe em destaque o capital variável, afirmando que o acréscimo de capital pela produção de valor está diretamente associado a sua participação no processo produtivo. Sem ele, é impossível a criação de uma riqueza adicional. “A produção de mais valor, ou a criação do excedente, é a lei absoluta deste modo de produção” (idem, ibidem, p.695). Esta é a parte não paga ao

---

<sup>8</sup> Sobre estas denominações, vale alguns esclarecimentos. O termo composição técnica alude a “capacidade física de um trabalhador de transformar certa quantidade de valores de uso numa mercadoria em um dado período de tempo” (HARVEY, 2013a, p.254). Já a composição orgânica é uma composição de valor e aponta para as “mudanças na composição do valor que advém de mudanças físicas na produtividade” (idem, ibidem). A relação entre capital constante e capital variável se dá pela expressão  $q=c/v$ . “Diz-se que é alta a composição orgânica do capital quando é maior a proporção do capital constante e baixa quando é maior a do capital variável” (NETTO & BRAZ, 2008, p.102).

trabalhador pelo seu trabalho, que na sociedade capitalista, se expressa sob a forma do lucro.

Portanto, este adicional de valor é extraído do sobretrabalho, sendo considerado índice da exploração da força de trabalho. Esta realidade não aparece de forma evidente no capitalismo, ela aparece mistificada sob a sua forma aparente.

Em sua essência, “este valor diário da força de trabalho não é o valor necessariamente pago, pois o capitalista toma horas de trabalho excedente que não são pagas ao trabalhador, permitindo obter daí uma lucratividade maior” (OLIVEIRA, E., 2010, p.277).

Portanto, aumentar a produtividade social do capital é meio para que se obtenha uma taxa cada vez maior de lucro. Esta é a alavanca mais poderosa da acumulação. Com a inserção da máquina na esfera da produção de mercadorias e à medida que se investe em inovações tecnológicas que aperfeiçoem seu funcionamento, aumenta-se a velocidade do ciclo de rotação do capital, permitindo que um número maior de mercadorias seja produzido e realizado, diminuindo assim o tempo de rotação do capital. Aumenta-se, pois, a força produtiva do trabalho e, portanto, produz-se mais valor de forma mais rápida. Pois a reconversão desse valor excedente em capital que vai ser investido direto no âmbito da produção é condição necessária para a continuidade da acumulação.

Neste sentido, o aumento da produtividade se expressa diretamente na composição do capital, permitindo uma queda da massa de força de trabalho em detrimento do acréscimo da sua parte constante. O trabalho vivo torna-se obsoleto em algumas etapas do processo produtivo, e essa alteração na composição do capital se reflete na composição do valor, valorizando o capital constante à custa da depreciação do variável (MARX, 2013).

Portanto, é pela própria lógica das necessidades expansivas do capital que se torna cada vez menor a necessidade por trabalho humano em razão do aumento da massa de meios de produção. Altera-se a composição do capital e é objetivo dele que ela se mantenha sempre alta, ou seja, com uma massa de capital constante sempre maior em relação ao capital variável.

Contudo, os avanços da acumulação não causam apenas impactos sobre a sua composição orgânica. Também, gera os movimentos de concentração e

centralização. À medida que se mantém alta a composição do capital, há uma tendência de que se reúna cada vez mais capital para aumentar a produção de mais valor. Isto porque, concentrar uma massa de riqueza cada vez maior pelo incremento da produção de mais valia é o objetivo do capitalista.

Para Marx, “cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação” (2013, p.701). Cada capital, pela operação das suas forças produtivas, é capaz de produzir um excedente de riqueza que ao ser reinvestido na produção sob a forma de capital consegue ampliar o total de valor criado ao final. É, portanto, desta forma que se torna possível concentrar riqueza.

Ainda, é movimento tendencial da acumulação que os vários capitais acumulados existentes se unam, centralizando-se mediante o surgimento de *trusts*, cartéis, e *holdings*. Isso torna os empreendimentos mais fortes em relação a concorrência e sobretudo capazes de suportar maiores intempéries econômicas.

Sobre o movimento de centralização, Marx nos explica em poucas palavras o seu funcionamento:

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende da [...] produtividade do trabalho, mas esta [...] depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores (ibidem, p. 702).

Ainda, sobre esse processo, ele nos adverte sobre o fenômeno da concorrência e o crédito, pois são “[...] as duas alavancas mais poderosas da centralização” (idem, ibidem, loc cit).

Sobre a relação entre concentração e centralização sobre a lógica da acumulação, alguns comentários são válidos. Primeiro, para Marx, os efeitos da centralização são mais nocivos que a concentração. Ora, a forma da centralização aglutina vários capitais em um só, eliminando aqueles que possuem um capital menor pela força da concorrência. Aqueles que porventura não conseguem acumular um montante de capital que possa fazer frente a outros capitais são engolidos pela concorrência. Simplesmente, “a concorrência intercapitalista [...] põe cada capitalista diante da alternativa: ou acumula capital ou desaparece” (NETTO &

BRAZ, 2008, p.130). Ou seja, pela tendência própria da acumulação, aqueles que não têm condições de concorrer com outros capitalistas não encontram espaço no mercado para continuar existindo.

Como segundo aspecto, é importante compreender que concentração e centralização juntas dão concretude ao monopólio. Esta junção inaugura a fase mais recente do capital, a monopolista, caracterizada pela fusão do capital bancário e industrial.

Lênin (2012) por repetidas vezes afirma, a partir das suas constatações teóricas, que o imperialismo é em termos econômicos o capital dos monopólios e ele constitui-se como a transição para uma ordem social superior. É nele que ganha forma a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que dela aparecem os cartéis, *trusts*, sindicatos, e fundem-se com eles os poucos bancos que manipulam quantias exorbitantes.

Em suas palavras:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas **o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento**, [...]. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. [...] Ao mesmo tempo, os monopólios decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e imensos. **O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior. Se fosse necessário definir o imperialismo de forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo.** Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido (LÊNIN, 2012, p.123-124, grifos nossos).

Voltemos à lei geral da acumulação capitalista. O capital expulsa força de trabalho do âmbito produtivo, mas a um nível que não comprometa a produtividade

do capital mediante a incorporação de novas tecnologias. Por isso, ao passo que se dispensa força de trabalho inserida no processo de produção, abrem-se as brechas para a produção de uma população sobrente em face das necessidades do capital.

Desta forma, produz-se um contingente excedentário em face da capacidade de absorção de força de trabalho pela acumulação, conformado por trabalhadores que não encontram compradores para a força de trabalho que disponibiliza à venda. No entanto, “se este exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável ao prosseguimento dela” (NETTO & BRAZ, 2008, p.135).

Portanto, é possível afirmar que a esta população sobrente constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista. Pode-se mesmo dizer que reprodução do capital é, da mesma forma, reprodução desse contingente. Há reciprocidade na relação entre a acumulação e a produção do exército industrial de reserva. À medida que este último se torna um componente necessário e constitutivo da dinâmica própria do capital, ele cresce em razão direta ao avanço da acumulação, e quanto mais cresce mais produz páuperes.

Para Marx,

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (2013, p.719).

Na análise marxiana, a superpopulação relativa aparece classificada sob três formas: flutuante, latente e estagnada. Vejamos cada uma delas especificamente.

A população excedentária a flutuante compõe-se daqueles que ora estão empregados e ora desempregados. Para o autor de *O Capital*, sob esta forma “os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume, de modo que [...] o número de trabalhadores ocupados aumenta [...]” (MARX, 2013, p.716). Também, vale acrescentar que este contingente no capitalismo maduro equivale

àqueles trabalhadores que estão imersos nas estatísticas do desemprego, além dos subempregados ou aqueles “desmotivados” para o trabalho (HARVEY, 2013a).

A forma latente se expressa pelos trabalhadores que, sendo de área rural, migram para zonas industriais, a fim de serem proletarizados. Harvey (op.cit.) contribui para o nosso entendimento quando explica que, na redação de *O Capital*, o termo de Marx se referia principalmente à população camponesa que ainda não tinha sido absorvida pelo sistema do assalariamento. Mas, enfatiza que nesse contingente podem ser acrescentados ainda aqueles que foram engolidos pelo aparecimento da grande indústria e forçados a ingressar no mercado de trabalho. Incluem-se, portanto, artesãos, produtores pequeno-burgueses, e inclusive mulheres e crianças, o que faz deste um grande e diversificado contingente.

Por último, a população estagnada, engloba trabalhadores que jamais conseguem emprego fixo e peregrinam entre uma ocupação e outra. São aqueles que conformam um “depósito inesgotável de força de trabalho disponível” (MARX, 2013, p.718). As condições de vida deste contingente estão abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Por isso, torna-se rapidamente alvo da exploração do capital, expressando-se pelo máximo de tempo de trabalho em troca de um mínimo de salário.

Ainda, na base do exército industrial de reserva está o lumpem. Esta é a parcela mais degradada do proletariado, composta por aqueles que estão diretamente inseridos na esfera do pauperismo. Em seus próprios termos, Marx nos diz:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, na esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta apenas observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui com a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão e finalmente das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc.- cujo número aumenta com a

maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc (MARX, 2013, p.719).

As considerações de Marx acerca do lumpemproletariado colocam em cena dois aspectos interessantes. O primeiro é a funcionalidade daqueles que vegetam no pauperismo à acumulação. O segundo é situar esta funcionalidade as situações de crise do capital. Sem dúvida, a existência de um exército de reserva coloca-se como necessária em momentos em que o capital necessita de força de trabalho extra.

Harvey (2013a) de forma muito clara reafirma que a existência de uma população sobranse está diretamente ligada a inflexão que a composição orgânica do capital sofre ao dispensar trabalho vivo pela inserção de trabalho morto na produção. No entanto, ele coloca em cena a funcionalidade dessa massa de desempregados aos auspícios do capital, pela qual a acumulação pode se expandir, mediante seus movimentos de contração ou expansão, explicando que “normalmente o exército industrial de reserva é colocado na produção e, em seguida retirado em movimentos alternados, criando um movimento cíclico no mercado de trabalho” (p.264).

Salientamos que este comentário aponta para funcionalidade do exército industrial de reserva ao pleno funcionamento da acumulação. Pois, ele influencia diretamente a lei da oferta e demanda de força de trabalho. Em conjunturas desfavoráveis, na qual a taxa média de lucros entra em estagnação ou queda, o capital expulsa força de trabalho dos seus postos, substituindo-os por tecnologias. O efeito causado é sofrido por aqueles que permaneceram absorvidos como força de trabalho no mercado, pois se trata de aumentar a intensidade da jornada para compensar a produção do excedente de valor.

Além dos efeitos da alta composição do capital, o exército industrial de reserva representa também uma parcela da força de trabalho que pode ser mobilizada a qualquer momento, ainda que em ocupações temporárias. Ela é dispensada para que, em conjunturas favoráveis, quando ocorre a retomada das condições normais de produção, seja reinserida no âmbito produtivo, a fim de suprir as necessidades expansivas do capital.

Contudo, o efeito mais visível neste processo é a queda dos salários para um valor inferior. Marx, quando observa o efeito da contração ou expansão do exército

industrial de reserva sobre os salários, diz que ele é diretamente determinado “pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, [...] pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (MARX, 2013, p.712).

Castelo (2006) concorda que a existência deste exército industrial de reserva é uma das inúmeras formas de aumentar o lucro da classe capitalista e rebaixar os salários da classe trabalhadora.

Também, Harvey assinala que o impacto sobre os salários é significativo, e simplifica o entendimento da ideia de Marx acerca desse aspecto afirmando que

O modelo de Marx sugere que, onde quer que enfrente problemas de oferta de trabalho, a acumulação do capital expulsa as pessoas dos seus postos de trabalho, recorrendo a inovações tecnológicas e organizacionais, e o resultado é a queda dos salários abaixo de seu valor ou o aumento da jornada e da intensidade de trabalho para aqueles que permanecem empregados (2013a, p.265).

Portanto, o exército de reserva do capital surte impactos significativos sobre a população ativa principalmente pela queda dos seus salários. E, sem dúvida, reduz o poder de barganha do trabalhador ativo sob a ameaça de ser substituído a qualquer momento e perder seu posto de trabalho. Em suma, de acordo com o capítulo XXIII de *O Capital*, para além do desemprego, a principal consequência da acumulação é o pauperismo.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o rigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas da força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p.719-720).

Portanto, a acumulação do capital não impacta a classe trabalhadora apenas pelo desemprego ao ter sua força de trabalho dispensada do âmbito produtivo, mas também pelo pauperismo, que pode se expressar de forma absoluta ou relativa. Desenvolvemos especificamente esta discussão nas páginas que seguem.

### 1.3. O debate contemporâneo sobre a pauperização absoluta e relativa

Nos anos 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU), ao analisar as conseqüências do desenvolvimento do capital e as conseqüências dos ajustes operados pelas determinações de Washington, estabeleceu os Objetivos do Milênio. Entre os “oito jeitos de mudar o mundo”<sup>9</sup>, a eliminação da fome e da pobreza extrema constituíram objetivo de primeira ordem. Estabeleceu-se que até o ano de 2015 todos os países do mundo deveriam renovar o compromisso em direção ao cumprimento desta finalidade, combinando crescimento econômico com redução de desigualdade.

Sem dúvida, medidas como esta não partem de uma decisão aleatória dos organismos multilaterais. Há uma concepção ideológica que norteia as ações que são determinadas de cima para baixo, garantindo a reprodução do capitalismo em última instância, obviamente. Mas, isto nos leva a refletir sobre as diferentes concepções que norteiam o debate acerca da pobreza no mundo<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> De acordo com a ONU, os oito jeitos de mudar o mundo são, respectivamente: 1. Acabar com a fome e a miséria; 2. Educação básica de qualidade para todos; 3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde das gestantes; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Estas informações encontram-se disponíveis no site [www.objetivosdomilenio.org.br](http://www.objetivosdomilenio.org.br). Obviamente, estas medidas surgem como uma forma de lidar com as conseqüências dos acordos econômicos que regem a geopolítica global nos países do antigo terceiro mundo, sobretudo na América Latina, e nos países da antiga União Soviética, pela tutela da economia pelo capital financeiro, destruição das economias nacionais, enfraquecimento das moedas, dolarização dos preços, distorção das causas da pobreza no mundo, assim como a manipulação dos números sobre o fenômeno (CHOSSUDOVSKY, 1999).

<sup>10</sup> Um esforço teórico considerável neste sentido é o de Luana Siqueira ao esboçar detalhadamente as diferentes concepções acerca da pobreza e fazer esta correlação com o Serviço Social. Sem dúvida, esta é uma leitura indispensável para quem deseja ter uma visão geral sobre a temática: SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

Nas produções científicas algumas concepções aparecem evidenciadas: parece consensualmente aceita a visão pela qual a pobreza é entendida como ausência de renda e aquela pela qual o mesmo fenômeno é concebido como ausência de capacidade. Vejamos mais de perto estas concepções e a sua relação.

A visão da pobreza associada à ausência de renda está diretamente ligada à abordagem da visão estatística clássica, na qual a linha de pobreza ou de extrema pobreza – esta última também denominada linha de indigência – aparece determinada pela renda do indivíduo ou expressa ainda como frações do salário mínimo adotado.

Lavinás (2009), economista e estudiosa da pobreza no Brasil, explica que a falta de renda ou a pobreza monetária é a medida que prevalece na catalogação dos pobres. Inclusive, esta é a concepção utilizada no Brasil para fundamentar os critérios de delimitação dos elegíveis a participar dos programas voltados para a intervenção na pobreza. Para a autora, a utilização da renda monetária se justifica pela impossibilidade de medir as rendas não monetárias, isto é, os ganhos paralelos ao trabalho, com transporte e alimentação, por exemplo, e também o acesso a políticas públicas como saúde e educação.

No entanto, em posicionamento diverso e que condiz com a posição teórica deste trabalho, Siqueira (2013) alega que esta perspectiva é deficitária e constitui-se como um equívoco, pois a reprodução do indivíduo não passa apenas pelo dinheiro. Além disso, a renda é um fluxo monetário, e a sua estabilidade nem sempre é garantida. No caso do trabalho informal, que conforma a situação de boa parte dos trabalhadores no Brasil, a renda pode oscilar ou até mesmo não ser garantida. No caso das ocupações formais tem-se o Exército Industrial de Reserva, com força de trabalho disponível no momento em que o capital dela precisar.

A segunda concepção cientificamente aceita tende a evidenciar o desenvolvimento do indivíduo, vinculada a teoria das capacidades humanas, elaborada pelo economista indiano Amartya Kumar Sen, vencedor do Premio Nobel do ano de 1998 pelas suas contribuições a economia internacional. Em linhas gerais, Sen defende que o desenvolvimento de um país está associado às oportunidades de escolha que ele oferece a população. Isso canaliza

necessariamente para o pleno exercício da cidadania, incluindo direitos sociais, saúde, educação, assim como segurança, cultura, habitação e liberdade.

Para ele o critério de renda é o início, mas não o fim da análise sobre a pobreza. Sen entende a pobreza não apenas pela ausência de renda, mas pelo não desenvolvimento das capacidades do indivíduo, que passam pela ausência da alfabetização, a exposição a doenças, a falta de acesso aos serviços públicos e inclusive ao crédito. Por isso, o economista se orienta por uma concepção multidimensional da pobreza. Compreender o referido fenômeno nesta perspectiva é considerar além dos aspectos materiais ou objetivos e englobar na perspectiva de pobreza as condições subjetivas do pobre, o que tangencia equalizar aspectos socioeconômicos com aspectos espirituais ou imateriais. Ou seja, o sujeito pobre é avaliado pela forma como ele se sente, o seu nível de felicidade, ou como o indivíduo percebe sua situação social diante da ausência de recursos materiais que garantam a sua sobrevivência (SIQUEIRA, 2013).

Baseada nesta concepção está a visão adotada pelo Banco Mundial que pressupõe dois tipos de indivíduo em sociedade: o competitivo e o pobre (ou incapaz). Este último é aquele que não consegue garantir seu emprego ou sua subsistência, enquanto o competitivo encontra formas para a superação da pobreza (GRISOTTI & GELINSKI, 2010). Podemos vincular a este posicionamento também a ideologia do indivíduo empreendedor, que consegue através dos seus próprios méritos ascender socialmente e chegar ao seu pleno desenvolvimento e ao acúmulo de riqueza.

Siqueira (op. cit.) faz uma crítica sobre a forma interventiva do Banco Mundial na pobreza e a influencia da teoria das capacidades humanas. Na década de 1990, a autora afirma que política de alívio da pobreza concentrou-se na transferência de renda, nas atividades laborativas e na promoção da assistência. No entanto, passada apenas uma década a instituição admitiu que não conseguiu atingir as metas de redução da pobreza, dado as dificuldades de lidar com o fenômeno e a sua complexidade. Portanto, imprimiu novos rumos a concepção ideológica que norteava suas ações. Se antes ela se baseava no trabalho e na assistência social, nos anos 2000 se trata de promover oportunidades que possam autonomizar os pobres.

De forma geral, e explicando a perspectiva neodesenvolvimentista do economista Amartya Sen, Maranhão afirma que:

Ao reconhecer a imensa dívida social acumulada no mundo, Amartya Sen procurará construir uma teoria liberal da justiça e da equidade, que procurará recuperar debates clássicos da economia e da política. [...] O economista indiano sabe que a resolução de tais questões tem assumido nas últimas décadas um lugar importante no debate político e ideológico. [...] O fato é que, independente de suas boas intenções ao naturalizar os mecanismos de mercado como único caminho viável para o desenvolvimento da liberdade, só resto ao autor eliminar qualquer análise da totalidade social e focar-se no hiperdimensionamento do papel das capacidades do indivíduo. [...] **ao buscar renovar o compromisso liberal de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, as propostas neodesenvolvimentistas de Amartya Sen ajudam a revigorar as bases materiais para a contraditória negação dos seus próprios compromissos** (2012, p. 99-101, grifo nosso).

Grisotti & Gelinski afirmam que as duas concepções esboçadas estão estreitamente vinculadas. As autoras destacam as características que elas têm em comum, uma vez que são consideradas como visões parciais da pobreza. São elas: “a ênfase no indivíduo, a culpabilização pela condição de pobreza e a necessidade de mecanismos de empoderamento para que os indivíduos superem esta condição” (2010, p.212).

Também, é possível relacionar estas características com a concepção empirista da pobreza, que evidencia a pobreza absoluta, baseada em indicadores como a renda, o consumo, a ausência de patrimônio e a insatisfação das necessidades básicas (SIQUEIRA, 2013).

O foco dos programas de combate a pobreza propostos pelos organismos multilaterais nos países em desenvolvimento estão baseados nesta concepção de pobreza. Para instituir as formas de enfrentamento ao fenômeno, o Banco Mundial, desde a década de 1970, com a política de alívio da pobreza, faz uma distinção entre pobreza absoluta e relativa, sendo a pobreza extrema uma parte do conjunto dos pobres da sociedade.

Nessa lógica, uma observação é importante: a delimitação do caráter absoluto ou relativo da pobreza é fator determinante para instituir as formas de seu

enfrentamento pela via das políticas sociais. As concepções acerca do fenômeno da pobreza não são unívocas, da mesma forma que delimitar as suas faces absoluta e relativa não o são. Esta discussão abre um leque vasto de diferentes posicionamentos e conceitos, pois não existe um parâmetro único para identificar o que é ser pobre. Internacionalmente, o que se percebe são tentativas de aproximação pela utilização de análises quantitativas, através de índices ou cálculos, e qualitativas que levam em conta diferentes indicadores. Portanto, conforme as particularidades que o fenômeno assume nas diferentes regiões do globo, estabelecem-se parâmetros distintos para indicar a pobreza, ou a extrema pobreza.

Vale esclarecer que

Os indicadores são importantes porque ressaltam a falta de recursos necessários à reprodução do ser humano, até mesmo a física, e são importantes para avaliar o grau de presença das camadas indigentes e pobres, e para comparar o nível de pobreza entre nações, principalmente entre os países centrais e periféricos, facilitando a descrição quantitativa e a geográfica destas populações. **No entanto, estes indicadores de pobreza e indigência não consideram as causas da pobreza, nem a relação pobreza-acumulação, apenas descrevem seu estado.** Outro limite decorrente do anterior é que apresentam a realidade da “pobreza absoluta” sem conceber a “pobreza relativa”, que permite visualizar a pobreza em relação à acumulação de riqueza. Finalmente, **levam a conceber a pobreza como produto do déficit, da escassez, nos países não desenvolvidos, enquanto os países centrais a pobreza absoluta seria considerada inexistente ou reduzida;** isto em função da desconsideração da pobreza relativa (SIQUEIRA, 2013, p.193-194, grifos nossos).

Pelo que se pode observar, os estudos dos índices de alguma forma acaba sendo reducionista, pois apesar dos avanços nos instrumentos de avaliação, nenhum deles configura-se como suficiente para delimitar a pobreza no mundo. Por isso, a cada insuficiência de análise são construídos outros índices e assim por diante (SALAMA & VALIER, 1997).

No entanto, mesmo evidenciando a insuficiência dos índices para delimitar a pobreza e a inexistência de indicadores homogêneos que possam mensurá-la, em termos quantitativos eles são capazes de mostrar a magnitude do fenômeno, os

níveis que ele alcança em determinado lugar, destacando apenas o crucial para a formulação de políticas que pretendem diminuir a pobreza.

De acordo com o Banco Mundial, entende-se que a linha de pobreza extrema corresponde ao indivíduo com o rendimento diário inferior a U\$1,00 dólar. E a de pobreza moderada viver com U\$1,00 a U\$2,00 dólares por dia. Este valor advém do cálculo da quantidade calórica mínima necessária a ser ingerida diariamente para se garantir a sobrevivência.

No Brasil, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, as linhas de pobreza estabelecidas são baseadas nas frações do salário mínimo, utilizando o critério da renda. A linha de pobreza é de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*, e a de extrema pobreza  $\frac{1}{4}$  do mesmo salário.

Em linhas gerais, para as perspectivas anteriormente citadas, a pobreza absoluta é identificada quando o indivíduo não dispõe de recursos monetários suficientes para se reproduzir. A pobreza relativa se expressa pela insuficiência do rendimento monetário, abaixo de 50% do valor mediano, em relação ao padrão de vida de uma dada sociedade. Esta é uma medida que concerne aos países em desenvolvimento (SALAMA, 2008).

Feitas estas considerações e tratando da perspectiva teórica que norteia a realização deste trabalho, Marx coloca uma concepção inteiramente diversa da que foi esboçada. Como já adiantamos, na teoria marxiana a pobreza aparece sob a forma do pauperismo, como uma consequência necessária e, deste modo, ineliminável do capital.

Portanto, queremos delimitar que, partindo dessa perspectiva teórica, o empobrecimento absoluto ou relativo concerne a parte do valor que cabe ao trabalhador no processo de produção de riqueza. As tendências de um empobrecimento absoluto ou relativo em Marx aparecem hipotecadas ao montante de riqueza produzido, e logo, ligadas diretamente à exploração do trabalho.

Como foi dito páginas atrás, de acordo com a análise da lei geral da acumulação capitalista, o empobrecimento do trabalhador inicia-se ainda na esfera da produção, pois ele é pauperizado à medida que produz riqueza. Todavia, é a forma de extração do mais valor, tendo em vista a delimitação entre o tempo de

trabalho necessário e excedente da jornada de trabalho, que determina a forma de empobrecimento que este trabalhador irá sofrer.

O tipo de pauperização operado está diretamente ligado a forma da exploração do trabalho, e para que se obtenha um volume maior de excedente o capitalista pode fazê-lo de duas formas: absoluta ou relativa.

Segundo Netto & Braz, a primeira forma se dá pela ampliação da jornada, conservando a mesma duração do tempo de trabalho necessário, e estendendo o tempo de trabalho excedente, sem alteração do salário. “Jornada mais longa significa mais trabalho excedente” (2008, p.108).

Sobre a extração da mais valia absoluta, os referidos autores afirmam que ela esbarra em dois limites: físico e político.

O primeiro é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem a sua reprodução ameaçada (é isso que explica, entre outras razões, o fato de o Estado Burguês limitar legalmente a jornada, para preservar a reprodução da força de trabalho em benefício dos interesses gerais do capital). O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário – lutas que forçam o Estado a intervir na regulação das relações capital/trabalho (a limitação legal da jornada é o exemplo mais claro dessa intervenção) (NETTO & BRAZ, op.cit., loc.cit.).

Uma forma especial de proceder a extração de mais valia absoluta consiste na intensificação do ritmo de trabalho sem a alteração do tempo da jornada. Acelera-se, pois, o processo de trabalho conservando-se a duração dos tempos necessários e excedentes da jornada, ou seja, sem estendê-la.

A segunda, a forma relativa, acontece pela redução do tempo de trabalho necessário a formação do salário em detrimento do aumento do tempo de trabalho responsável pela formação do excedente, pela via da introdução de novas tecnologias, o que acaba por desvalorizar a força de trabalho, fazendo com que caia também o valor dos bens necessários a sua reprodução. Amplia-se a criação de valor pelo aumento da extensão do trabalho excedente sem ampliar a jornada em si.

Se a forma de proceder ao incremento do sobretrabalho for absoluta, logo tem-se uma pauperização do mesmo tipo. Esta relação também é verdadeira quanto à forma relativa. Se se procede a uma extração relativa de mais valor, ocorre da mesma forma um empobrecimento relativo (NETTO & BRAZ, 2008).

É interessante observar que estes são processos diferentes para se chegar ao mesmo fim: o incremento da produção de mais valor em detrimento de uma pauperização, seja ela absoluta ou relativa, do produtor direto da riqueza. O que está em evidência é o aumento da exploração da força de trabalho. A diferença é que, de certa forma, a forma relativa aparece com uma menor obviedade deste processo de exploração, sobretudo por utilizar as inovações tecnológicas ao seu favor.

Para Marx, diz-se que há um empobrecimento absoluto quando as condições gerais de vida da classe trabalhadora caem. Ocorre a baixa dos salários, queda dos padrões de alimentação e moradia, aumento do desemprego, assim como a intensificação do ritmo de trabalho (idem, *ibidem*). Podemos citar um exemplo clássico: o processo de pauperização sofrido pelos trabalhadores por ocasião da primeira onda industrializante na Inglaterra.

A pauperização relativa ocorre quando a parte da riqueza produzida pelo trabalhador torna-se proporcionalmente menor em relação ao total de valores produzidos. Este é um processo no qual se aumenta a distância entre o montante de valores criados e a parcela de riqueza da qual este produtor se apropria.

Pela tendência historicamente dada, e a partir da teoria marxiana, é possível verificar que a forma predominante de extração de mais valor no modo de produção capitalista é a relativa em detrimento do crescimento das organizações operárias e seu amadurecimento político (NETTO & BRAZ, *op.cit.*).

Isto nos leva a compreender que a forma relativa tende a ser evidenciada não apenas pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo – que obviamente facilitam e potencializam a extração de mais valor – mas também pelas formas de resistência do operariado, expressas pela sua organização política e sindical, ao procedimento absoluto.

Rosdolsky e Mandel, assim como Teixeira e Castelo são importantes expoentes neste debate, e entendem que, em geral, há uma tendência a um empobrecimento relativo da classe trabalhadora no modo de produção capitalista.

Ambos justificam que *a priori* esta não foi uma conclusão possível, mas este raciocínio aparece hipotecado ao acabamento da teoria dos salários em Marx, produção de sua maturidade teórica, principalmente esboçado nos textos *Salário, Preço e Lucro*, publicado em 1865, e *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875. Entremos um pouco nesse debate.

O entendimento da economia política clássica acerca do modo de produção capitalista era de um sistema baseado nas relações de troca, dando, pois, ênfase a esfera da circulação. Obviamente, este não é um raciocínio ingênuo, visto que a partir deste argumento tornava-se possível reafirmar os ideais do liberalismo clássico, pelo qual a liberdade dos homens poderia proporcionar o equilíbrio da sociedade através da “mão invisível”<sup>11</sup> do mercado. Para os liberais, a esfera da circulação pressupunha a igualdade e a liberdade dos agentes econômicos, o que canalizaria para relações igualitárias e harmônicas. Desta forma, os liberais clássicos conseguiam ocultar as determinações das contradições próprias do capital (CASTELO, 2006).

Contudo, Marx vai conseguir desvendar as contradições do capital a partir dos seus estudos baseados na esfera da produção de mercadorias, aonde se produz riqueza e pauperismo ao mesmo tempo, e não na esfera da circulação. Com a análise marxiana voltada ao reino da produção ficam candentes a desigualdade social, a estrutura de classes e a não liberdade do trabalhador assalariado (idem, *ibidem*).

O estudioso alemão vai se apropriar das descobertas da Economia Política Clássica e consegue as elevar a um novo patamar, submetendo-as a uma análise historicizante, sob uma perspectiva de totalidade<sup>12</sup>. Assim aconteceu com a lei férrea

---

<sup>11</sup> O termo “mão invisível” foi introduzido por Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações*. Pelo termo, Smith queria significar que a economia de mercado era controlada por uma força que agia como uma mão invisível, de forma que a riqueza das nações dependia da atuação dos indivíduos movidos pelos seus próprios interesses, o que levaria ao crescimento economia e a inovação tecnológica. A ação individual, nesse sentido, canalizaria para o bem-comum.

<sup>12</sup> Uma referência importante sobre este quesito é a contribuição clássica de Mandel, em *O lugar do marxismo na história*, na qual o autor discorre sobre a transformação que o

dos salários, elaborada pelo economista britânico David Ricardo, na qual se defendia que os salários deveriam cobrir apenas a reprodução biológica do trabalhador e da sua família. Para Ricardo, seriam inúteis todas as tentativas de aumentar o ganho real dos trabalhadores porque os salários permanecerão sempre próximos ao mínimo necessário à subsistência. Essa doutrina exerceu grande influência sobre o pensamento econômico no início do século XIX, e com ela concordava principalmente Thomas Malthus, grande influenciador das suas elaborações teóricas pelas suas ideias relacionadas à demografia.

O equilíbrio do pêndulo salarial ricardiano-malthusiano [...] encontra-se no nível mínimo de subsistência dos trabalhadores, eternamente condenados não só a viver com o suor do seu rosto, mas também a viver numa situação de miséria e pauperismo absoluto (CASTELO, 2006, p.148).

Estima-se que até aproximadamente o ano de 1850, os escritos dos jovens pensadores alemães estiveram sob estas influências, e defendiam, portanto, a tese de um empobrecimento absoluto, pois se os trabalhadores estavam condenados a sobreviver apenas com o necessário para a reprodução do seu mínimo fisiológico, eles estariam também condenados a uma pauperização absoluta permanente.

Sem dúvida, além de ser uma consequência direta da adoção da lei férrea dos salários, este pensamento também sofria a influência do empobrecimento inglês por ocasião da I Revolução Industrial, que se prolongava. Rosdolsky, em *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, vai dizer que nos anos entre 1840 e 1860, a situação de vida da classe trabalhadora era crítica.

Os progressos eram tão escassos e ocorriam de forma tão lenta, a miséria das massas trabalhadoras permanecia tão imensa que os socialistas da época, especialmente os socialistas revolucionários, julgavam com muito pessimismo as perspectivas de obter melhoras significativas na situação material da classe trabalhadora sobre o capitalismo, tornando-se então susceptíveis a aceitar um prognóstico de “empobrecimento” (2001, p.255).

---

pensamento marxiano vai causar nas ciências sociais. O autor aborda a filosofia clássica alemã, a historiografia sociológica francesa e a economia política inglesa situando a contribuição de cada uma e sua interlocução com a teoria marxiana (ver referências).

Contudo, por mais que em sua juventude Marx tenha partilhado da ideia de um empobrecimento absoluto, na sua maturidade ele consegue desmontar a tese ricardiana dos salários. Esta mudança se afirmou principalmente pela descoberta de que, diferente do que o economista clássico propunha, a luta de classes causa efeito sobre os salários. “Quando ele revisou essa concepção? Não é fácil estabelecê-lo com precisão. Mas, foi sem dúvida, o estudo das flutuações cíclicas e da atividade sindical na Grã-Bretanha que o levou a visões mais corretas” (MANDEL, 1980, p.149).

É a partir do final da década de 1850, com a publicação dos *Grundrisse*, aproximadamente em 1857, que uma perspectiva diferente e madura dos salários aparece. Aliás, esta compreensão permaneceu inalterada até a redação de *O Capital*.

Marx aí anota que a única coisa que distingue o operário do escravo é que ele pode *alargar* o círculo de seu gozo no período de boa conjuntura, que pode tomar parte nos gozos superiores, mesmo espirituais, na agitação por seus próprios interesses, que pode comprar jornais, ouvir conferências, educar os filhos, desenvolver os seus gostos, em poucas palavras, “participar da civilização” da única maneira que lhe permanece aberta, *elevando as suas necessidades*. Ora, Marx afirma aqui, implicitamente, que esse aumento do consumo, esse alargamento das necessidades, permanecem possíveis para os operários pelo menos no período de alta conjuntura, [...] o capital tem a tendência de impelir o operário a substituir as suas necessidades naturais (fisiológicas) por necessidades “historicamente criadas” (idem, ibidem, p.148, grifos do autor).

A partir do exposto entendemos que, em momentos de boa conjuntura, é possível para o trabalhador ter acesso a novas necessidades pela via do consumo, sentir necessidade de “gozos superiores”, como diz Mandel. No entanto, vale atentar que elevar as necessidades puramente biológicas a necessidades histórico-morais se torna possível apenas em condições (economicamente) favoráveis.

Assim, a teoria dos salários em Marx coloca que há um teto e não apenas um piso no salário. O limite inferior é determinado pelos meios de subsistência que permitam a reprodução biológica do trabalhador. O que determina seu teto, que

corresponde às necessidades historicamente criadas, é a luta de classes; ou seja, o fôlego dos trabalhadores frente ao capital (ROSDOLSKY, 2001).

Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx estabelece a sua crítica ao operário inglês John Weston, que infiltrava suas ideias na Associação Internacional dos Trabalhadores. Weston defendia que a luta sindical além de ineficaz em relação ao aumento dos salários seria prejudicial aos trabalhadores. Marx vai dizer que a tese do operário partia de equívocos relacionados a sua concepção de salário, ao considerar o volume da produção nacional como algo fixo e os salários como uma grandeza constante.

Para o marxiano a grandeza e o volume da produção nacional não é algo fixo, pois se opera a partir de contínuas mudanças na acumulação do capital e nas forças produtivas do trabalho. O salário é uma grandeza variável, e apesar de haver uma tendência concreta no capitalismo ao seu rebaixamento, visto que o capitalista quer sempre “encher os bolsos mais do que possa” é pela luta classes que os trabalhadores podem conseguir o seu aumento (MARX, 1982).

Portanto, ao passo que o capitalista, principalmente pelo movimento do exército industrial de reserva, tem a função primordial de pressionar os salários para baixo, é pela percepção da luta de classes que Marx vai defender que os salários podem ser elevados. Esta descoberta faria a verificação de Ricardo perder viabilidade teórica e parte majoritária dos autores marxistas, com base nesse pressuposto, colocam por terra a afirmação de uma pauperização absoluta dos trabalhadores. Marx nos diz que:

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu *limite mínimo* é determinado pelo *elemento físico*, quer dizer – para manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade, absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O *valor* destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do *valor do trabalho*. [...] Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o *padrão de vida tradicional em cada país*. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens (ibidem, p.192-193, grifos do autor).

Portanto, ao se referir ao valor da força de trabalho, Marx infere o seu preço, expresso no salário. Para ele o movimento dos salários é determinado pela interação do valor da força de trabalho com a acumulação do capital, e este não deve estar vinculado apenas a satisfação das necessidades fisiológicas dos trabalhadores, mas também a garantia das suas necessidades histórico-sociais, entendendo a primeira como reprodução biológica do trabalhador e a segunda sendo as necessidades espirituais deste.

Marx finaliza *Salário, Preço e Lucro* dizendo que

Depois desta exposição longuíssima [...] vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte: 1) uma alta geral nos salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias. 2) A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo. 3) Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para abolição definitiva do trabalho assalariado (1982, p.197, grifo nosso).

Mandel, ao tratar este aspecto do acabamento da teoria dos salários, vai explicar que a tendência no capitalismo ao rebaixamento destes, assim como tangencia Marx nas palavras acima, deve ser entendida no sentido relativo do termo, não como baixa no valor da força de trabalho, mas sobretudo uma baixa no poder de compra dos salários. Ele justifica sua afirmativa dizendo que

Para Marx o essencial era por em evidência a pauperização relativa do proletariado, o fato de que, mesmo quando seus salários aumentam, aumentam bem menos do que as riquezas de O Capital. [...] Ele escreverá no Capital: 'a situação do operário deve agravar-se, qualquer que seja o seu salário, seja ele baixo ou elevado'. Uma mesma condenação da pauperização relativa liga essas duas expressões. Tudo o que precede indica, claramente, que Marx jamais expôs, nas suas obras de maturidade, qualquer "lei" da pauperização absoluta dos trabalhadores, ainda que ele considerasse sua pauperização relativa como inevitável (MANDEL, 1980, p.154).

Em finais do século XIX, emerge a discussão sobre “A lei de bronze dos salários”, uma reformulação teórica de Ferdinand Lassalle, representante da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, a quem Marx endereçou *A Crítica ao Programa de Gotha*, em 1875. Dez anos depois de *Salário, Preço e Lucro* ele retoma o seu raciocínio dos salários visto que no *Programa de Gotha* aparecem claras alusões aos princípios Malthusianos e Ricardianos.

Naquela ocasião os discípulos de Lassalle defendiam a ajuda do Estado liberal burguês para a transição socialista. Por isso, as principais contestações de Marx acerca disso se relacionavam a perda de autonomia da práxis revolucionária do movimento operário. Para ele, o estado seria apenas um instrumento para a transição do socialismo para a sua fase superior, o comunismo (CASTELO, 2006).

Rosdolsky concorda com o raciocínio dos salários relativos em Marx. Para ele, “Só em Marx se encontra a lei da queda tendencial do salário relativo [...], segundo a qual cada vez aumenta mais a ‘distância recíproca’ entre a classe trabalhadora e a classe capitalista” (2001, p.246). Ele explica, pelo subsídio das ideias de Rosa Luxemburgo, porque as contestações de Marx sobre a Lei de Bronze de Lassalle faziam sentido.

Em se tratar de um salário absoluto o nível de vida real dos trabalhadores tende a cair visivelmente, o que se constitui como um verdadeiro atentado pela sua classe opositora, e a luta por melhores condições se instaura como resposta imediata. No entanto, a queda do salário relativo se dá de maneira invisível, quase imperceptível, pela incorporação do progresso técnico e científico. E a luta contra a queda do salário relativo aponta para um ideal revolucionário, visto que se coloca não apenas contra as más condições de produção e reprodução da força de trabalho, mas sobretudo contra esta forma de sociabilidade. A luta contra a queda do salário relativo é uma luta da força de trabalho considerada como mercadoria no modo de produção capitalista (ROSDOLSKY, op. cit.).

Para o autor, a questão do exército industrial de reserva deve ser entendida como uma lei historicamente tendencial do modo de produção capitalista e não como um prognóstico. Ele frisa a necessidade de cuidado ao interpretar esta parte da teoria marxiana no sentido de não atribuir ao próprio Marx uma simpatia pela lei do empobrecimento lassaliana (ROSDOLSKY, 2001).

Ele esclarece que

com o crescimento da acumulação, cresce também o exército industrial de reserva; por isso, cada vez são maiores os setores excedentes da classe trabalhadora [...]. A acumulação de miséria refere-se apenas aos lazarentos da classe [...] e não a toda classe (idem, ibidem, p.253).

Desta forma, quando Marx se refere à camada lazarenta da classe trabalhadora ele se refere apenas a uma fração da classe, que advém da variação entre exército ativo e inativo, e não a totalidade da classe, o que nega uma interpretação de um empobrecimento absoluto. Portanto, na concepção de Rosdolsky, o crescimento do exército industrial de reserva não altera a teoria marxiana dos salários.

Teixeira (1995) aponta as controvérsias que se montam dentro da tradição teórica marxista acerca da lei geral da acumulação capitalista sobre o processo de empobrecimento, e coloca em pólos opostos as perspectivas de Rosdolsky, anteriormente esboçada, e a de Ruy Fausto, que aparece principalmente no II Tomo de *Marx: Lógica e Política*. Para Teixeira, o primeiro deles guia a sua análise pelo acabamento da lei dos salários em Marx, e o último vai pela estrutura lógica da exposição de *O Capital*.

Apesar de Teixeira considerar estas visões complementares, elas se opõem no seguinte aspecto: Fausto considera a argumentação de Rosdolsky sobre os salários insuficiente para apontar um empobrecimento relativo da classe trabalhadora, pois na sua concepção “é evidente que em *O Capital* Marx estuda somente a tendência objetiva do sistema e não os efeitos da luta de classes” (FAUSTO, 1987, p.263).

Na curta análise que Fausto faz sobre esta discussão, ele deixa claro que considera o elemento físico assim como o histórico-moral dos salários, afirmando que esta última incorpora de fato a luta de classes. Tendo em vista que para o autor a luta de classes se ausenta de certa forma de *O Capital*, ou pelo menos não aparece enquanto categoria teórica de análise, isso o faz abraçar a ideia de uma tendência histórica a uma pauperização absoluta.

No entanto, ele nos diz que

A questão é assim a de saber até onde pode ir a luta dos trabalhadores, quais são os seus limites. Há de um lado o limite mínimo [...], mas qual é o limite máximo? É aqui que é preciso observar quais são os exemplos de lutas pelo aumento de salário que apresenta Marx. Sem entrar em muitos detalhes, esses exemplos são: o da luta pela elevação do preço da força de trabalho ao seu valor por ocasião de uma desvalorização do dinheiro que tem como resultado um preço inferior ao valor, a luta para vender a força de trabalho nas melhores condições em função das variações do ciclo e em consequência do preço da força de trabalho[...] portanto a luta não só pelo aumento do salário real mas pela conservação do valor da força de trabalho. [...] **Manter o “valor dado do trabalho” numa situação em que o valor do trabalho (isto é, da força de trabalho) tende a diminuir é lutar por um enriquecimento absoluto. [...] Importa indicar que este caso não foi excluído por Marx** (FAUSTO, 1897, p. 265-267, grifo nosso).

Portanto, o autor não desconsidera a existência da luta de classes, e coloca o seu funcionamento como determinante para que se assegure um limite em relação a exploração da força de trabalho. No entanto, é questionada a capacidade de luta da classe trabalhadora quando se põe em xeque o limite máximo que a luta de classes pode oferecer ao trabalho. Diante desses argumentos, ele conclui que pelo nível de exploração do capital, lutar pela conservação do valor da força de trabalho é lutar contra um empobrecimento absoluto (FAUSTO, op.cit.).

Ao concluir o raciocínio, Teixeira concorda em parte com Fausto, quando afirma que de fato não se encontra na exposição de *O Capital* a luta de classes, mas aponta que implicitamente esta era uma perspectiva presente, assim como nas suas publicações anteriores (como em *Salário, Preço e Lucro*) o que o leva a concluir que a tendência a um empobrecimento relativo é incontestável. A discussão, portanto, gira em torno da luta de classes.

Respondendo as palavras de Marx<sup>13</sup>, Teixeira se posiciona afirmando que

---

<sup>13</sup> “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (MARX, 2013, p.712-713).

[...] só a grosso modo os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pelo movimento do exército industrial de reserva. A expressão “grosso modo” implica dizer que esses movimentos são regulados por outros fatores: a luta de classes, por exemplo. Isso Marx tinha presente mesmo na exposição de *O Capital*, onde não põe ainda a luta de classes, o que significa dizer que não se encontra em *O Capital* uma teoria da pauperização absoluta da classe trabalhadora. E mais, Marx é bastante claro quando diz que a cada ciclo de acumulação o nível de salário real pode ser menor, igual ou maior do que aquele que prevaleceu no ciclo anterior. Como encontrar aí, então, uma teoria da pauperização absoluta? (TEIXEIRA, 1995, p.180).

Concordamos, portanto, com a lógica de que a luta de classes foi constante na obra marxiana, apesar de não aparecer como categoria teórica explicitamente analisada em *O Capital*, talvez até mesmo pelo caráter inacabado da obra. No entanto, cabe questionar: o que podemos esperar da pauperização da classe trabalhadora sob a lógica capitalista?

Como foi exposto, ao defender a tese marxiana dos salários pela qual há uma tendência não apenas a um mínimo de subsistência, mas que incorpore as necessidades históricas e sociais da classe trabalhadora variando de um lugar ao outro, Marx infere que a luta de classes surte efeito sobre os salários, e automaticamente nega a tendência a um empobrecimento absoluto no modo de produção capitalista.

É inegável, portanto, que há nos estudos das obras da maturidade de Marx uma indicação do empobrecimento relativo da classe trabalhadora sob a lógica deste modo de produção. No entanto, considerando a luta de classes na contemporaneidade, e sendo este um ponto fulcral nesta discussão, é importante sinalizar que

Se a crise golpeia o capital, ela impacta profundamente o trabalhador. O efeito da crise se reverte trágica e imediatamente em aumento do desemprego e da pauperização e da miserabilidade a ele associadas, em acirramento da exploração capitalista [...] na perda de direitos trabalhistas conquistados, na precarização de políticas e serviços sociais estatais. Paralelamente, a classe trabalhadora, com os efeitos do aumento do desemprego (e do exército industrial de reserva), passa a desenvolver uma atitude mais individualista e defensiva, até aceitando muitas perdas para garantir

seu emprego, o que impacta nas lutas dos trabalhadores e nos seus efeitos sociais (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2010, p. 212).

Portanto, o que podemos esperar dos processos de empobrecimento no mundo periférico em um contexto de crise? Levando em conta um processo de enfraquecimento e passivização da classe trabalhadora nos últimos anos, será que a configuração atual da luta de classes tem, de fato, impactado o capital a ponto de oferecer-lhe um limite à exacerbação da exploração da força de trabalho? É possível pensar, no Brasil, a partir da perspectiva do acabamento da teoria dos salários proposto por Marx, em uma reprodução via assalariamento que garante, além das necessidades fisiológicas, a satisfação das necessidades histórico-morais da classe trabalhadora? Por hora, estes questionamentos se fazem presentes, e tentaremos respondê-los ao longo deste trabalho levando em conta o papel das transferências de renda nesse sentido.

Entretanto, mesmo defendendo uma verdadeira antipatia de Marx pela chamada teoria do empobrecimento, Rosdolsky admite que no modo de produção capitalista a tendência a um empobrecimento absoluto é real.

Não queremos dizer que na realidade capitalista inexistem tendências de empobrecimento; elas existem, mas é preciso saber aonde buscá-las. Essas tendências manifestam-se claramente em dois casos: em primeiro lugar, **temporariamente, em todos os períodos de crise**; em segundo, **permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo**, [...] (2001, p.256, grifo nosso).

Nesse sentido, as palavras de Marini são brilhantes. Elas fazem uma alusão clara ao empobrecimento absoluto como uma possibilidade aberta no capitalismo periférico contemporâneo. O autor coloca a importância teórica para Marx em elucidar a forma da exploração da mais valia absoluta, e afirma que esta não pode ser excluída da análise teórica marxista levando em conta as formas de extração de mais valia relativa na contemporaneidade a partir de uma maior exploração do trabalho.

O que se discute é se as formas de exploração, que se distanciam da que engendra a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade, devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista. O equívoco [...] está em responder afirmativamente a esta questão, como se as formas superiores da acumulação capitalista *implicassem na exclusão de suas formas inferiores e se dessem independentemente delas*. Se Marx tivesse compartilhado essa opinião, seguramente não se teria preocupado com a mais-valia absoluta e não teria integrado, enquanto conceito básico no seu esquema teórico. Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que a *produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acena a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada* (MARINI, 2000, p.160, grifos do autor).

Portanto, a partir do exposto inferimos que o capitalismo periférico, seja pela situação de crise ou até mesmo pelas configurações assumidas pelos direitos do trabalho, mediante o retrocesso operado nos últimos anos, e sobretudo pela situação da luta de classes no momento contemporâneo, pode estar sofrendo uma tendência a um retorno da pauperização absoluta da classe trabalhadora.

Antes de entrar na discussão sobre o papel e o impacto que as transferências de renda protagonizadas pelo Programa Bolsa Família tem surtido sobre este processo de pauperização, queremos colocar o debate sobre a “questão social”, expressão do conflito entre capital e trabalho, a fim de compreender as suas características no capitalismo periférico contemporâneo e no Brasil, em particular.

## 2. TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E REPRODUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Este capítulo tem por finalidade a discussão da relação entre “questão social” e pobreza. O esforço teórico aqui empreendido pretende situar o debate apontando teórico e historicamente esta pertinência, situando a particularidade da América Latina e do Brasil.

A discussão aqui realizada surge da premissa de que para se tratar a expressão da “questão social” no Brasil, particularizando a pobreza, faz-se necessário compreender as determinações históricas, econômicas, sociais e culturais que perpassam a formação do país. Por tal motivo apresentaremos sumariamente alguns dos principais determinantes para a formação do capitalismo periférico e em particular o caso brasileiro.

Adiantamos que não pretendemos aqui esgotar as teses clássicas que explicam a formação social e econômica do país, nem tampouco delinear historicamente todos os acontecimentos que subsidiaram este todo, mas apenas esboçar resumidamente os aspectos necessários para entender a realidade complexa na qual se situa o fenômeno da pobreza a partir dos contornos assumidos pelo trabalho.

Como bem coloca Marini (2000), o capitalismo que se tem na periferia do mundo só ganha sentido quando contemplado tanto a um nível nacional, e principalmente como parte do cenário internacional. Desta forma, entendemos que só se torna viável caminhar para a análise particular da formação econômico social e do capitalismo na periferia do mundo e no Brasil se conseguirmos observar o contexto em que esta realidade se insere internacionalmente. Por isso, em alguns momentos faremos esta correlação.

Este capítulo está subdividido em três momentos interligados entre si. Inicialmente, faremos uma discussão ontológica acerca da “questão social” situando a sua relação orgânica com a pobreza. Num segundo momento abordaremos os principais aspectos da formação do capitalismo latino americano e brasileiro apontando para os traços da sua formação da colônia à república. Por último, compreenderemos as configurações da relação entre trabalho e “questão social” no

Brasil contemporâneo como cenário da dominação imperialista no pós-1930 e os seus traços mais flagrantes.

### **2.1. A relação orgânica entre “questão social” e pobreza**

Os estudos sobre a “questão social” compreendem um campo teórico de debates amplos e heterogêneos no lastro das ciências sociais. Também no censo comum esta realidade é verificável. Ela tornou-se objeto dos noticiários, das redes sociais, das chamadas empresas sociais, e, sobretudo do Estado burguês. Sua existência é factual e conforma um leque de posicionamentos e atribuições diversas relacionadas ao tema.

Por vezes, ela é entendida como manifestação imediata, presente em toda e qualquer forma de sociabilidade, mas completamente resolvível por intervenções políticas. Em outros casos ela é naturalizada, entendida como vontade divina, tornando-se, portanto, fato inconteste. Em ambas as interpretações, a possível solução está diretamente relacionada a uma reforma moral do homem e da sociedade, mas nunca em proporções que atinjam o seu cerne, canalizando para o fim do modo de produção capitalista (NETTO, 2011).

O que parece inequívoco em todas as formas de compreensão da “questão social” é sua estreita relação com o fenômeno da pobreza, gerando inclusive, algumas vezes, uma contradição em termos. Faz-se necessário esclarecer que, de fato, a expressão “questão social” surge como sinonímia ao fenômeno do pauperismo. “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da [...] primeira onda industrializante [...] trata-se do fenômeno do *pauperismo*” (idem, *ibidem*, p.152, grifo do autor). Mas, vale dizer: a “questão social” não se reduz apenas a este último, suas expressões estão para além dele.

Vale ainda frisar o seu traço sócio-político, pois a “questão social” só encontra lugar nas preocupações da classe burguesa a partir do momento em que as lutas operárias e a organização dos trabalhadores passam a reivindicar solução para as péssimas condições de vida a que estavam submetidos. É, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado que surge a “questão social”. A discussão

sobre o tema sempre esteve presente na obra marxiana, entendida como questão operária vinculada à luta de classes (CASTELO, 2006).

Em linhas gerais, a relação entre “questão social” e pauperismo tem o seu entendimento hipotecado a delimitação da profundidade e largura das consequências advindas do conflito entre capital e trabalho, o que lança as bases para a materialização da primeira, em suas diversas facetas, inclusive dando concretude a segunda. Em outros termos, o pauperismo é, pois, expressão concreta da “questão social”. Aquele se liga à forma de como esta se estabelece neste modo de produção.

Cabe inicialmente sinalizar que pelo termo “questão social” se quer indicar o conjunto das mazelas próprias da sociedade burguesa, colocando-a, portanto, como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da classe capitalista” (NETTO, 2011, p. 17).

Também, Iamamoto & Carvalho se posicionam de forma esclarecedora, porém não divergente, dizendo que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...] (2008, p.77).

A partir das palavras acima colocadas, parece consensual afirmar que a gênese da “questão social” remonta ao tempo histórico moderno à inserção da forma de produção social baseada na grande indústria. Pode-se dizer que a sua emergência data de meados da terceira década do século XIX, tendo em vista o surgimento do pauperismo e das lutas do proletariado contra a burguesia. É neste momento, quando a luta operária ganha força e visibilidade política, em que a classe dominante, até então esquecida das condições de vida as quais estavam submetidas o proletariado, volta seus olhares para sua classe dominada.

A “questão social”, enquanto categoria teórica e problemática histórica emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando a classe operária, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um ator político independente e autónomo, lutando e reivindicando soluções para as suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (CASTELO, 2006, p.16).

Por aquela ocasião, intelectuais de diferentes posicionamentos ídeo-políticos ocupavam-se de pensar as transformações ocorridas com o surgimento do novo mundo e a emergência da chamada “questão social”. Esta foi uma expressão largamente utilizada, inclusive pelos teóricos orientados pela vertente crítico-dialética, e os próprios autores marxianos utilizaram-se deste termo até 1844. No entanto, no pós 1848, o termo foi apropriado pelos intelectuais burgueses, mas numa perspectiva diferenciada, notadamente esvaziada de sentido relacionado ao conteúdo de que trata (idem, op. cit.).

A partir do uso indevido do termo, a “questão social” passou de uma análise sócio-histórica, associada a uma perspectiva de totalidade, para progressivamente cair numa relação que favoreceu o modo burguês, de forma a legitimar a reprodução da propriedade privada dos meios de produção, o que lhe conferiu uma análise naturalizada, deslocada das relações espaço-temporais<sup>14</sup>.

Entretanto, vale abrir um parêntese a este respeito. Importa ressaltar que ainda que o termo tenha sido apropriado pelo pensamento burguês, esta sempre foi uma problemática presente no pensamento marxiano. Castelo frisa que apesar de ter havido um abandono da categoria em termos, “esta foi, ao longo da obra dos pensadores revolucionários alemães, uma constante que nunca saiu de cena” (ibidem, p.19).

Por ocasião da inserção de mudanças nas bases produtivas na Inglaterra do século XVIII, o processo de pauperização da classe trabalhadora, apresentando-se

---

<sup>14</sup> Sobre este aspecto, um detalhe importante, que soa inclusive como um aspecto meramente estético, mas que não engendra uma questão menor, é a utilização de aspas ao se referir ao termo. Netto justifica este uso pelos autores que se vinculam a perspectiva da vertente crítico-dialética, pois segundo ele, “o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (2011, p.156).

naquele momento de maneira absoluta, ganhou atenção enquanto fenômeno inédito por constituir-se de maneira diferente das formas pelas quais a pobreza até então se expressava.

Santos deixa claro que “a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas” (2012, p.29). Portanto, a pobreza em tempos anteriores se apresentava de maneira totalmente diversa de como ela se coloca após a emergência do capital. Se antes tal fenômeno era originado principalmente pela escassez de bens que pudessem suprir as necessidades das pessoas vivendo em sociedade, em determinados momentos históricos, ou seja, pela carência de bens na esfera da circulação, com a emergência do capital ela é ocasionada, sobretudo, pela produção fabril. Em outros termos, o pauperismo no modo de produção capitalista está hipotecado à esfera da produção de mercadorias.

Na avaliação de Netto,

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que se aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (2011c, p.153-154).

De fato, a desigualdade entre classes não era um fator novo, pois perpassou as formas anteriores ao modo de produção capitalista. Contudo, no momento em que se colocam as bases para o funcionamento da grande indústria, com o desenvolvimento das forças produtivas no sentido de ampliar a produção de mercadorias e aumentar a rentabilidade do capital, colocam-se também as bases para um empobrecimento alargado daqueles que vendem força de trabalho em troca de um salário que garanta sua reprodução.

Marx nos explica que é ainda sob a lógica da produção que se inicia o processo de pauperização do trabalhador. Pois o mesmo “torna-se tanto mais pobre

quanto mais riqueza produz, [...] com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (2001, p.111).

Na sociedade de classes, a riqueza produzida não é socializada com os seus produtores diretos (os trabalhadores), mas apropriada pelo dono dos meios de produção. Assim, fica candente que, pela própria dinâmica tendencial do capital, o avanço da acumulação coloca de um lado uma enorme massa de riqueza produzida e de outro, uma também assombrosa concentração de pobreza. Desta forma, torna-se cada vez mais restrito o acesso de bens necessários a reprodução da vida por esta classe expropriada.

Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, livro concluído no ano de 1845, mas publicado em língua portuguesa pela primeira vez somente em 1975, faz importantes considerações acerca das consequências da I Revolução Industrial para a classe trabalhadora inglesa. O referido livro compõe a ata de pesquisa do autor que, impactado com os efeitos que o capital surtiu sobre a classe trabalhadora nesse momento histórico, assim decidiu redigi-lo após uma pesquisa de vinte e um meses.

Este é um livro da sua época, e não pode ser entendido fora desta realidade, portanto, um clássico. Ele continua a ser considerado hoje, como foi no ano de sua publicação, a melhor obra sobre a classe operária inglesa. Não que inexistam outras, mas este *status* se deve ao fato de que, mesmo representando uma obra da jovialidade do autor, ela representa a primeira tentativa de utilização do método em Marx e como tal, tratando a classe operária inglesa como um todo e desenvolvendo uma análise geral do capitalismo que então se apresentava: o industrial-concorrencial (HOBSBAWM, 2011).

Naquele momento Engels se deparou com momento de organização do capital que já revelava, de alguma forma, ciclos de depressões econômicas, como os dos anos de 1825 e 1836, “o que articula uma ordenação societária típica: a urbanização acelerada e dramática polarização social” (NETTO, 2004, p.33).

A formação das cidades ganha ênfase especial dada por Engels, quando as analisa no seu terceiro capítulo. Sobre a cidade de Londres, o jovem a relata como um espaço de aglomeração de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas que, indiferentes entre si, isolam-se cada um nos seus próprios interesses pessoais.

Estas pessoas, para o autor, conformam uma guerra social, de todos contra todos. Ao visitar um dos bairros de “má fama” (termo utilizado pelo autor para designar os locais nos quais se concentrava a classe operária) conhecido como “Ninho dos Corvos”, o descreveu da seguinte forma:

É uma massa desordenada de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquele que se registra nas principais ruas da cidade - com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o transito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e tem um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada se comparado aos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas - quando as há - são velhas pranchas pregadas umas as outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas, e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas de prostituição (ENGELS, 2010, p.71).

Ao se referir as mudanças cataclísmicas operadas naquele momento, decorrentes da inserção da máquina a vapor e seu contínuo aperfeiçoamento, o abandono da agricultura, e a produção de ferro e extração de minerais e a ampliação da indústria têxtil, Engels se expressa da seguinte maneira:

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual* e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comercio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, e a destruição de toda a propriedade e da toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral,

as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários [...] (ENGELS, 2010, p.50 – grifos do autor).

Quanto ao fenômeno da polarização social, concomitante ao processo de formação das cidades, Netto afirma que ela se expressa, sobretudo pela miséria. Ele elucida dados dizendo que “na civilizada Inglaterra, oficina do mundo, tem, nos anos 40 do século XIX, 10% da sua população oficialmente qualificada como indigente” (2004, p.34).

Sobre esse episódio da história, e a respeito da situação da classe operária naquele momento, Huberman nos diz que:

[...] com a chegada das máquinas e do sistema fabril [...] os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres. [...] As máquinas que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. [...] Os capitalistas achavam que podiam fazer como bem entendessem com as coisas que lhes pertenciam. Não distinguiam entre suas “mãos” e “máquinas”. [...] Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram-lhes trabalho [...]” (2010, p.142-144).

O trabalho infantil e feminino apareceu aos donos das grandes fábricas como uma verdadeira benção, pois além de mais passivo, representava uma força de trabalho incrivelmente mais barata. Se de início o trabalho infantil era uma forma de complementar os ganhos dos seus pais, com o tempo ele começou a constituir-se como base do sistema. Eles iam ao chão de fábrica, submetiam-se a uma jornada extensa de trabalho intenso. Sem dúvida, estavam expostos não apenas ao controle rígido do tempo de produção bem como a acidentes de trabalho.

Hobsbawm também comenta esse momento da história.

[...] havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. Destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, como poderiam muitos deles deixar de cair no abismo dos recursos de sobrevivência, em que famílias penhoravam a cada semana seus cobertores até o dia do

pagamento, [...]. O alcoolismo em massa, companheiro quase invariável de uma industrialização e de uma urbanização bruscas e incontroláveis, disseminou uma ‘peste de embriaguez’ em toda a Europa. [...] A consequência mais patente dessa deterioração urbana foi o reaparecimento das grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente transmitidas pela água), notadamente a cólera, que reconquistou a Europa a partir de 1831 e varreu o continente de Marselha e São Peterburgo em 1832 e novamente mais tarde. [...] a bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social [...] (HOBSBAM, 2011, p.323-325).

Sobre os subúrbios nos quais os trabalhadores se amontoavam, Huberman (2010) ainda acresce um dado interessante. As doenças e a morte assolavam de tal forma, que nessas localizações a expectativa de vida era determinada pelo local onde se morava, variando assombrosamente de uma rua para a outra.

É com a obra de Engels que fica claro que o proletariado inglês não é apenas designado como pobre, mas pelas suas próprias condições foram impelidos a se rebelar. Portanto, ele coloca em cena a luta de classes. Em uma só palavra: a “questão social” ganha contorno necessariamente a partir da organização das franjas operárias como sujeito político na reivindicação de soluções para as condições de vida nas quais estavam submetidos naquele momento histórico.

Hobsbawm questiona o motivo pelo qual os governos europeus concluíram que tinham de dar atenção as reivindicações do operariado. E responde:

o que realmente deixava os governos nervosos não eram os cálculos eleitorais, e sim a evidente consciência de classe dos operários, que encontrou expressão nos partidos de classe, preponderantemente ‘vermelhos’ (2004, p. 359-360).

Foi, portanto, a partir da conjuntura política de protestos e reivindicações que a classe dominada passou a ser objeto de preocupação da burguesia<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Não à toa, é nesse momento em que ganham evidência as primeiras legislações sociais para lidar com as expressões da “questão social”. As políticas sociais são respostas formais do Estado burguês para lidar com as mazelas que surgiram com o capitalismo. Ao lado da caridade e da filantropia, as legislações inglesas são consideradas as protoformas da política social. No entanto, elas antecedem o período da I Revolução Industrial. “Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o abandono dessas tímidas e repressivas medidas

Ora,

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2011, p.154).

Daí que se coloca a importância da organização do proletariado enquanto sujeito político neste cenário. Os sindicatos, enquanto locus dessa organização, assumem relevante importância nesse momento, sinalizando a consciência política e o reconhecimento de classe *em si e para si* da classe trabalhadora. Pode-se dizer, portanto, que a luta de classes é o elemento constitutivo da “questão social”. Ela não se reduz apenas as consequências próprias do capital emergente do seu desenvolvimento, mas, se coloca, sobretudo, como expressão da luta de classes, tornando-se sujeito notável e uma ameaça concreta a classe burguesa pelo seu papel revolucionário.

Para Santos “as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores [...]” (2012, p.30).

Pois bem, se o pauperismo ganha forma necessariamente a partir da emergência da sociedade burguesa, junto com ele a “questão social” aparece materializada no conjunto das mazelas próprias deste modo de produção, em suas sequelas, englobando o conjunto de desigualdades fundadas especificamente sob a relação entre capital e trabalho. Portanto, partindo dessa concepção é que se pode afirmar que o pauperismo, assim como a “questão social”, são insuprimíveis sob o marco do capital. Sua relação com este modo de produzir é intrínseca. Imaginar a

---

de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital provocando o pauperismo como o fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.51). Contudo, vale destacar que foi pela organização dos trabalhadores junto aos sindicatos, inicialmente pelo movimento ludista, com a queda das máquinas, e depois o cartista, pelo envio de petições ao parlamento inglês, que foi possível a conquista de alguns direitos, sobretudo políticos, e daí surgiram algumas regulamentações sociais do trabalho pelo Estado.

solução da “questão social” sob a lógica do capital é o mesmo que pensar a sua manutenção e reprodução sem a acumulação (NETTO, 2008).

E vale dizer: a “questão social” ganha novas expressões e dimensões com o avanço dos níveis de acumulação. Tendo em vista que o pauperismo constitui-se como uma das expressões da “questão social” e resultado da relação contraditória entre trabalho e acumulação, à medida que o capital explora mais força de trabalho, é possível se chegar a um nível de excedente que, ao ser reinvestido na produção adquire novamente a forma de capital, o que permite que se avance a acumulação.

Portanto, à medida que o trabalhador transfere valor para as mercadorias produzidas, ele sofre um processo de empobrecimento. É assim próprio da dinâmica capitalista produzir pobreza à medida que produz, por outro lado, riqueza. É isto que Marx sugere a partir da lei geral da acumulação capitalista<sup>16</sup>.

Até aqui compreendemos como se dá a relação entre “questão social” e pauperismo entendendo a gênese e os fundamentos históricos que colocam a pertinência dessa relação. Nas páginas que seguem, concentraremos esforços em compreender como as determinações geopolíticas globais, desde a formação social do Brasil e no pós 1930, influíram no debate contemporâneo sobre o tema.

## **2.2. Aspectos da formação econômico-social brasileira**

O debate sobre trabalho e “questão social” na formação econômico-social do Brasil tem por objetivo discutir a anatomia das consequências do desenvolvimento capitalista na periferia do mundo, apontando para os contornos presentes na América Latina e alguns aspectos da particularidade brasileira, com o enfoque na sua formação social.

Em outras palavras, a ideia consiste em tratar as consequências que o conflito entre capital e trabalho produziu nos países tidos como subdesenvolvidos dando enfoque a alguns aspectos da formação econômico-social brasileira, evidenciando os traços da apropriação/expropriação capitalista aqui realizada.

---

<sup>16</sup> A Lei geral da acumulação capitalista em Marx foi abordada no primeiro capítulo deste trabalho.

Santos (2012) enfatiza em sua tese a diferença crucial entre formação social e modo de produção. Para a autora, a adequação teórica correta de ambas as categorias são necessárias para se compreender não apenas o universo das relações sociais capitalistas, como também a própria “questão social”.

Estas são categorias de análise que devem ser consideradas dentro da sua particularidade ontológica e reflexiva tendo em vista que elas não tangenciam a mesma ideia. Enquanto o modo de produção, de forma resumida, corresponde àquilo que Marx denomina em *A Ideologia Alemã* como “modo de vida”, compreendendo as relações entre a estrutura e a superestrutura nos termos gramscianos; a formação econômico social se coloca como a forma histórico-concreta que o modo de produção assume nas diferentes latitudes, visto que o conflito entre capital e trabalho, enquanto categoria de análise abstrata torna-se insuficiente para delimitar a “questão social”, que tem suas dimensões hipotecadas às particularidades históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais dos diferentes lugares do mundo.

De forma geral, aludimos previamente que esta discussão sinaliza apenas alguns apontamentos necessários ao debate daquilo que denominamos como formação econômico-social do Brasil. Queremos delinear apenas os aspectos indispensáveis para a compreensão da formação econômico-social e como estas raízes se fazem presentes no cotidiano das relações sociais brasileiras, expressa sob a forma da “questão social” e da pobreza, não tendo, portanto, a pretensão de esgotar o amplo debate e as teses que conformam este tema dentro da história, da sociologia e da antropologia brasileira. Tal qual para Yamamoto,

[...] discernir a *questão social* na América Latina exige atentar às particularidades histórico culturais das relações sociais da região, em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas com acento na concentração de renda e poder e na pobreza das grandes majorias. Exige também atribuir visibilidade aos sujeitos que, por meio dos seus esforços, conflitos e lutas atribuem a densidade política à *questão social* na cena pública: indígenas, negros, trabalhadores urbanos e rurais, mulheres entre outros segmentos, que se constroem e se diferenciam nas histórias nacionais (2012, p.146).

A partir do exposto, entendemos que a “questão social”, pelo viés do conflito entre capital e trabalho e considerando as lutas das classes em presença, é determinada pelas particularidades históricas, sociais, culturais e econômicas que compreenderam o processo de formação de um determinado país.

Isto evidencia, pois, a necessidade em compreender esta formação visto que ela consegue particularizar os elementos necessários a compreensão da inserção periférica do capitalismo brasileiro, elucidando os traços particulares de um modo de produção global<sup>17</sup> sob uma forma historicamente determinada (SANTOS, 2012).

Consideramos ainda que para compreender a “questão social” no Brasil teremos que fazer alusão aos momentos da sua formação econômico-social retomando alguns contornos assumidos pelo trabalho. Pois, a história da “questão social” no Brasil pode ser entendida como a história das formas assumidas pelo trabalho e este se encontra, portanto, no cerne da “questão social” brasileira (IANNI, 2004).

Isto posto, é importante assinalar, que apesar das polêmicas discussões acerca da questão nacional, isto é, o processo de formação social e a modernização que perpassa a constituição e a consolidação do capitalismo no Brasil<sup>18</sup>, tomaremos como referência nesse debate, a discussão crítica em torno do tema, considerando como expoente, o pensamento de Caio Prado Júnior<sup>19</sup> e o legado de sua tradição.

---

<sup>17</sup> “O modo de produção capitalista [...] que sucedeu, no ocidente, ao modo de produção feudal, é hoje dominante em escala mundial. Desde a sua consolidação, na passagem do século XVIII ao XIX, ele experimentou uma complexa evolução e se, durante cerca de setenta anos, no decurso do século XX, teve a concorrência das experiências de caráter socialista, atualmente não se confronta com nenhum desafio externo à sua própria dinâmica: impera na economia das sociedades mais desenvolvidas (centrais) e vigora na economia das sociedades menos desenvolvidas (periféricas), nas quais, por vezes, subordina modos de produção precedentes. Para dizê-lo em poucas palavras, na entrada do século XXI, o MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário” (NETTO & BRAZ, 2008, p.95).

<sup>18</sup> (BEHRING, 2008, p. 84-85).

<sup>19</sup> Mesmo não pretendendo tornar este o centro da análise, não podemos aqui deixar de fazer alusão à tríade do pensamento social brasileiro, composta pelas interpretações clássicas do Brasil realizadas por Gylberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*; Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*; e Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil Contemporâneo*. Esta grande tradição, pelo conjunto das obras e o pensamento a respeito do Brasil que apresenta se constituem como indispensáveis para compreender o Brasil como ele é na contemporaneidade. “A ideia que nós fazemos do Brasil, da formação e da sua sociedade, do Estado, das rupturas e continuidades, dos nossos sucessos e fracassos enquanto sociedade e civilização, dos nossos estigmas, preconceitos e trunfos, de nossas abissais desigualdades e da forma como tudo isso plasmou uma sociabilidade, desde a

A interpretação marxista da realidade brasileira lida com as relações, os processos e as estruturas que constituem a realidade da vida social a partir da perspectiva do trabalho (IANNI, 2004). Sem dúvida, conforma uma interpretação crítica da formação do Brasil apontando para os laços de dependência dos países subordinados a partir das bases imperialistas de dominação.

Em linhas gerais, a obra de Caio Prado Júnior prioriza a processualidade histórica da interpretação do Brasil, considerando a colônia, o império e a república ao evidenciar movimento que, de fora pra dentro, consegue alinhar o curso dos acontecimentos internos em detrimento da dominação externa. O autor retoma três processos fulcrais da historiografia brasileira em sua obra, são eles: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Neste tópico, voltaremos o nosso foco de análise aos momentos que Caio Prado Júnior propõe, colocando em linhas gerais a importância destes fatores para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Concluídos estes primeiros apontamentos, enfatizamos que “é o conhecimento da forma particular que acabou de adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo da sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências [...]” (MARINI, 2000, p.106). São as expressões da “questão social” de hoje que nos permitem questionar e conhecer as suas configurações determinantes no passado.

Esta afirmativa coloca de certa forma que, pela sua própria estrutura de funcionamento, seja insuficiente ou deformada aos olhos do capital, a realidade que se coloca na América Latina não pode ser equiparada a trajetória descrita pelos países capitalistas avançados ou, como dizem, desenvolvidos (MARINI, 2000).

---

determinada pelas relações sociais até a de nosso convívio cotidiano, seria inteiramente diversa sem a contribuição renovadora e definitiva forjada nas três grandes obras da tríade [...] O consenso a esse respeito é absoluto entre intelectuais, acadêmicos e formadores de opinião no Brasil, tendo transcendido as fronteiras da especialização para fazer parte dos modos de reconhecimento e identificação diuturnos” (OLIVEIRA F., 2003, p. 445). Mesmo considerando a magnitude e a importância do conjunto destas obras para a compreensão da formação e do pensamento social brasileiro, esclarecemos que, pela identidade teórica com o autor, Prado Júnior se coloca como maior expoente destes demiurgos do Brasil Moderno, assim como foram denominados por Antônio Cândido e retomados por Chico de Oliveira (idem). Para este último, Prado Júnior se distingue dos demais componentes da tríade principalmente pelo aproveitamento brilhante que faz ao recuperar a herança das contribuições que o antecedeu, redefinindo-as: ele busca nas formas de produção material a história da representação da sociedade. Para isso, Prado Júnior recorre ao estudo do caráter geral da colônia.

Pela sua própria formação, a economia latina americana – “economia” no sentido determinante do termo em relação às outras esferas no Estado monopolista<sup>20</sup> – é inteiramente diversa das economias centrais, assim como também se tornam mais agudas as expressões da “questão social” na periferia do mundo. Isto porque, a própria forma periférica é determinada pelo aprofundamento das relações imperialistas e do processo de acumulação e centralização de capital na era dos monopólios (SANTOS, 2012).

É assim que, a formação econômico-social do Brasil e a realidade da sua constituição, por exemplo, não pode ser comparada ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Obviamente, o suposto “classicismo” presente em algumas interpretações não pode e não deve ser compreendido como uma regra estrutural (OLIVEIRA, F. 2003a).

O que o capitalismo latino americano apresenta, em suma, são os traços basilares de uma formação econômico-social tipicamente capitalista, baseada na lógica da exploração e com o objetivo final do lucro.

O que a parte dependente da periferia absorve e, portanto, repete com referência aos casos clássicos são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais valia relativa etc. (FERNANDES, 2005, p.339).

Portanto, ao contrário do “classicismo” presente em algumas análises, há de se considerar que a formação econômico-social dos países da periferia latino americana carrega o traço basilar de uma formação capitalista, mas com contornos

---

<sup>20</sup> No capital dos monopólios, o Estado se coloca a dispor da economia. “O estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção [...]: criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade” (IAMAMOTO, 2010, p.120). Este é, portanto, o Estado que se tornou o “comitê executivo da burguesia”, servindo para conciliar interesses da acumulação com a reprodução e o controle contínuo de força de trabalho, ocupada ou não, por meio do consenso político que o legitima (NETTO, 2011). Para Chico de Oliveira (2013) não apenas o Estado, mas na era do monopólio a política tem seu poder transformador atado pela economia. Portanto, para ele este é um estado democrático de direito inútil, visto que as decisões políticas são manipuladas pelos ditames econômicos e na verdade, o exercício da política através do voto se tornou inútil.

diferenciados, levando em conta a ofensiva do capital e as formas de exploração do trabalho operadas.

Para Caio Prado Júnior o sentido da colonização está em desvendar e descobrir como o capitalismo surge e se desenvolve no Brasil sob a forma de um modo de produção mundial, considerando, obviamente, as condições particulares do país na posição de dependente, que se torna obrigado a sofrer as consequências de mercados distantes, mas sempre presentes, pelos quais é subordinado (IANNI, 2006).

Na verdade, a América Latina foi inicialmente, seja pela riqueza da região, da fertilidade do solo e pela sua localização estratégica, o palco de saques, exploração e usurpação dos recursos naturais encontrados. No Brasil o momento da colonização nos mostra que foi pela via da coerção ou, em alguns momentos, do consenso que a apropriação capitalista se deu.

Os povos europeus que aqui chegavam não tinham o interesse em povoar estas regiões, pois o objetivo real nas colônias de exploração estava voltado necessariamente para o comércio, com a finalidade da obtenção de lucros nas terras européias pelos produtos exóticos que daqui eram fornecidos. Tal como descreve Marini,

Colônia exportadora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria (2000, p.108).

Nesse sentido, nos constituímos enquanto colônia para fornecer basicamente pau-brasil, açúcar, ouro, pedras preciosas, borracha, algodão e café. Os ciclos econômicos brasileiros ilustram claramente a relação de expropriação e dependência da economia nacional para com os países colonizadores. Em suma, os primeiros “ciclos” de extração de bens da economia colonial brasileira – e também latino americana – entram no curso da acumulação primitiva<sup>21</sup>, que se deu a custa

---

<sup>21</sup> O momento da acumulação primitiva foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

das mais diversas formas de exploração da força de trabalho em prol da acumulação (IANNI, 2004).

Sobre este aspecto devemos abrir um parêntese, pois a exploração do trabalho indígena é um capítulo que não pode ser negligenciado na história da formação brasileira. A força de trabalho indígena foi de extrema importância no início da colonização do país em face das necessidades da acumulação.

Em troca de presentes que o homem branco lhes oferecia, os índios foram cooptados a trabalhar na extração de pau-brasil e mais tarde nas lavouras de cana de açúcar. Vítimas de um processo de exploração acentuado e posteriormente do genocídio de muitas das suas nações étnicas, sendo usurpados, violentados e explorados como força de trabalho importante para cumprir os fins da acumulação do capital, os índios tiveram um papel decisivo no processo de colonização pelas suas lutas frente à apropriação do território brasileiro pelo homem branco.

Para Prado Júnior (1974) até o início das lavouras de cana não foi difícil conseguir que os indígenas trabalhassem, mas esta situação se tornaria diferente por alguns motivos: primeiro, as quinquilharias com o tempo se tornaram insignificantes para os índios, agora mais exigentes em detrimento do trabalho solicitado pelos colonos; e segundo, o índio, de natureza nômade não se opunha a extração de pau-brasil por ser um trabalho esporádico e livre, o que já não era mais verdade no ciclo da cana de açúcar, que exigia disciplina e organização para a realização de um trabalho rigoroso. Portanto, aos poucos os índios foram forçados ao trabalho e escravizados. No entanto, este processo não se fez sem lutas prolongadas entre os índios e o homem branco. Como diz o autor:

Os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios. Revidaram então à altura, indo assaltar os estabelecimentos dos brancos; e quando obtinham vitória, o que graças a seu elevado número relativamente aos poucos colonos era freqüente, não deixavam pedra sobre pedra nos núcleos coloniais, destruindo tudo e todos que lhes caíam nas mãos (idem, ibidem, p.35).

Dessa forma, pelas lutas constantes dos indígenas com o homem branco e também pela ausência de resistência física e baixa eficiência necessária ao processo de produção em larga escala foi necessário trocar a força de trabalho no Brasil. “Aqui, será o negro africano que resolverá o problema do trabalho. [...] O processo de substituição do índio pelo negro prolongar-se-á até o fim da era colonial” (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 37). Como o escravo negro era tratado como uma mercadoria de alto custo, em algumas regiões mais pobres os indígenas continuaram a ser constrangidos ao trabalho escravo.

Feitas estas considerações, entendemos, pois que o modo de produção dominante na gênese da formação social brasileira era o capitalista<sup>22</sup>, pois o Brasil se formou em consonância com os ditames do mercado internacional, contemporâneo ao capitalismo comercial do século XVI. E ainda que se conformassem inicialmente relações capitalistas incipientes, talvez mescladas com formas características de modos de produção anteriores, a servidão e o escravismo fizeram-se presentes neste momento como formas pré-capitalistas clássicas (SANTOS, 2012).

Ianni situa a escravatura como a única coisa organizada da sociedade colonial e por isso tornou-se determinante. Não à toa, os séculos de escravismo no Brasil produziram traços – ou travessões – nas relações sociais que estão perpetuadas, influenciando de forma determinante o *ethos* da sociedade brasileira e inclusive nas formas próprias de pensar e conceber no imaginário social o trabalho.

Foram séculos de escravatura, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, ideias e doutrinas, modos de ser, pensar e agir. [...] O que não era escravista estava adjetivo, dependente, referido, influenciado – ou permanecia à parte (2004, p.57).

A contradição que se registra não reside apenas no fato da coexistência entre a agricultura e a indústria, na refuncionalização do arcaico ao moderno, ou do atraso

---

<sup>22</sup> Para Caio Prado Júnior, não houve feudalismo no Brasil, pois o que se adaptou pela via conservadora não foi o feudo e as relações de servidão, mas a exploração do tipo colonial, voltada para o mercado externo e fundada no escravismo. Tanto que, para ele, o destino da nação é plasmado pelo sentido próprio da colonização (Behring, 2008).

ao avançado. Esta contradição é verificável, sobretudo, no campo das relações sociais, que se encontram ainda perpassadas pela herança do escravismo.

Em relação a nossa herança colonial,

Não se deve esquecer que o padrão brasileiro de “gente de pro” se constitui nesse período, em que se agravam, por causa da escravidão e da própria expropriação colonial, as distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa. Há evidente ligação entre esse padrão que ainda não foi neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. Por isso, as relações de classe sofrem interferência de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agrestes, lembram mais a simetria “colonizador” *versus* “colonizado” que a “empresário capitalista” *versus* “assalariado”. Isso evidencia o quanto a ordem civil ainda não atingiu mesmo grupos incorporados ao mercado capitalista de trabalho e ao sistema de relações de classes, demonstrando que a distancia social entre as classes nem sempre é uma mera questão quantitativa. [...] **Esse patamar psicossocial das relações humanas é nossa herança mais duradoura (e, ao mesmo tempo, mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista** (FERNANDES, 2001, p.240, grifo nosso).

Diante do exposto, entendemos que a relação entre a agricultura e a industrialização é apenas um dos aspectos contraditórios que perpassam a formação econômico-social do Brasil. O passado permanece reiterado no presente, como um retorno automático constante as nossas raízes, posto que essa tendência já se encontre plasmada no imaginário social até a contemporaneidade.

Sem dúvida, a escravidão constituía a mola mestra da vida do país (PRADO JÚNIOR, 1974). O regime escravista no Brasil contribuiu de forma decisiva na inserção do país no ritmo do imperialismo europeu, atuando de forma decisiva nos engenhos de açúcar, nas fazendas de gado, ou ainda nos campos de café, este último compreendido como o grande produto da economia brasileira no final do século XVIII.

Dessa forma, estamos diante de uma forma de trabalho que engendra várias formas de trabalho em si mesma, refletindo diferentes modalidades de dominação, que para além das determinações da sua época, carregou sobre si a fundação e a

organização de uma sociedade como um todo, e ainda perpassa na contemporaneidade as relações entre classes.

O modo pelo qual o colonizador português e o jesuíta organizam a sociedade, a economia, a política e a cultura do Brasil Colônia parece ter instituído um padrão muito característico do modo pelo qual os grupos e classes dominantes, anos e séculos depois, lidam com a maioria do povo. Subsiste na cultura política dominante o espírito da colonização, do conquistador que submete e explora o povo. No século 20, há setores das classes dominantes, com aliados da alta hierarquia militar e eclesiástica, bem como os interesses imperialistas, que lidam com o operário e o camponês, ou com o índio, caboclo, negro, mulato e branco como um povo conquistado (IANNI, 2011, p.41)<sup>23</sup>.

Contudo, as exigências do grande capital a partir do desenvolvimento das forças produtivas e uma possibilidade concreta de industrialização começou a exercer pressão sobre o país no sentido de que as relações de produção fossem formalizadas. Por isso, a Inglaterra, como nação pioneira da revolução industrial começou a influenciar o país contra o tráfico negreiro, que iria encerrar-se apenas em 1850, e levaria consigo também a tendência a queda do escravismo<sup>24</sup>, ao reduzir drasticamente a quantidade de negros traficados<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Acresce-se a este debate a concepção do negro inventado pelo branco. Sem dúvida, esta concepção subsidia as raízes do preconceito recorrente ao negro na sociedade brasileira. Pois, “a metamorfose do africano em escravo é acompanhada da metamorfose do negro em subalterno, inferior, dominado, discriminado, diferente, outro. As relações processos e estruturas sociais que constituíam a ordem social escravocrata estavam amplamente permeadas pelas mais diversas formas de discriminação racial e operavam no sentido de manter a posição e a relação recíprocas existentes entre as ‘raças’ a que pertenciam os senhores e as raças em que se recrutavam os escravos. Nesse contexto, negro e escravo confundem-se” (IANNI, 2011, p.43-44).

<sup>24</sup> Prado Júnior (1974) alega que o regime servil escravista entra em crise mesmo antes da sua abolição. O processo da emancipação política do país, que viria a concretizar-se apenas em 1822, dava abertura a uma discussão na qual as contradições da colônia foram evidenciadas. “A escravidão vai aceleradamente perdendo a sua base moral, não somente na opinião comum, mas até em círculos conservadores. Logo depois da independência já a vemos como alvo de crítica geral. Aceita-se e se justifica, mas como uma ‘necessidade’, um mal momentaneamente inevitável. Ninguém ousa defendê-la abertamente; e seu desaparecimento futuro mais ou menos próximo é reconhecido fatal” (PRADO JÚNIOR, 1974, p.143). Isto porque, obviamente, representava uma contradição manter a escravidão como uma prática colonial na vigência do Império, e isto se tornará mais evidente quando se trata de organizar politicamente um Estado autônomo.

<sup>25</sup> Prado Júnior (1974) afirma que nos primeiros anos do século XIX a condenação geral do tráfico negreiro pelo mundo foi condenada pela Inglaterra, que aboliu o tráfico das suas colônias em 1807 e *a posteriori* por pressão ou influência o fará no resto do mundo. O

Sobre este debate, Ianni (2011) acrescenta que a queda do regime escravista no Brasil foi decisiva para uma redefinição da concepção de trabalho, que começou a ser entendido como algo necessário e produtivo. Argumento este que, obviamente, tem como pano de fundo a finalidade da produção de mercadorias e obtenção de lucro pelas nações imperialistas.

Daí sucede um processo de ressignificação do trabalho braçal, que até então era estigmatizado e passa a ser louvado como indispensável ao indivíduo trabalhador, aquele que conquista a sua dignidade pelo trabalho. “Trata-se de combater a preguiça, a leseira, tristeza, luxúria” (idem, 2004, p.105) como impecílios a realização do trabalho produtivo. De fato, este último é o trabalho que interessa aos auspícios do capital: um trabalho que produza riqueza, que crie valor.

Enquanto no Brasil o século XIX se arrastou até a Declaração de Independência que só veio a se concretizar em 1822, com a queda da monarquia e o fim do escravismo, o resto do mundo já adentrava no século XX. Como consequência deste anacronismo, ao final do século XIX o Brasil ainda era contemporâneo ao século XVIII e carregava no imaginário social a herança colonialista, determinante para a formação do Brasil Moderno.

Acontece que a escravatura relaciona o engenho e a fazenda com a metrópole, o trabalho escravo com o mercado mundial, a alienação social, econômica, política e cultural do escravo com a acumulação originária que se realiza nos países europeus, principalmente na Inglaterra (IANNI, 2011, p.43).

Obviamente, neste período a “questão social” estava diretamente relacionada as condições de vida em que os escravos estavam inseridos, de nem sequer dispor de si ou da sua própria vontade. Por isso, pensar a “questão social” na época da

---

autor faz uma crítica irônica dizendo que é de muito se admirar que a Inglaterra encabece esse movimento, visto que no século XVIII ela fora a maior interessada nisso. No caso particular do Brasil, pelas contínuas pressões realizadas pela Inglaterra, inclusive ameaçando instaurar quase um estado de guerra para que o tráfico negreiro se encerrasse, a reação do governo brasileiro contra esta prática teve resultados magníficos: se no ano de 1849 a introdução de africanos negros foi de aproximadamente 54.000 indivíduos, em 1850 este número caiu pela metade. Já em 1851 chegaram apenas 3.000 deles e no ano subsequente pouco mais de 700 escravos, o que fez cessar em seguida completamente. A questão é que a soberania brasileira era permanentemente violada, de forma que a ação inglesa ultrapassava com freqüência os próprios fins do país recém independente.

vigência do trabalho escravo no Brasil é muito diferente de pensá-la no período pós-abolição. O principal motivo para esta afirmação se explica pelo seu enfrentamento: no primeiro momento não havia possibilidade nenhuma de negociação de melhores condições de vida, a “questão social” estava posta de modo aberto, isto é, ignorada e naturalizada, sem direito a reivindicação dos escravos.

Mas quando emerge o trabalho livre, no período pós 1850, algumas formas de negociação surgem mediante a sequência de lutas em prol de melhores condições de vida e trabalho, e mesmo que a resposta do Estado nesse momento histórico seja repressiva, a “questão social” já começava a ser entendida pela via do debate, do controle e até mesmo da solução. Esta perspectiva começou a ser introduzida com as constituições baseadas no direito liberal.

Explicita-se, portanto, uma das justificativas pela qual Ianni (2004) considera a “questão social” no Brasil pela história das formas que o trabalho assume. A queda do regime escravista compreende o momento histórico no qual o pensamento intelectual brasileiro defendeu com ênfase que a via para o crescimento e o desenvolvimento do país estava atrelado ao trabalho produtivo, e conseqüentemente a ultrapassagem da “questão social”.

Para o referido autor, a tentativa de um Brasil Moderno esbarrou diretamente nos limites internos da nossa própria formação. Mesmo que em 1822 o Brasil não tenha conseguido entrar no ritmo da história e em 1889 tenha tentado esta façanha, “os prenúncios de um Brasil moderno esbarram em pesadas heranças do escravismo, coronelismo e clientelismo” (idem, *ibidem*, p.33). Como herança do escravismo a cultura do mando e do favor permanece reiterada.

É nesse sentido que Caio Prado Júnior (2008), em *Formação do Brasil contemporâneo*, sugere um caminho colonialista para compreender as particularidades da formação do capitalismo brasileiro. O autor deixa claro que apesar de existir no país algo novo em todos os elementos da vida prática do país, tudo isso já estava posto no passado longínquo da colonização, que continua a cercar a vida brasileira de todos os lados.

Mas, em todo o momento o que se faz constante é que a formação deste país – e também da América Latina – se fez em consonância com os auspícios do capital internacional. Para a interpretação pradiana, a via do desenvolvimento brasileiro é

desigual e ao mesmo tempo combinado. Conformou-se, portanto, um desenvolvimento que concilia a desigualdade entre os países centrais e periféricos e combina nesse processo relações sociais e relações de produção contraditórias. Na interpretação de Netto & Braz:

Trata-se de um desenvolvimento desigual: em função de razões históricas, políticas e sociais, a dinâmica capitalista opera em ritmos diferenciados nos diversos espaços nacionais, afetando tanto os países capitalistas como as relações entre eles. [...] Ademais disso, o desenvolvimento capitalista revelou-se, no que diz respeito aos países atrasados, um desenvolvimento combinado, [...]: pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, os atrasados progredem aos saltos, combinando a assimilação de técnicas as mais modernas com relações sociais e econômicas arcaicas - e esse progresso não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas (2008, p.186-187).

Esse estado de coisas nos coloca numa situação de interdependência, de forma que sob as pressões constantes dos países centrais, os periféricos tentam se adequar a modernização, mas há uma contradição entre a inserção de um moderno aparato tecnológico nas relações técnicas e as modalidades arcaicas que se perpetuam nas relações sociais e econômicas.

Tem-se “uma história na qual a modernidade está mesclada no caleidoscópio dos pretéritos, dos “ciclos” descontraídos de tempos e lugares, como se o presente fosse um depósito arqueológico de épocas e regiões” (IANNI, 2004, p. 37). O Brasil articula um todo no qual as relações sociais assim como as relações de produção se colocam muitas vezes como um presente perpassado pelo passado.

Deste modo, no pensamento dos grandes intérpretes do Brasil e dos estudiosos que perseguem esta questão, a formação econômico social na particularidade brasileira se deu mediante uma modernização conservadora, o que é inegável e parece consensual nas grandes discussões sobre o tema. O moderno se conformou como uma forma refuncionalizada do arcaico. Como esclarece Ianni:

O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e de trabalho, modos de ser e de pensar. Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças. As comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas (estas de base cabocla e imigrante) também estão muito presentes

no interior da formação social brasileira no século XX (IANNI, 2004, p.61).

O Brasil surge, portanto, com uma natureza capitalista onde o atraso é funcional ao desenvolvimento do moderno. Daí é que se pode afirmar que os processos modernizadores no Brasil são sempre acompanhados de certa conservação.

Para Chico de Oliveira (2003a) o Brasil partilha de um modelo de dualidade que é estrutural: ele determina um distanciamento cumulativo entre os setores moderno e atrasado. O autor ilustra o seu argumento com a imagem de um ornitorrinco<sup>26</sup> para retratar os processos contraditórios que mais parecem equívocos.

Na sua concepção, o Brasil assim como o ornitorrinco possui no seu próprio corpo a marca da contradição, pois carrega consigo as várias idades da evolução no estágio em que chegou, assim como provoca a convivência entre muitos ricos e muitos miseráveis. Este ornitorrinco se formou impregnado pelo passado escravista, mas ao mesmo tempo não é produto do atraso. Ao contrário, ele é um bicho sobre o qual o atraso se concilia com o avanço, refuncionalizando-o.

Explica o autor:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. Vivam Marx e Darwin: a periferia capitalista finalmente os uniu (idem, ibidem, p.150).

---

<sup>26</sup> O ornitorrinco é um animal que, para os estudos que compreendem a ciência biológica evolutiva é uma verdadeira incógnita. Ele é um animal com hábitos aquáticos, recoberto com pelos. Possui mamas e tem reprodução ovípara. Possui também membranas interdigitais e um bico semelhante ao de pato. Chico de Oliveira o classifica como um equívoco da natureza ou um equívoco de Deus, algo que pela sua própria forma parece uma aberração da evolução.

O ornitorrinco é, portanto, uma consumação que reúne em si mesma uma estranha combinação que nem avança nem regride. Ela se conforma entre o moderno e o arcaico, refuncionalizando o desemprego, a miséria, a migração, a relação entre o campo e a cidade assim como a pobreza, retomando sempre o caráter de dependência a partir da perda de autonomia em relação ao capital internacional.

Na avaliação de Telles, a pobreza no Brasil possui uma face moderna que se articula com um passado rural, atrasado, como se fosse um buraco negro no qual se entrelaçam as mais variadas crises e o ônus recai numa sociedade permeada por uma herança oligárquica e autoritária perpassada pela ausência de direitos.

Daí essa espécie de esquizofrenia de que padece a sociedade brasileira, nas imagens fraturadas de si própria, entre uma sociedade organizada que promete a modernidade e o seu retrato em negativo, da anomia feita em atraso, miséria, violência e criminalidade; entre a celebração da política na capacidade esperada de mudar, transformar e inventar um outro país e o 'social', projetado numa esfera que se subtrai da ação responsável, porque inteiramente dependente dessa versão moderna e secular das leis da natureza, hoje associadas a economia e seus imperativos de crescimento (1994, p.92).

Na interpretação de Caio Prado Júnior este processo é fundamental para se compreender a formação da burguesia nascente, composta principalmente pelas aristocracias do açúcar, do ouro e do café.

Abrindo um parêntese, vale destacar que ao situar as particularidades da dominação burguesa no Brasil, Maranhão (2009) identifica dois fatores determinantes desse processo. O primeiro estaria associado a uma conjuntura política internacional não apenas influenciada pelo pós 1848 como também pela revolução Russa de 1917, a primeira revolução socialista do mundo. O segundo seria a exigência de um posicionamento burguês em face do passado escravista, buscando conciliar de um lado os auspícios do grande capital, ao articular-se aos desejos imperialistas, e de outro o autoritarismo para lidar com a classe trabalhadora.

Para o autor, estes fatores obrigarão a classe burguesa nascente a forjar um projeto estratégico e ideológico adequado para chegar ao fim do processo de

industrialização do país. A idéia era que se chegasse a um nível de desenvolvimento do país que atingisse as mesmas condições dos países centrais. Estas estratégias serão abordadas mais adiante.

Retomando a discussão da colônia, para além dos pretéritos que perpassam o presente, é o encontro do fazendeiro com o imigrante<sup>27</sup>, que merece destaque. Estes são os personagens que vão protagonizar a República quando se acelera a urbanização, dinamiza-se o mercado interno e desenvolve-se a divisão social do trabalho, fazendo multiplicar as atividades artesanais, fabris, comerciais e bancárias.

E vale dizer: tudo isso se processou sob o cheiro do café. Este ciclo econômico conformou no final do século XVIII até o final da Primeira República a atividade agroexportadora de maior sucesso no Brasil. E não apenas econômica, pois o desenvolvimento das atividades referentes ao café surtiu influências que chegaram a ditar a formação das classes sociais no setor urbano e rural.

As forças produtivas e as relações de produção cresciam de forma acentuada nas regiões mais prósperas da cafeicultura. Uma transformação social de significado estrutural, com repercussões em outras atividades econômicas, influenciando a sociedade e o poder. Era uma influência múltipla e geral, tingindo outras cores de matizes do verde-café – as matizes dos interesses dos fazendeiros. A abolição e a república podem ser vistas também na perspectiva da marcha da onda verde, do roteiro do café (IANNI, 2004, p.66).

---

<sup>27</sup> Os imigrantes chegam ao Brasil como uma tentativa de povoamento no século XIX. Essa corrente demográfica será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia atraídos por uma política oficial de povoamento da América e até mesmo pela necessidade de mão-de-obra para a agricultura. Não apenas por este fator, mas a importância dos imigrantes também se evidencia por serem eles os pioneiros em trazer o pensamento socialista para o outro lado do Atlântico. “A chegada das ideias de Marx na América do Sul, tal como a chegada delas na América do Norte, dependeu, amplamente, do deslocamento dos imigrantes que vinham da Europa, atravessavam o Atlântico, para “fazer a América”. Para atender à demanda de mão de obra na agricultura, e também para promover a diversificação das atividades artesanais e manufatureiras, os governos de diversos países sul-americanos (entre os quais o da Argentina e do Brasil) tomaram medidas destinadas a atrair imigrantes; e na segunda metade do século 19 tais imigrantes acorreram em muitas centenas de milhares. Em sua imensa maioria, os imigrantes não eram socialistas. Uns poucos, porém, conheciam algo do socialismo, simpatizavam com seus ideais e aprovaram sua doutrina. Alguns já tinham adquirido experiência em lutas políticas e sociais travadas em seus países de origem e vinham pra cá justamente porque suportavam mal a repressão institucionalizada nas sociedades em que tinham vivido. Bem menos numerosos, entretanto, terão sido aqueles que já tinham ouvido falar de Marx. E é possível que uns poucos – pouquíssimos! – o tivessem lido” (KONDER, 2009, p. 77).

Com toda esta argumentação pretendemos dizer que a “questão social” assim como a desigualdade e a pobreza no Brasil tem suas raízes fincadas nas formas estruturais de apropriação/expropriação do capitalismo internacional operadas ainda no processo de colonização até a república, obedecendo a sua característica ineliminável: a exploração do trabalho. E, pois, pela forma que se processou a separação dos meios de produção dos trabalhadores diretos neste lugar do mundo, o que remonta à gênese da questão social no Brasil.

No entanto, como tangenciamos desde o início, nesta parte do mundo essas expressões assumem um caráter particular, que aponta para a posição de subalternidade na qual o país está inserido e a formas como o capitalismo dos países desenvolvidos engendram a dominação imperialista.

Estes conceitos serão abordados com mais profundidade no item subsequente, quando entenderemos a relação imperialista de dominação que norteou a subsunção dos países periféricos ao capitalismo central, e as relações de dependência a partir da ótica da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo.

### **2.3. Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo**

A terceira parte do debate realizado neste capítulo, como continuidade das considerações tecidas nos tópicos anteriores, tem por objetivo apontar os principais determinantes históricos e sociais da formação do Brasil, com um recorte histórico-temporal a partir de 1930, considerando-os como aspectos necessários a compreensão das formas que o trabalho assume e a discussão da “questão social” na contemporaneidade.

A justificativa pela qual o recorte histórico-temporal da discussão se coloca desde esta data está relacionada à importância deste momento para a formação econômico-social do Brasil a partir de 1930, quando as bases da forma econômica agroexportadora sofre uma virada substantiva ao ceder ao modelo urbano-industrial.

Mesmo sabendo que a Revolução Industrial Inglesa se deu na segunda metade do século XVIII, é apenas nas primeiras décadas do século XX que se

colocam as bases para uma mudança estrutural no sentido de ampliar a apropriação do modo de produção capitalista no Brasil pela forma fabril. É nesse momento que a indústria passa a ser o setor chave da dinâmica econômica do país.

Segundo Fernandes, a industrialização do Brasil representou uma verdadeira inflexão no país por demarcar a conexão entre a dominação burguesa e a transformação capitalista na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista no Brasil. Em suas palavras, o autor explica:

As conexões da dominação burguesa com a transformação capitalista se alteram de maneira mais ou menos rápida, na medida em que se consolida, se diferencia e se irradia o capitalismo competitivo no Brasil e, em especial, em que se aprofunda e se acelera a transição para o capitalismo monopolista. O elemento central da alteração foi, naturalmente, a emergência da industrialização como um processo econômico, social e cultural básico, que modifica a organização, os dinamismos e a posição da economia urbana dentro do sistema econômica brasileiro. A hegemonia urbana e metropolitana aparece, desse ângulo, como um subproduto da hegemonia do complexo industrial-financeiro. Esse processo não modifica, apenas, os dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos das grandes cidades com funções metropolitanas. Ele acarreta e, em seguida, intensifica a concentração de recursos materiais, humanos e técnicos em tais cidades, dando origem a fenômenos típicos de metropolização e de satelização sobre o capitalismo dependente (2005, p.346).

Obviamente, esse processo se deu satisfazendo o caráter duplamente articulado da economia brasileira periférica, isto é, a manutenção das bases imperialistas de dominação pela dependência e subdesenvolvimento, obedecendo a apropriação dual do excedente produzido, pelos de dentro e os de fora.

Por esta ocasião, a economia mundial acabava de vivenciar um episódio de crise, talvez historicamente a de maior envergadura vivenciada pela ordem do capital, na qual a Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 quebra e, em efeito dominó, provoca um abalo na economia dos países de capitalismo avançado.

No Brasil, esta crise provocou uma convulsão interna no sentido de que o café, que dependência quase que exclusivamente da exportação para os países centrais, tornou-se uma mercadoria sem escoamento, sendo necessária uma nova estratégia para reanimar a economia brasileira.

Politicamente, a crise de 1929 pôs fim ao pacto da Política do Café com Leite protagonizado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. Foi então por meio do golpe de 1930, que Getúlio Vargas toma o poder e dá concretude ao modelo urbano-industrial, pela via da implantação de indústria de base, tirando a centralidade do modelo agroexportador.

Segundo Chico de Oliveira (2003a) a Revolução de 30 no Brasil coloca-se historicamente como um divisor de águas: operam-se as primeiras medidas em direção ao fim do regime agroexportador e desloca-se a estrutura produtiva do país para o modelo urbano-industrial.

Na interpretação de Maranhão,

No período de 1930 a 1964 podemos falar na construção e socialização de um verdadeiro **ciclo ideológico do desenvolvimento**, que ao ultrapassar a ideologia liberal, própria das oligarquias agro-exportadora, tanto possibilitou a fusão dos diversos interesses burgueses como também mobilizou as forças políticas e legitimou as diversas estratégias de modernização da economia capitalista no Brasil (2009, p.32, grifo nosso).

É nesse mesmo sentido que o Estado brasileiro, portanto, cria as condições para que se constituam as bases da acumulação capitalista industrial mediante uma forte intervenção: na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os grupos capitalistas, no gasto fiscal e até mesmo na esfera da produção (OLIVEIRA, F., *ibidem*).

Claramente, o Estado intervém na economia com o objetivo de destruir o modo de acumulação que se tinha, baseado na agricultura e tentava criar as condições do novo modo de acumulação. Por isso, a intervenção do Estado até a década de 1950 se dá por medidas fundas e largas até a consolidação de uma indústria pesada no Brasil.

No entanto, a produção agrícola, ainda que em menor escala, manteve-se em funcionamento concomitante ao modelo urbano-industrial. Mudou-se apenas o foco da forma que a acumulação assumiria no país, pois a agricultura permaneceu servindo aos interesses do novo capital nacional. É assim que a agricultura cafeeira

precisou manter-se ativa, mas não protagonizando a economia e as relações entre as classes brasileiras.

Chico de Oliveira (2003a) deixa claro que até certa medida, manter o contraponto entre a modernização urbano-industrial e as atividades agrícolas foi positivo para aquela primeira. Se até então as atividades agrícolas estavam baseadas na exploração intensa da força de trabalho pelas modalidades “primitivas” utilizadas no processo de trabalho – produzindo gêneros alimentícios que eram vendidos tendo por base o custo de reprodução da força de trabalho rural - é a modernização urbano-industrial que ela vai beneficiar, à medida que permitiu um extraordinário crescimento da indústria e dos serviços.

Dito de outra forma, a relação com o que era considerado primitivo tornou-se condizente com os objetivos da acumulação industrial, pois além de fornecer força de trabalho rural que formaria um expressivo exército industrial de reserva, forneceu um excedente de alimentos que compunha a dieta do trabalho urbano-industrial. É por esta disparidade entre o modelo urbano industrial<sup>28</sup> e o modelo agrícola que se encontra a raiz da concentração de renda no Brasil.

Em outras palavras, o preço da oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação –

---

<sup>28</sup> Chico de Oliveira chama a atenção do leitor sobre este aspecto. Para ele, a relação funcional entre a agricultura e a indústria no Brasil não guarda relação com a dicotomia formal entre moderno e arcaico. “O quadro descrito nada tem a ver com a oposição formal de qualquer setor “atrasado” e “moderno”. [...] A indústria, como tal, [...] nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se. [...] Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo de desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia [...]. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades da expansão do sistema: [...] ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. A tensão entre agricultura e indústria brasileiras não se dá no nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura” (OLIVEIRA, F., 2003a, p.47-48). Portanto, mesmo fugindo a dicotomia formal entre moderno e arcaico, há uma relação estrutural entre a agricultura e a indústria no Brasil. A relação entre elas é determinante para ambas.

determinado pelo custo da reprodução da força de trabalho rural - e o custo de bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma economia de subsistência urbana, [...] tudo forçando para baixo o preço da oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. Do outro lado, a produtividade industrial crescia enormemente, o que, contraposto ao quadro de força de trabalho e ajudado pelo tipo de intervenção estatal descrito, deu margem à enorme acumulação industrial nas últimas três décadas. Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração de renda na economia brasileira (OLIVEIRA, 2003a, p.46).

No entanto, o que fica candente é que apesar da tentativa da industrialização como mola propulsora para o desenvolvimento do Brasil, este país não superou a sua condição de atraso.

Ao contrário, no contexto geopolítico global, ele continua na mesma posição de subalternidade que engendrava desde o início da sua colonização, mas com uma diferença crucial: agora, o seu Estado facilita a apropriação do capital internacional. À medida que ele se torna aparentemente mais independente, ele aparece com uma economia que reitera a situação de dependência mediante as relações externas a que se vincula no contexto internacional.

E a política, obviamente, guarda relação direta com este processo de apropriação. A ideia era direcionar a política do país no sentido de transformar as relações sociais e produtivas, mantendo a economia de agroexportação e a urbano-industrial sem romper com os laços de dependência com os países de capitalismo central.

Em 1919, mediante as lutas da classe trabalhadora para que a economia agroexportadora do café se mantivesse, já tinham sido registrados alguns ganhos no tocante aos direitos trabalhistas. No mesmo ano surgiu uma lei que cobria acidentes de trabalho e em 1923 foi instituída a lei Eloy Chaves, que representou a primeira iniciativa de previdência social no Brasil, voltada para as algumas categorias. É assim que a “questão social” passa gradativamente a ser tratada por uma concepção política, deixando de ser caso de polícia.

Aos poucos o governo populista do “pai dos pobres” conseguiu instituir as bases para assegurar o controle da força de trabalho no Brasil pela via do consenso. Vargas instituiu a criação da legislação trabalhista brasileira, do ministério do

trabalho, e inclusive do salário mínimo, uma forma de regulação da relação entre capital e trabalho. Esta foi uma tentativa válida em face das necessidades da nova forma de acumulação que se instaurava no país.

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”, adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado propiciava um horizonte para o cálculo econômico empresarial [...]; de outro, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados [...]. A regulamentação das leis de trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a (OLIVEIRA, F., 2003a, p.38-39, grifos do autor).

Sem dúvida, a questão dos salários tangencia um aspecto interessante deste período no tocante a situação da classe trabalhadora. Ele foi criado como uma tentativa de homogeneização da força de trabalho no Brasil sendo niveladas “por baixo”. Além de tornar um denominador comum no qual toda a força de trabalho se reduzia, a instituição do salário mínimo forneceu uma base que reduziu o preço da força de trabalho, qualificada ou não.

Entretanto, importa ressaltar que além de reduzir o preço a um denominador comum no Brasil, à base de cálculo para este salário considerou as necessidades de reprodução biológica do trabalhador e da sua família enquanto força de trabalho a ser vendida para a indústria, não levando em conta as suas necessidades histórico-sociais além da sobrevivência.

Importa não esquecer que a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como “salário de subsistência”; isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levaram em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro

para o cálculo das necessidades do trabalhador: não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho (OLIVEIRA, F., 2003a, p. 37).

Portanto, o crescimento do aparato urbano industrial no Brasil se fez à custa da exploração massiva de uma força de trabalho que teve o seu preço nivelado por baixo. E mais: pode-se mesmo inferir que numa base pobre para subsidiar o momento da industrialização, pela ausência de infraestrutura e de condições para a implantação da indústria, a exploração do trabalho manteve-se reiterada pela sua abundância. Nisso se evidencia uma desigualdade que é também combinada: uma base de acumulação pobre para sustentar modernas relações de produção a partir de 1930.

A presença inequívoca do exército industrial de reserva foi de suma importância tanto para fornecer força de trabalho como para empurrar o preço dos salários para baixo. Pelo que se pode perceber, o exército industrial de reserva no Brasil cumpriu com excelência os seus efeitos históricos clássicos sobre a população ativa.

No governo de Juscelino Kubsticheck (1956-1961), a proposta era que o país tivesse um crescimento acelerado, mediante a implantação da indústria de base, de cinquenta anos em apenas cinco. Esta foi uma tentativa política de forçar a aceleração da acumulação do país, mediante a incorporação de tecnologia o aprofundamento do endividamento com o capital externo.

No entanto, o resultado disso, a aceleração do crescimento urbano-industrial operada pelo governo JK, requereu uma exploração expressiva da força de trabalho. Mas, à medida que o custo de reprodução do trabalhador passa a ser de consumo dos bens produzidos pela indústria se desruralizando, ocorre um desequilíbrio entre o consumo e o valor do salário. “o salário real não chegava a cobrir o custo da reprodução da força de trabalho [...] isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa” (idem, *ibidem*, p.84).

Isto evidencia um processo de empobrecimento à medida que se registra um aumento expressivo da taxa de exploração da força de trabalho e uma conseqüência queda do valor dessa força de trabalho mediante o salário nominal. Inclusive esse efeito é observado pela diminuição do consumo de alguns gêneros alimentícios, o

que indica que há uma queda no padrão de consumo da classe e conseqüentemente do padrão de vida do trabalhador.

O governo JK no Brasil se deu no mesmo momento em que o *Welfare State* teve início. A partir da reconstrução dos países que foram palco da segunda guerra mundial se conformou um pequeno intervalo na história do capital no qual o capitalismo experimentou trinta anos de crescimento econômico considerável.

Neste momento pontual da história do capital internacional, a fusão das estratégias produtivas do taylorismo e do fordismo, orientados pelos ideais macroeconômicos keynesianos, conseguiu promover um expressivo crescimento econômico, mediado politicamente com ativa participação do Estado, esteve diretamente conectado a diminuição da pobreza absoluta e das desigualdades.

Ele surge como uma resposta às necessidades da classe trabalhadora se expandindo no segundo pós-guerra também, e, sobretudo, em face ao perigo real do socialismo. Este foi um tempo de conciliação de altos níveis de crescimento econômico e lucros com uma forte organização sindical, o que resultou em ganhos expressivos da classe trabalhadora.

Sem dúvida, por todos estes motivos o *Welfare State* foi o tempo de ouro do capitalismo, e por isso se constitui como uma exceção. Naquele momento o capitalismo parecia ter provado que era capaz de conciliar a sua lógica de funcionamento com a garantia de bem estar e com a própria democracia, fazendo crer que se havia superado inclusive a “questão social” e as suas facetas, que ficaram relegadas ao inferno do terceiro mundo.

Na periferia do capitalismo a situação era inteiramente diversa da dos países beneficiados pelo *Welfare State*. Inexistiu aqui qualquer tipo de arranjo político, econômico e social que se equiparasse às condições vividas naqueles países europeus<sup>29</sup>. Na realidade, só foi possível a existência do Estado de Bem Estar Social

---

<sup>29</sup> Para Ana Elisabete Mota (2010) a inexistência do *Welfare State* na periferia capitalista não indica que inexistiam sistemas de proteção social nesta parte do mundo, no entanto, são realidades que não podem ser comparadas. A autora sublinha que no Brasil, por exemplo, é só a partir do 1988 que se colocam as bases para a possível existência de um estado de bem estar social. Contudo, o que se constatou nos anos subseqüentes foi profundamente diferente do que ficou previsto na Constituição Federal. Na verdade, tivemos aqui o que Chico de Oliveira (2004) vai classificar como um Estado de Mal Estar Social,

Europeu à custa da drenagem dos recursos periféricos para o seu financiamento e realização nas grandes burguesias centrais. Netto deixa claro que:

No breve episódio das três décadas de ouro, [...] os recursos drenados da periferia contribuíram para que as grandes burguesias centrais financiassem seu *Welfare*. No período subsequente ao esgotamento da onda longa expansiva, os tradicionais e intensivamente utilizados mecanismos de sucção de recursos empregados pelos países centrais foram qualitativamente ampliados com a entrada em cena dos instrumentos de eternização do endividamento externo por boa parte dos principais países da periferia (NETTO, 2007, p.148).

Nesse sentido, o *Welfare State* evidencia as relações de exploração dos países centrais aos países periféricos. Aqui se coloca não apenas a exploração de força de trabalho, mas o traço fundamental de uma formação capitalista que se constituiu na dependência das relações econômicas com o capital externo, o que perpassa as relações políticas, sociais, culturais dos países em cena.

Mesmo não podendo ser comparado ao que existiu nos países periféricos concomitantemente, e mesmo operando a redução da pobreza absoluta e dos níveis de desigualdade, vale salientar que a pobreza relativa colocou-se sempre como uma constante na história do capitalismo. Inclusive nos países aonde existiu o Estado de Bem Estado Social, mesmo considerando de forma absoluta as melhorias das condições de vida da classe trabalhadora, a essência exploradora do capitalismo continuava a mostrar-se por processos intensos de pauperização relativa.

E enquanto os países europeus viviam o Estado de Bem Estar Social na tentativa de demonstrar que o capitalismo conseguia equalizar níveis de democracia com bem estar, o Brasil assim como parte majoritária dos países da América Latina ingressavam em governos de ditaduras militares. No momento em que o perigo do socialismo era real, sobretudo com o fim da segunda guerra mundial, era necessária uma ação preventiva por parte do Estado que conseguisse conter o movimento político socialista no inferno da periferia, aonde ele era recorrente.

---

marcados pelas conseqüências do exaurimento do Estado de Bem Estar Social e pelas estratégias encontradas pelo próprio capital para superar a crise de 1970.

Sob a forma imperialista dos Estados Unidos da América, as ditaduras que se formaram na América Latina surgem como uma revolução preventiva em face ao perigo do socialismo, com rebatimentos no antigo terceiro mundo, seguida da perseguição e morte de milhares de protagonistas políticos que em alguns casos permanecem desaparecidos até a data atual.

O período da ditadura militar é conhecido como um tempo em que o domínio dos militares garantiu a expansão da produtividade, a modernização da economia e a entrada massiva no capital estrangeiro no Brasil com apoio massivo do Estado. Foi uma conjuntura política que conciliou a oferta de empregos com o arrocho salarial. É nesse momento também no qual se consolida a indústria pesada no país. No entanto, ela se constituiu como um tempo de desenvolvimento econômico e social e político no país, mas ao mesmo tempo um regime político ditatorial-terrorista. Para Netto,

A finalidade da contra revolução preventiva era tríplice [...]: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores na internacional do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo. Os resultados gerais dessa contra-revolução preventiva, onde triunfou, mostraram-se nítidos a partir da segunda metade da década de sessenta: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zologicamente anticomunista (2011c, p.16-17).

Assim sendo, a finalidade da ditadura era conciliar um padrão de desenvolvimento, ao gosto das economias internacionais, com a contenção do movimento político do socialismo, o perigo vermelho. A crise se coloca no momento em que se torna possível uma inflexão política no país que fosse capaz de redefinir as bases da acumulação, até então não aceitas pelos segmentos nos movimentos democrático e popular. A ditadura foi, portanto, a derrota de uma alternativa que canalizava para outro objetivo, diferente do que foi logrado.

O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: [...] o seu significado imediatamente político e econômico foi obvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado foi condutor da formação social brasileira (NETTO, 2011c, p.25).

A teoria marxista da dependência surge no período que adentra a década de 1960 com as formas políticas das ditaduras militares espalhadas pelo antigo terceiro mundo, onde o perigo do socialismo era iminente. Ela se coloca como uma complementação da teoria do imperialismo, de forma que esta se mostrava como insuficiente para retratar a realidade que o movimento do real colocava nos países dependentes latino americanos, criando novas categorias de análise para interpretar esta particularidade.

A esta altura da nossa argumentação, vale deixar claro que o imperialismo surge com o desenvolvimento das características fundamentais do capitalismo em geral, mas quando o capital chega a sua forma monopólica é que ele se coloca de forma mais clara e revela todas as suas esferas. A partir do exposto, entendemos o imperialismo, tal qual define Lênin:

1 ) A concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado do desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. **O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trusts internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou** (2012, p.124, grifo nosso).

A teoria marxista da dependência articula o capitalismo latino americano a uma interpretação crítica que tem por base a concepção do desenvolvimento não etapista. Certamente, se constitui como um equívoco generalizar o

subdesenvolvimento – e a dependência – como um estágio anterior ao desenvolvimento em si. Pois “Ignorou-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estaria fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2005, p.339).

No entanto, a partir do momento em que as relações econômicas dos países latinos se vinculam a Inglaterra, como sede da pioneira Revolução Industrial e *locus* por excelência da grande indústria, a funcionalidade dos países colonizados se coloca em produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas. É a partir deste momento, que perpassa as relações da divisão internacional do trabalho, que se determinará o curso do desenvolvimento desses países baseado nas relações de dependência<sup>30</sup>.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir deste momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p.109).

A teoria da dependência é que nos explica a posição de subalternidade da América latina no contexto socioeconômico global. Para explicar essa relação conformada na periferia latino americana Ruy Mauro Marini parte do conceito de dependência para elaboração de dois conceitos importantes que se relacionam: a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Para fins metodológicos deste trabalho, vejamos esses conceitos.

---

<sup>30</sup> Marini (2000) em *Dialética da Dependência* ao abordar a questão do entroncamento das relações de dependência dos países latinos ao capital externo inglês faz uma importante observação que aqui deve ser aludida: “a situação colonial não pode ser comparada a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas [...]” (p.109). Portanto, ainda que as relações de dependência pareçam um prolongamento da colonização, ambas não podem ser comparadas, visto que conformam acontecimentos distintos.

Sobre o conceito da superexploração do trabalho, Marini (2000) afirma que o aumento da intensidade do trabalho aparece automaticamente como um aumento na produção de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva.

O processo de superexploração do trabalho se opera, portanto, pela combinação dos métodos que mesclam mecanismos de extração de mais valia absoluta e relativa, reduzindo a remuneração desta força de trabalho a um preço inferior ao seu valor real.

Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que se realizam nela. [...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que **se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho**: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim o seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho no estado normal. Em termos capitalistas, **estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo do seu valor e correspondem então a uma superexploração do trabalho** (idem, ibidem, p.125-126, grifos nossos).

Portanto, a superexploração do trabalho se coloca quando o trabalhador latino americano é explorado pela combinação de processos de extração de mais valia absoluta e relativa e é remunerado com um valor inferior daquilo que ele necessita para garantir a sua reprodução e da sua família em condições sócio-históricas dadas e também pelo tipo de atividade que se realiza para se ter acesso a um salário.

No Brasil, por exemplo, as ocupações precárias são uma realidade inequívoca, basta citar a vigência do trabalho no corte de cana tão presente no interior do país. Este é mais um exemplo sobre o processo de trabalho como espaço de maior contradição materializada pela ordem do capital.

O conceito de subimperialismo trata de evidenciar um processo no qual o capitalismo brasileiro na ditadura civil-militar se expande nas economias vizinhas da mesma região de acordo com os interesses do capital internacional, submetido ao imperialismo norte americano. Mas, ao contrário do que se opera nos países centrais, o subimperialismo brasileiro tende a agravar a exploração do trabalho na economia nacional para reduzir os seus custos de produção. Segue explicando o autor:

O subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior, em fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes; tem, ao contrário, pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro ao seu sócio maior norte americano, que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, [...] (MARINI, 2000, p. 98-99).

Este é um conceito que nos permite observar, pelo viés das relações internacionais, o papel das economias dependentes, que se destacam entre as outras pelo nível de apropriação do próprio capital e precisam se projetar para fora das suas próprias economias à procura de mercados externos aos quais possa subordinar. Pode-se dizer que é um imperialismo que se dá por baixo, pelos próprios países dependentes, quando os que chegaram um nível mais avançado de apropriação capitalista conseguem subordinar aqueles que seriam os dependentes dos dependentes.

Essa categoria tangencia um aspecto central para se compreender a relação imperialista dos países centrais aos países dependentes. Devemos nos ater ao papel que a economia latina desempenhou no desenvolvimento da grande indústria moderna. Dificilmente a primeira revolução industrial teria alcançado o sucesso dos seus níveis produtivos com a ausência dos bens primários fornecidos pelos países da periferia. A participação destes países foi decisiva para que a produção fabril tivesse garantido o fornecimento de bens primários necessários à produção.

Além disso, este é um detalhe importante para as questões que se levantam nesta pesquisa: as funções que a América Latina cumpriu na economia capitalista mundial contribuíram para que o eixo da acumulação se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa. À medida que as economias centrais

passaram a explorar menos o trabalhador diretamente e apostou-se no aumento da capacidade produtiva do trabalho pelo uso de máquinas e tecnologias, apostou-se na produção de mais valia relativa (MARINI, 2000).

Contudo, o desenvolvimento latino americano se coloca numa base de exploração exponenciada do trabalho, de forma que é possível tangenciar que foi a produção de mais valia absoluta que norteou os níveis de acumulação auferidos na periferia do mundo. Esta contradição é parte da relação de dependência conformada no plano das relações internacionais, e só iria ser modificada com a inserção de uma base urbano industrial, muito tempo depois da revolução inglesa, apenas na década de 1930, que será elucidada, ainda que de forma resumida, no tópico subsequente.

Por último, é necessário ressaltar que a autonomização de um determinado país só é possível mediante a sua ruptura com os padrões de dominação externa. Se se mantém estes padrões de dominação, as relações de dependência tendem a ser perpetuadas. Pois, “o fruto da dependência só pode ser assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (idem, ibidem, p.109).

Voltando a análise da processualidade histórica com atenção ao movimento da luta de classes e da questão social, retomemos o período a partir da década de 1970, quando o esgotamento do *Welfare State* culminou na crise global que causou conseqüências que provocaram um verdadeiro desastre na periferia do mundo pelos ajustes preconizados pelas economias centrais.

Os anos que se seguiram ao esgotamento dos trinta anos gloriosos do capital, instaurou-se uma crise que assombrou o mercado petrolífero e expandiu-se sobre o globo após o esgotamento da longa onda expansiva, e as novas estratégias do capital inseridas nesse momento, a fim de revigorar o capitalismo, produziram conseqüências desastrosas, sobretudo pela desconstrução dos direitos e garantias sociais a classe trabalhadora.

Esta crise, com período de estagnação a partir de 1970, atingiu o mercado petrolífero e desanimou a economia capitalista, que de imediato recorreu a novas estratégias a fim de revigora-lo. Behring & Boschetti (2006) elencam como principais fatores que levaram a estagnação de 1970 a crise social e política nos países imperialistas com o ascenso das lutas, e a crise de credibilidade do próprio

capitalismo, enquanto sistema que se mostra incapaz de garantir condições para o pleno emprego, qualidade de vida e as liberdades democráticas para a classe trabalhadora.

Em meados da década de 1980, as estratégias adotadas pelo capital para superar a crise da década anterior entram em cena. Conformou-se, portanto, “uma redivisão social e internacional do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.124).

Estas transformações perpassaram o mundo e o ônus destas mudanças recaíram sobretudo nos países periféricos, de forma que as exigências do grande capital passaram a girar em torno da mundialização da economia e o seu conjunto de mistificações somados aos ideais neoliberais, identificadas principalmente com a emersão do capital financeiro e com os fenômenos de flexibilização, desregulamentação e privatização.

No Brasil, a inserção do neoliberalismo nos levou a resultados catastróficos pelo aumento expressivo dos processos de pauperização pelo país. O governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1990, como maior expressão política deste momento,

[...] nos levaram “coração das trevas do neoliberalismo”, e seu legado foi uma perversa herança. A política econômica incomplementada pelo governo Cardoso conseguiu reduzir as taxas da inflação, mas não resultou em políticas distributivas. Assim, transitou “da pobreza da inflação” a “inflação da pobreza”, do “fim da inflação da moeda” à retomada da “inflação da dívida” (IAMAMOTO, P.150).

Mesmo considerando que a Constituição Brasileira de 1988 foi aprovada como a “constituição cidadã”, baseada nos ideais democráticos que se ausentaram do governo brasileiro nos anos anteriores e conferindo a classe trabalhadora amplas ganhos no campo dos seus direitos sociais e políticos, inclusive com a instituição do tripé da seguridade social incluindo a política de assistência social, seus avanços não chagaram a se efetivas e ficaram circunscritos a letra da lei.

Na verdade,

A conjugação “globalização” mais “neoliberalismo” veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum compromisso social [...]. Erodido-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópica saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” desvestiu a pele de cordeiro - e a intelectualidade acadêmica [...] descobriu a “nova pobreza”<sup>31</sup>, os “excluídos” etc.- em suma, descobriu a “nova questão social”<sup>32</sup> (NETTO, 2011, p.159-160).

Cabe aqui destacar que, o fato de a “questão social” se expressar de novas formas não tangencia necessariamente uma “nova questão social”. Este é um detalhe importante a ser esclarecido, visto que esta temática compreende um amplo debate. Vale dizer que neste trabalho compreende-se que inexiste uma “nova questão social”, o que se pode identificar são novas expressões da mesma existente. É evidente que a partir do avanço dos níveis de acumulação, sobretudo na fase mais recente do modo de produção capitalista, novas expressões da mesma “questão social” se apresentam, contudo é impossível relacioná-las com a superação das expressões anteriores. Elas são, sobretudo, expressão de novas sequelas produzidas pelo capital, que apenas somam-se as anteriores.

Na vasta bibliografia que compreende o debate sobre a “questão social”, alguns autores concordam com a existência de uma “nova questão social” em face das novas expressões emergentes junto com a crise de 1970. Mas como pensar em uma “questão social” nova se nem mesmo as expressões mais antigas não foram suprimidas?

Pois bem, juntos, os ajustes impostos pelo receituário de Washington, com a implantação do neoliberalismo como política macroeconômica no final da década de 1980, assim como as mudanças no âmbito produtivo, são expressão da relação

---

<sup>31</sup> “Na verdade, há no contexto atual “*novos pobres*”, (pessoas, famílias e grupos que se incorporaram recentemente aos níveis de pobreza), porém não há uma “*nova pobreza*”: os fatores causantes da pobreza, no MPC, são essencialmente os mesmos, a contradição capital-trabalho, a exploração, a subsunção real do trabalho ao capital, a apropriação privada dos fatores que determinam o desenvolvimento das forças produtivas. A pobreza e seus fundamentos não é nova, mas estrutural e própria do MPC, porém há formas novas de se manifestar ou se expressar, e particularmente há novos sujeitos que hoje passam a ampliar as fileiras da população abaixo da linha de pobreza ou de indigência” (SIQUEIRA, 2013, p.205).

<sup>32</sup> Para aprofundar o debate sobre a “nova questão social” verificar PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje.** São Paulo: Instituto Luckás, 2012.

imperialista dos países capitalistas centrais para com os países periféricos<sup>33</sup> e teve como consequência:

[...] a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego, o rebaixamento do valor da renda do trabalho, como conseqüente ampliação e aprofundamento da pobreza, que se estende, inclusive aos setores médios da sociedade (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2007, p. 23).

A agenda neoliberal fundamentou o processo de reestruturação da economia global, e com a queda do socialismo real europeu, foram operados ajustes macroeconômicos em escala mundial com o objetivo de regular a forma da acumulação do capital. Os organismos multilaterais, representados principalmente pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) proporcionaram através dessa política o desmantelamento do Estado, o rompimento das fronteiras econômicas e o empobrecimento de milhões de pessoas (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Este movimento foi regulado pela cobrança da dívida externa pelo mundo. Sobre esta realidade, Stein (2006) afirma o receituário de Washington canalizou para uma situação de empobrecimento dos países em desenvolvimento, e em contraponto, foram instituídos por eles mesmos metas para a diminuição da pobreza. Aplicaram-se diversos programas nos países mais endividados, com o objetivo de promover o desenvolvimento pelo crescimento econômico, mantendo a economia aquecida e prevenindo novas crises econômicas.

Chossudovsky (op.cit.) concorda que o ajuste estrutural levou centenas de pessoas ao empobrecimento, de fato. Operou-se uma verdadeira “globalização da pobreza”. Para o referido autor, o cerne da questão está nos países em desenvolvimento, e o debate não gira em torno de uma socialização da pobreza pelo globo, mas sobretudo das conseqüências dos acordos econômicos que regem a geopolítica global nos países do antigo terceiro mundo, sobretudo na América Latina, e nos países da antiga União Soviética, pela tutela da economia pelo capital

---

<sup>33</sup> Sobre este tema, ver Ruy Mauro Marini em *A dialética da dependência*, aonde o autor faz uma análise importante acerca dos processos e tendências da globalização capitalista, situando o papel da indústria, da ideologia neoliberal e da precarização do trabalho. Também, outra indicação importante é o texto de Carlos Eduardo Martins sob o título *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Ver referências).

financeiro, destruição das economias nacionais, enfraquecimento das moedas, dolarização dos preços, distorção das causas da pobreza no mundo, assim como a manipulação dos números sobre o fenômeno.

Dessa forma, estas medidas que evidenciam a relação de exploração dos países centrais para com os países periféricos se colocam também pela via do capital financeiro, atuando como uma forma de estruturação do mercado mundial. Pela financeirização do capital os grandes investidores passam a controlar as transnacionais, mediante a atuação política e o apoio dos Estados Nacionais controlados pelas grandes potências internacionais.

Podem-se destacar dois aspectos: primeiro, a funcionalidade do Estado e da política as relações econômicas; e segundo o fetiche que se formou em torno da esfera financeira, que depende estritamente da produção concreta de bens mediante a exploração da força de trabalho e criação de riqueza.

Para Netto, “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade” (2010, p.12). Isto se deve ao fato de que as estratégias do capital no pós-1970 resultaram no aumento do desemprego, na destruição de postos de trabalho, na redução dos salários e dos gastos com políticas sociais, elevando também os níveis da pauperização.

Disto resultou o aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho, através da precariedade e do desassalariamento, bem como pela piora brusca na distribuição da renda no país. Neste mesmo sentido, Telles (1994) defende que a instabilidade pela via da precarização do trabalho, que caracteriza fortemente o mercado brasileiro, absorveu diretamente os ditames internacionais advindos dos organismos multilaterais, o que nos fornece uma forma de compreensão da relação controversa entre a pobreza e a cidadania.

Neste debate, a autora nos situa colocando a necessidade de uma nova contratualidade social para mediar a relação entre a pobreza e a cidadania, visto que ao invés de garantir o acesso aos direitos e promover a sua universalização, o capitalismo tardio consegue destruir as prerrogativas de cidadania e criar uma fratura entre a figura do trabalhador civil e o pobre (in)civil.

O mercado seria apenas o espelho de uma sociedade que se constitui como uma esfera na qual a perspectiva de direitos não faz parte das regras que organizam

a vida social. Até porque o aparato legislativo brasileiro não chegou a garantir a igualdade ou até mesmo a equivalência jurídica. É como se se criasse uma fronteira entre o trabalho formal e o informal, inaugurando um verdadeiro *apartheid* social.

O fato é que, a horizontalização das relações econômicas mediante a mundialização da economia canalizou também a socialização da pobreza. A partir da década de 1980 os fenômenos que eram típicos dos países subdesenvolvidos aparecem em parte majoritários também do mundo desenvolvido, de forma que a pobreza também se mundializou. Portanto, é a partir daí que temos expressões agudas da “questão social” espriadas pelo globo. Para Yamamoto:

[...] a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista. E, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias a sua realização, assim como dos seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em termo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais. A feição em que se apresenta a questão social na cena contemporânea expressa, sob inéditas condições históricas, uma potenciação dos determinantes de sua origem já identificada por Marx e expressos na lei geral da acumulação capitalista e na tendência do crescimento populacional no seu âmbito (2010, p.155-156).

Feitas estas considerações podemos concluir que nesse novo momento do desenvolvimento do capital, a inserção dos países periféricos na nova divisão internacional do trabalho está hipotecada à sua formação econômico-social. A história das particularidades do capitalismo brasileiro elucida as marcas persistentes de um desenvolvimento que se fez à maneira do imperialismo, conservando os laços de dependência, a partir da exploração do trabalho, e,

sobretudo evidenciando a luta das classes internas. Portanto, fica candente neste momento que:

As transformações que ocorreram desde os anos 1930, a expansão capitalista foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial (OLIVEIRA, F., 2003a, p.74).

Isso demonstra que, sem desconsiderar as pressões exercidas pelo capitalismo central nos países periféricos no sentido de beneficiar a reprodução do próprio modo de produção capitalista pelo mundo, entendemos que é pela luta social das forças internas em cena que a história do Brasil se construiu.

A luta de classes, como bem coloca Marx, está posta na realidade do capitalismo. No entanto, a organização da classe de produtores diretos deixa a desejar no sentido de impor um limite a exacerbação da exploração do capital. No campo da luta de classes os níveis de exploração crescem e se massificam numa ofensiva clara do capital para com o trabalho, que apesar das insatisfações, ficam em focos de resistência muito pontuais, protagonizada em boa parte pelos movimentos populares.

Portanto, ao passo que a ofensiva do capital avança no terreno da luta de classes, avançam e se expressam de forma cada vez mais aguda a “questão social”. Esta última se torna cada vez mais desafiante mediante a sua capacidade de se metamorfosear e se atualizar no presente. Apesar de carregar os traços das conseqüências que a evidencia expansão do capitalismo pelo mundo, ela assume as particularidades das distintas formações nacionais.

É nesse sentido que quanto mais avança o desenvolvimento do capital sobre o trabalho – principalmente nos países latino americanos – mais se expande os desastres que compreendem a “questão social” latino americana, protagonizada em larga medida pelo desemprego e a fome.

E para lidar com a realidade de uma “questão social” exponenciada, o Estado institui políticas públicas para intervir nesta realidade. As formas de enfrentamento da “questão social” no Brasil a partir do governo Lula é temática abordada no próximo capítulo.

### 3. POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

No final do século XX, especialmente no seu último decênio, a erradicação da pobreza passou a assumir centralidade na agenda social de organismos multilaterais, tornando-se objetivo das suas recomendações. O combate às expressões da pobreza tornou-se pauta prioritária, conformando um compromisso político assumido não apenas pelos países emergentes, mas em todo o globo. A pobreza tornou-se o foco das ações governamentais, e sobre ela procede uma série de medidas voltadas para o fim da sua erradicação.

A transferência condicionada de renda é um mecanismo de enfrentamento da pobreza que adquiriu destaque nos debates internacionais como uma estratégia eficaz e de baixo custo. “São considerados programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda *per capita* familiar [...]” (GIOVANNI, SILVA & YAZBEK, 2007, p. 131).

Em poucas palavras, a ideia é redistribuir renda com foco no contingente mais pobre de cada país, de maneira que, em contrapartida, as famílias beneficiadas cumpram exigências que junto ao o valor repassado, sejam capazes de lhes conferir uma autonomização futura.

No Brasil, a década de 1990 representa o marco da adoção e introdução dos programas de transferência de renda como principal estratégia da política de Assistência Social. Em geral, estes programas são destinados à parcela pauperizada da população, àqueles que se encontram nas camadas do exército industrial de reserva ou que são aptos a ser parte dele em algum momento de oscilação da acumulação do capital.

Para se estudar o Bolsa Família como política de transferência de renda no Brasil, faz-se necessário realizar um tratamento teórico ao conceito de política social a partir do posicionamento de alguns autores que contribuem para este debate, assim como destacar o protagonismo da política de Assistência Social no Brasil e o redesenho das políticas sociais a partir da década de 1990.

### 3.1. A política social e os mecanismos de reprodução da força de trabalho

A discussão sobre as políticas sociais no lastro das ciências sociais, como também a maioria dos conceitos que por ela seja abordado, não é algo unívoco, sendo sempre perpassada por posicionamentos plurais e controversos. Obviamente, as diferentes concepções que se colocam não são ingênuas, elas estão diretamente ligadas a uma concepção de mundo, no qual os interesses políticos e ideológicos conformam uma disputa entre as forças em cena, refletindo as formas interventivas que estas políticas expressam, pretendendo funcionar na maioria das vezes como solução para os “problemas” que emergem.

Partindo da concepção teórico-metodológica que norteia a realização deste trabalho, compreendemos as políticas sociais como a forma que o Estado, capturado pela lógica do capital, encontrou para lidar com as expressões da “questão social” no capitalismo contemporâneo, que tem seu fundamento hipotecado as relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Ainda, pela lógica da vertente crítico-dialética em Marx, a “questão social” coloca-se como um leque de expressões insuprimíveis nos marcos da sociedade burguesa. Assim, queremos desde logo evidenciar o caráter paliativo das políticas sociais para resolver as seqüelas que o desenvolvimento do capital impôs a realidade da vida social, de maneira que a sua intervenção se dá de maneira limitada sobre as expressões da “questão social”, provocando apenas eufemismos, e não a sua resolução.

É nesse sentido que Iamamoto (2010) nos diz: “a “questão social” explica a política social, mas a política social não explica a questão social *tout court*” (p.185). Potanto, as expressões contraditórias do desenvolvimento do capital explicam a formulação de políticas interventivas, mas, pelo seu caráter incipiente, segmentado, focalizado e seletivo, estas políticas não conseguem expressar a magnitude da “questão social” contemporânea.

Além disso, devemos pontuar que em geral o aparecimento dessas políticas está relacionado à capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Elas surgem, portanto, com a função de atender às demandas geradas a partir da contradição

entre capital e trabalho, e a sua conquista geralmente permeada por fortes contradições e conflitos advinda da luta de classes<sup>34</sup>.

Em resumidas contas, o surgimento das políticas sociais no modo de produção capitalista pode ser entendido como um fenômeno associado à constituição da própria sociedade burguesa, quando se colocam as lutas sociais em defesa de condições dignas de existência e reprodução da classe trabalhadora, e se dá de maneira desigual nas diferentes partes do mundo<sup>35</sup>.

Behring e Boschetti (2008) colocam que não há precisão em delimitar um período específico para o surgimento das primeiras iniciativas que se configuram como políticas sociais, mas é com os movimentos de massa social democrática e a formação dos estados-nação da Europa ocidental no fim do século XIX que ela surge.

Neste período, a partir dos ideais liberais as ações sociais se ampliam e ganham algum planejamento. As demandas colocadas pela classe trabalhadora foram atendidas por melhorias tímidas, passando a ser obrigatórias pelo Estado capitalista. Todavia, mesmo que o seu aparecimento se dê timidamente até o pós

---

<sup>34</sup> “Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar – segmentos da sociedade demandantes/ Estado burguês no capitalismo monopolista. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos” (NETTO, 2011, p. 33).

<sup>35</sup> Behring & Boschetti chamam atenção para o fato de que nas sociedades pré-capitalistas existiam algumas formas que se identificam com políticas sociais como as suas protoformas com o objetivo de manter a ordem e punir a vagabundagem. O seu conteúdo era nitidamente coercitivo e repressivo. “As mais exaltadas e freqüentemente citadas como legislações seminais são as leis inglesas que se desenvolveram no período que antecedeu a Revolução Industrial: Estatuto dos Trabalhadores, de 1349; Estatuto dos Artesãos (artífices), de 1563; Lei dos pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei de domicílio (*Settlemente Act*), de 1662; *Speenhamland Act*, de 1795; Lei revisora das leis dos pobres, ou Nova lei dos pobres (*Poor Law Amendment Act*), de 1834” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p.47-48). Contudo, convém esclarecer que “se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da revolução industrial lança os pobres à servidão da liberdade sem proteção, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. Foram as lutas pela jornada normal de trabalho que provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado” (idem, ibidem, p.51).

1929, a sua generalização<sup>36</sup> vai acontecer exatamente da passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, no Segundo Pós-Guerra, com o surgimento do *Welfare State* nos países da Europa Ocidental.

Com a entrada no século XX os ideais liberais passam a ser questionados e, sobretudo as contradições que este pensamento instaurara. A consequência disso foi à emergência de processos político-econômicos dos quais se destacam o crescimento do movimento operário<sup>37</sup>, obrigando a burguesia a reconhecer os seus direitos, apesar de que esta última não acena para o rompimento da lógica capitalista; e o surgimento do capital monopolista, no qual cada vez mais o mercado passou a ser liderado por grandes monopólios, advindos do processo de concentração e centralização do capital, e a criação de empresas que passaram a depender de um alto volume de investimentos (BEHRING & BOSCHETTI, 2008).

Sobre este momento, Netto esclarece que

É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica [...] que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais. [...] No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições *externas* a produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características postas pelo novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico-política (NETTO, 2011, p.29-30).

---

<sup>36</sup> “As primeiras iniciativas das políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre o Estado liberal e o Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na concepção de Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto sócio-econômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais. Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos tem um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING & BOSCHETTI, op.cit., p. 63).

<sup>37</sup> A Revolução Russa, acontecida em 1917 foi um período revolucionário depôs a autocracia russa e levou a ascensão do Partido Bolchevique, liderado por Lênin. A revolução russa, como a primeira revolução socialista do mundo causou grande efeito sobre a classe trabalhadora naquele momento histórico no sentido de fortalecer as suas lutas por todo o mundo.

Para o referido autor, é a partir da vigência política, econômica e social da ordem monopólica que as expressões da “questão social” se colocam como cerne da intervenção das políticas sociais, e no leque do seu enfrentamento se inscrevem medidas públicas e privadas<sup>38</sup>.

Na sua concepção, a funcionalidade das políticas sociais ao Estado monopolista é indiscutível para a reprodução da sociedade de classes. Elas funcionam como instrumento de preservação e controle da força de trabalho pelo Estado burguês, no sentido de assegurar condições adequadas para o pleno desenvolvimento do capital, através da produção de consensos efetuados, no sentido de adquirir legitimação das categorias e setores beneficiados.

Nesse mesmo sentido, Netto discute ainda a relação entre questão social e política social situando a função social do Estado no referido contexto afirmando em seus próprios termos que

[...] a funcionalidade da política social é inequívoca. [...] se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva através dos sistemas de seguro social. [...] o peso dessas políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. [...] oferecem um mínimo de respaldo efetivo a imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes (NETTO, 2011, p.30-31).

---

<sup>38</sup> “Está claro que as estratégias (de classes) implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas “pública” e “privada” do enfrentamento das seqüelas da “questão social”. Tudo indica que parece correto afirmar que se verifica uma visível dominância da perspectiva “pública” quando se trata de refrações da “questão social” tornadas flagrantemente massivas e especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico; a proeminência da perspectiva “privada” parece dar-se sobretudo em momentos imediatamente anteriores e posteriores a emergência de conjunturas críticas. A experiência histórica revela, contudo, que não temos invariavelmente uma sequência regular, antes se configurando situações complexas: a perspectiva “privada” pode ganhar destaque em fases de crescimento, quando há políticas sociais setoriais suficientemente articuladas ou ainda quando suas potencialidades coesivas não se mostram com o mínimo de eficácia; alternativamente, a perspectiva “pública” pode manter-se dominante em fases de conjuntura críticas, quando a intercorrência de agudas refrações da “questão social” com rápidos processos de mobilização e organização sócio-política das classes subalternas sinaliza possibilidades de ruptura da sociedade burguesa” (NETTO, 2011, p.37).

Também, no entendimento de Netto, as estratégias de enfrentamento do Estado burguês para com as expressões da “questão social” são perpassadas por uma forte tendência a refilantropização. A partir da colocação do autor, se observa que pelo retorno à filantropia, o Estado se retira como protagonista do enfrentamento das expressões da “questão social” que emergem e relega a responsabilidade destas ações a sociedade civil, que se organiza em nome da cultura do “possibilismo” e se coloca a enfrentar as demandas apresentadas.

Faleiros (1985), assim como Netto e Behring & Boschetti, concorda que as políticas sociais representam a forma como o Estado administra o conflito entre capital e trabalho, garantindo a reprodução da força de trabalho, tendo de um lado um complexo desenvolvimento das forças produtivas e do outro as forças sociais. Entretanto, o referido autor nos adverte dizendo que em alguns casos, seja pelo Estado burguês ou pelas interpretações de alguns marxistas, as concepções em torno da política social aparecem como extremistas, perpassada por posicionamentos que vão de instrumentalismo até o mecanicismo, e deixam de lado a realidade da exploração do trabalho pelo capital e a correlação de forças que instaura essa relação social.

O autor explica ainda que as políticas sociais, seja qual for a sua classificação, são perpassadas por uma função ideológica. Esta pode se expressar de várias maneiras, mas ele utiliza como exemplo a concepção do desvio ou da anormalidade e da humanização. No primeiro caso, as políticas sociais se inserem a fim de corrigir o indivíduo a fim de torná-lo normal, isto é, ser capaz de vender força de trabalho, e a depender do seu desenvolvimento, ele será culpabilizado ou não pelo seu fracasso. Nesse sentido, as políticas sociais assumem um papel de controle e estigmatização. No outro exemplo utilizado pelo autor, a ideologia da “humanização” evidencia algum tipo de preocupação com o trabalhador, conforma-se um discurso humanizante para justificar uma realidade desumanizadora, como forma de manter o controle do trabalho pelo capital.

Portanto, na concepção de Faleiros,

as políticas sociais aparecem, assim, como intrinsecamente perversas, feitas por “essa máquina de repressão” que é o Estado. Mesmo ideológicos, os aparelhos do Estado são repressivos, na sua

lógica implacável da submissão, da reprodução da submissão. Essa postura leva a uma visão maquiavélica das políticas sociais do Estado capitalista, no sentido de que todo o espaço social é organizado por esses aparelhos para submeter a classe operária. No entanto, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e manutenção da ordem social [...] (FALEIROS, 2009, p.64).

Para Mauriel (2008), o termo política social surge como uma política para toda a sociedade como forma de preocupação com as seqüelas da industrialização, o que sugere que política social está diretamente ligada a proteção social, com o objetivo de garantir a realização dos fins de uma determinada sociedade.

Mauriel concorda que as políticas sociais são as formas de contenção ou regulação que o Estado burguês impôs ao trabalho no marco dos monopólios, pela via do consenso. Tendo em vista que as políticas sociais, em suma, partem da concepção de conhecimento e organização social da sociedade, estas políticas implicam diretamente a formação de consensos que visam atenuar os antagonismos de classe e intervir nas expressões da “questão social”.

Para a autora, as políticas sociais são definidas por processos políticos, culturais e ideológicos particulares, que ao fim atuam na produção de consensos variados a fim de manter o controle da classe trabalhadora. A sua análise indica, portanto, que além da dimensão econômica é necessário levar em conta a dimensão histórica na qual estas políticas estão sendo inseridas, de forma que se torna necessário compreender em qual realidade ela está inserida.

Ela adverte que a forma de interpretação da “questão social” contemporaneamente, largamente influenciada pelos ideais liberais, obscurece a relação entre o mercado de trabalho e o bem-estar, de forma que se opera um aniquilamento dos discursos que coloquem a economia, as relações de produção e o mundo do trabalho em evidência. Essa forma ideológica de conceber a solução para a “questão social” pela via das políticas sociais tem a finalidade de garantir o pleno funcionamento do mercado, ou seja, garantir que os pilares de sustentação do modo de produção capitalista mantenham-se intactos. Assim, no entendimento da autora, as políticas sociais contemporâneas reproduzem e até exacerbam a desigualdade predominante, e são esvaziadas de conteúdo social-democrata.

No entendimento de Cignolli (1985) as políticas sociais são formas de organização das formas de consumo coletivo e da acessibilidade social do trabalhador, de forma que estas políticas chegam a determinar inclusive as necessidades da população. A questão fundamental destas políticas é a da “produção social das condições de reprodução da força de trabalho em relação ao processo de acumulação” (p.11).

O autor chama atenção para o processo no qual a valorização do capital tende a negar a força de trabalho como fonte de valor, e conseqüentemente os trabalhadores se transformam de produtores em consumidores. Importante é ressaltar que para ele nas sociedades de capitalismo maduro, o Estado paga para que uma parte da força de trabalho não produza, mas continue consumindo.

Nesse sentido, a partir do estudo sobre a política social no Brasil, Cignolli afirma que o país possui uma singularidade:

não é necessário investir na produção de uma parte da força de trabalho para manter a acumulação. A intervenção do Estado é parcial neste aspecto, e se limita a certas categorias graças ao lugar estratégico que ocupam no processo produtivo para satisfazer necessidades técnicas da produção ou para atender a pressão reivindicativa dessas categorias. Além disso, [...] as intervenções do Estado não são para socializar o ‘consumo’, mas para privatizá-lo. Fatores estruturais, de um lado, e conjunturais, de outro, permitem ao Estado aplicar certas políticas não obstante quão perversas elas possam ser. Podemos formular a hipótese de que a especificidade do modo de acumulação no Brasil corresponde a uma forma específica de Estado que se torna um fator de peso no processo de reprodução do capital e que se caracteriza entre outros aspectos pela repressão e superexploração da força de trabalho. É um estado que expropria a riqueza social da Nação para garantir a taxa de lucro dos grupos oligopólicos (ibidem, p.110-111).

Em Behring (2011), o estudo sobre a política social evidencia a concepção mandeliana para interpretar o capitalismo tardio, indicando que esta perspectiva é completa e adequada para uma interpretação válida da crise capitalista de 1970. A partir deste entendimento, ela problematiza algumas pistas para pensar a política social contemporaneamente.

Tendo por base a conjuntura da constituição dos padrões de proteção social pelo mundo, a autora toma a conjuntura de crescimento dos seguros sociais a partir

de 1929 por base para concluir que as políticas sociais funcionam como mecanismos anticrise. Para ela o Estado institui sistemas nacionais de seguridade como uma estratégia anticíclica, pois “os seguros permitem que a queda no consumo não seja tão brusca” (BEHRING, 2011, p.168). Para ela, os seguros sociais por si só não conformam uma ação anticrise, mas as políticas sociais se articulam com uma série de mecanismos dos quais ela constitui parte para este fim.

Também, a autora coloca que o surgimento dos programas sócio-assistenciais estão associados a uma resposta ao desemprego estrutural, exponenciado como uma tendência concreta do capitalismo contemporâneo, em razão da dispensa de força de trabalho do âmbito produtivo em detrimento da inserção de tecnologias, e também da supercapitalização, ou seja, “da industrialização da esfera da reprodução, em setores que não produzem mais-valia diretamente, mas que, indiretamente, aumentam a massa de mais-valia” (idem, ibidem, p.170).

Além desta argumentação, a autora chama atenção não apenas para a função econômica das políticas sociais, mas especialmente para a função política destas. Obviamente, a funcionalidade das políticas sociais no capitalismo tardio não se articula apenas a contenção das crises, mas também aponta para a garantia de legitimidade da ordem em vigência pela produção de consensos e controle dos trabalhadores.

É certo que sob a fase contemporânea do capital dos monopólios, ao contrário dos seus anos dourados, as políticas sociais sofreram grandes alterações em suas configurações. Operou-se um verdadeiro desmantelamento destas políticas, que passam a funcionar de forma seletiva e focalizada, atendendo apenas de maneira compensatória as necessidades da classe trabalhadora. As várias facetas da “questão social” são entendidas fora de uma perspectiva de totalidade e enfrentadas como problemas particulares, desligados entre si, sendo atacadas apenas suas refrações.

Ivo contribui para este debate:

A perspectiva focalizada abandona a dimensão da universalidade inclusiva e faz a opção a partir da dimensão da iniquidade dos mais pobres, pela gestão estratégica da pobreza, num ambiente adverso à

mudança. [...] A focalização da política social significa objetivamente que a ação governamental reorienta-se tecnicamente para priorizar escolhas eficientes em face da restrição dos gastos sociais. [...] Essa mudança implica, portanto, o deslocamento de uma concepção política do Estado social, de caráter estrutural e redistributiva, para a adoção de uma inteligência estratégica de caráter gestor, voltada para adequar a política social nos limites dos ajustes econômicos, o que, na prática, quer dizer dar flexibilidade e contingenciamento aos benefícios da assistência, o que se sobrepõe ao sentido amplo do direito, da justiça redistributiva e da responsabilidade pública do Estado social. Do ponto de vista analítico, essa reorientação estratégica, desloca-se do diagnóstico das causas estruturais para atuar sobre os seus efeitos e sintomas, em diferentes frentes: sobre públicos específicos de jovens, mulheres e idosos, sobre as manifestações externas do fenômeno da pobreza, na repressão à violência etc. Opera-se, portanto, uma ruptura estrutural entre os planos social, econômico e político, através de um processo de transição que prioriza e individualiza o tratamento da questão social com base em um novo modelo de assistência focalizado (IVO, 2008, p.187-188).

Desta forma, na década de 1990, com a inserção da lógica neoliberal e do processo de reformas orientadas para exclusivamente atender a lógica do mercado, as políticas sociais foram redesenhadas, tomadas por medidas restritivas, que atendessem a lógica da privatização e com um público-alvo seletivo e subdividido. Daí procede “o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização” (BEHRING & BOSCHETTI, 2008, p. 155-156).

Verifica-se então a desconstrução dos direitos garantidos, uma vez que a inserção do projeto neoliberal altera substancialmente o padrão de seguridade social estabelecido constitucionalmente e lança por terra o horizonte da universalidade. Isto porque, o sistema de seguridade social proposto pela Constituição de 1988 no Brasil não chegou mesmo a efetivar-se. As suas propostas baseadas em princípios universais esbarraram nas orientações macroeconômicas e político-ideológicas do Estado burguês neoliberal. A proposição da constituição cidadã, portanto, perdeu viabilidade prática.

Nesse contexto, Cobo (2012) confere destaque a situação dos sistemas de seguridade da América Latina pelas suas frouxas configurações, de forma que estes causam um impacto muito pequeno para eliminar riscos e assegurar níveis de segurança e bem-estar. Para a autora, diferente do que ocorre nos países da

Europa, na América Latina os sistemas de proteção social são inconclusos, possuindo portanto, uma capacidade de cobertura muito limitada.

Na verdade, “nosso sistema de seguridade social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção social de amplo contingente da população brasileira [...]” (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2007, p.28).

A afirmação de que a Seguridade Social Brasileira está longe de afirmar um genuíno mecanismo de proteção social ganha potencialidade ao se analisar as condições nas quais se encontram o funcionamento destas políticas no âmbito público, que padecem pelos pífios investimentos e descaso por parte do Estado.

Behring (2011) observa ainda na sua análise que a partir da crise de 1970, os resquícios do pacto keynesiano ao ser substituído pelo neoliberalismo, assim como a sede incessante de superlucros pelo capital, geraram certo mal estar com o corte dos gastos sociais, o que canalizou para uma crise de legitimidade ou até mesmo de credibilidade política do Estado. Nesse sentido, a classe burguesa necessita de estabelecer condições para instituir novos objetos de consenso com a finalidade de manter a supremacia do mercado.

Correlacionado com o argumento de Behring está o de Mota (2011) quando afirma que a partir da crise de 1970, e da conseqüente crise de legitimação do Estado no sentido de garantir o consenso com a classe trabalhadora, a classe burguesa acaba instaurando uma cultura de crise, que aponta para uma forma de garantir a sua perpetuação como classe hegemônica na sociedade capitalista.

Mota, partindo de uma concepção de crise orgânica, ancorada na perspectiva gramsciana, posiciona-se sobre as crises não apenas como uma perturbação econômica, mas uma crise global, que se espraia por todas as esferas da vida social, perpassando o político, o social, o institucional assim como o cultural. Trata-se de uma concepção na qual os momentos de crise abrem-se novas possibilidades para o desenvolvimento do capital, já que os velhos padrões chegam a se esgotar.

Nesse mesmo sentido, nas situações de crise encontram-se abertas as brechas para que haja uma tensão política que podem canalizar para a reestruturação da hegemonia do capital ou fazer erigir as bases para que esta hegemonia seja questionada e superada.

Enquanto a classe dominante procura rearticular-se para recompor a sua hegemonia, as classes subalternas também podem ampliar seus modos de articulação e de consenso de classe para reverterem as relações hegemônicas a seu favor. [...] Há indicações de que a direita tem levado a melhor no atual enfrentamento da crise, porque ela vem conseguindo socializar a sua concepção da gênese da crise, inscrita na relação Estado/mercado/democracia e, ao fazê-lo, consegue formar uma cultura de crise que, comportando uma determinada direção política, é constituidora de hegemonia (MOTA, 2011, p.98-99).

Portanto, a autora destaca que é pela produção de consensos que o capital consegue se rearticular e se recompor enquanto classe dominante. Em poucas palavras, a tese da cultura de crise afirma a existência de uma cultura política que solapa os referenciais teóricos, políticos e ideológicos da classe trabalhadora, afirmando que a crise afeta a todos igualmente e, portanto, torna-se necessário o sacrifício destes para achar uma saída. Também, e a luta pela recuperação da economia beneficia a todos, em detrimento da sua colaboração.

Merece destaque nesta tese a argumentação de Mota quando observa que “a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise” (idem, ibidem, p.101). Podemos inferir a partir dessa afirmação que a situação de crise, que geralmente é temporária, aparece como justificativa para as condições permanentes nas quais os trabalhadores se colocam, decorrentes da superexploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, principalmente na periferia do mundo. E vale lembrar que a pobreza enquanto expressão da “questão social” se coloca no leque das conseqüências do desenvolvimento do capital que se aprofundam de maneira exponencial nas situações de crise.

Portanto, a partir da década de 1980, o capital procura enfrentar as suas próprias contradições implementando iniciativas que permitam a recomposição das suas taxas de lucro, ao tempo em que se desenvolvem iniciativas que as legitimem socialmente. É neste sentido que as classes proprietárias e dominantes, a partir das últimas décadas do século XX, necessitam exercitar-se como classe dirigente, implementando seu projeto classista através de uma direção restauradora, criando (reinventando) iniciativas conservadoras sob o influxo das ideias liberais. (MOTA, 2012, p.31).

As indicações da autora são válidas tanto para a crise de 1970 como para a crise que se instaura a partir dos anos 2000, a partir da bolha no mercado imobiliário norte-americano. Mas é a partir desta última que começa a emergir um discurso que parece conferir ao capital uma espécie de juízo moral, que defende “o capitalismo sério, real, produtivo, democrático e redistributivo” (MOTA, 2012, p.33). Estavam postas, portanto, as condições que marcariam outro momento histórico do enfrentamento à crise do capital financeiro. Estamos falando da estratégia novo desenvolvimentista, ou social-liberal.

Falar de social liberalismo parece mesmo uma contradição em termos. No entanto, não deixando de atender a lógica contraditória que é própria do capital, esta é uma estratégia de superação da crise do capital que aponta para o crescimento econômico concomitante ao desenvolvimento social como a única via para a saída de tal situação. Estamos vivenciando um retorno da ideologia desenvolvimentista, que obviamente aponta para uma passivação ainda maior da classe trabalhadora numa estratégia de conservação e modernização do capital.

Contudo, “a arte do Banco Mundial e dos teóricos que propugnaram um novo desenvolvimento foi retornar essa ideologia de modo que todo o substrato neoliberal permanecesse inalterado” (LEHER, 2012, p.14). Certamente, este é o neoliberalismo de roupa nova, que engloba a combinação entre financeirização, crescimento econômico e políticas sociais compensatórias em suas interfaces e opera a produção de consensos diversos para chegar a realização dos interesses do capital.

Este aparato ideológico, baseado no ideário difundido pelos organismos multilaterais ao orientar a formação de políticas macroeconômicas, não se limita apenas a políticas, programas e iniciativas governamentais, mas aponta para uma forma de sociabilidade baseada no consenso para compatibilizar crescimento econômico e desenvolvimento social (MOTA, op.cit.).

A concepção está ancorada na perspectiva de que o crescimento econômico canaliza automaticamente para o desenvolvimento social, como uma via única. Gonçalves & Figueiras (2007) fazem importantes considerações acerca dessa concepção. Na perspectiva dos autores, a concepção que norteia a orientação do Banco Mundial para a economia retira a responsabilidade do Estado e responsabiliza os mais pobres pelo baixo crescimento econômico.

O Banco Mundial opera uma perspectiva pela qual a pobreza é justificada por ela mesma, além de se constituir como um mal que é responsável pela perpetuação dos efeitos negativos nas taxas de crescimento. Em suma, para este organismo, a pobreza se constitui como um obstáculo para o desenvolvimento econômico. Na verdade, fica claro que esta concepção obscurece a estrutura da propriedade privada e a própria natureza do capitalismo pela produção e reprodução da pobreza e das desigualdades sociais, a partir do livre posicionamento do mercado.

Tendo em vista que os autores explicam que se forma realmente uma relação tautológica entre a pobreza e o capital humano, isto é, o acesso a educação, saúde, instrução, escolaridade, a saída encontrada para sair deste verdadeiro ciclo de reprodução instituído pelo Banco Mundial é aumentar os investimentos nos pobres pela via das transferências de renda, já que estes não podem participar adequadamente do mercado, seja como empregados, empreendedores ou até mesmo como consumidores (GONÇALVES & FILGUEIRAS, 2007).

A conseqüência destas medidas para as políticas sociais é o reforço a lógica da seletividade e da focalização, se apoiando num conceito restrito de pobreza, na qual ela é nivelada por baixo, ou seja, deixando de fora aqueles segmentos da considerada classe média que são identificados como privilegiados.

Também, essa classificação se baseia numa concepção em que a classificação dos pobres ou muito pobres é feita a partir dos próprios pobres, deixando de lado a perspectiva que aponta para o montante de riqueza produzido. Esta é uma forma de deixar de lado os rendimentos do capitalismo financeiro, pois só mostra a desigualdade por aqueles que já são classificados como pobres. Obviamente, esta é uma forma de esconder a realidade da luta de classes, operando de certa forma uma disputa dos pobres entre eles mesmos e preservar o consenso estabelecido (idem, ibidem).

Sem dúvida, o desequilíbrio frente aos sistemas de proteção social inconclusos soma-se ao processo de desmantelamento das políticas sociais operado pela lógica neoliberal e a nova ideologia do desenvolvimento, o que acaba por atribuir uma difícil tarefa as políticas compensatórias, de forma que seus objetivos pretendem ir além das suas reais possibilidades. É como dar um passo maior do que se possa. Nesse sentido, programas que deveriam funcionar de forma

complementar em relação as demais políticas da seguridade social, acabam servindo como o único e principal mecanismo de proteção social e funcionam na lógica da reprodução da força de trabalho.

Essa afirmativa é endossada pelos estudos de Sitcovsky (2010), que afirmam que nos tempos do governo Lula, existe uma reconciliação entre assistência social e trabalho, pois em contrapartida a não garantia do último, o Estado amplia a primeira. Sem dúvida, no Brasil esta estratégia assume o carro chefe das políticas implementadas no governo Lula, e a assistência social toma o lugar de centralidade na seguridade social.

### **3.1.1. Política social no governo Lula**

Antes de adentrar no debate específico sobre o Bolsa Família, queremos tecer algumas considerações acerca do governo Lula e a forma pela qual ele enfrentou as expressões da “questão social”, principalmente a pobreza, na sua gestão.

De antemão vale esclarecer que não é objetivo deste trabalho entrar na discussão sociológica específica sobre as várias interpretações do governo Lula. Essa é uma ampla discussão e certamente não será contemplada como deveria neste trabalho, até mesmo porque extrapola os nossos objetivos. Todavia, esse debate nos ajuda a pensar o conjunto de políticas que foram instauradas nesse governo para o enfrentamento da “questão social”.

Pois bem, o lulismo, enquanto termo cunhado pelo cientista político e jornalista brasileiro André Singer em tese de livre docência sob o título *Os sentidos do Lulismo*, tem sido evidenciado em alguns debates para designar o governo Lula. No entendimento do autor, o governo Lula foi ao mesmo tempo reformista e conservador. O presidente substituiu o apoio da classe média pelos muito pobres – aqueles a quem o Singer se refere como *subproletariado* – e ao mesmo tempo, instituiu mudanças radicais no âmbito social, como por exemplo, o Bolsa Família, o crédito consignado e o crescimento do salário mínimo.

A categoria de subproletariado foi criada por Paul Singer<sup>39</sup>, economista e pesquisador brasileiro. Segundo Singer (2012) a existência dessa categoria na realidade repousa nas camadas que formam a base do proletariado brasileiro. É uma fração de classe composta por aquele segmento vulnerável do ponto de vista do trabalho que tem remuneração inferior a dois salários mínimos, que não possuem carteira assinada de trabalho ou nenhuma garantia empregatícia. É uma fração de classe que se encontra nas camadas pobres da sociedade, estando apenas acima do *lumpem*. Em suma, são os pobres que trabalham.

Para o referido autor as raízes desse segmento podem ser encontradas na formação econômico-social do Brasil com origem na escravidão, e compreende trabalhadores que ao longo do século XX não conseguiram incorporar-se à condição de proletários, “reproduzindo uma massa miserável permanente e regionalmente concentrada” (idem, *ibidem*, p.21).

O autor argumenta ainda a importância dessa camada pelo tamanho que ela ocupa no Brasil, visto que nas eleições presidenciais que colocaram Lula no poder, essa camada representou aproximadamente 48% do eleitorado brasileiro. Mas o interessante é perceber que apesar de ter importância política pela sua magnitude, para Singer, ela está aquém da luta de classes. Isto se dá pela sua capacidade reduzida ou muito limitada de organização política pela via dos sindicatos.

O fato é que para ele moldou-se um conjunto de políticas voltadas para os mais pobres, que na sua concepção causou um tipo de realinhamento político, de forma que as suas decisões de governo repercutirão por muito tempo no Brasil, levando inclusive a sua oposição política a respeitá-las.

Em resumidas contas, Singer acredita que a base que apoiou a candidatura de Lula em 2006 foi à classe média, visto que um metalúrgico faz parte dessa classe. No entanto, é no segundo mandato que Lula chega ao poder mediante a ação eleitoral do chamado subproletariado, massivamente representado pelos pobres nordestinos – em suma, aqueles que compõem o público beneficiário do Bolsa Família. Este público seria aquele que, composto pelos que reconheceram as intervenções de Lula no primeiro mandato e ao se identificarem com um “de baixo”

---

<sup>39</sup> Essa categoria aparece na publicação de Paul Singer intitulada *Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*, de 1981.

no poder, conferiu-lhe suporte para avançar até a candidatura da presidenta Dilma Rousseff.

Em poucas palavras, o livro propõe que do ponto de vista de classe o subproletariado provocou o surgimento do lulismo. “E o conjunto de mudanças pode ser entendido como um reformismo fraco, que simultaneamente reproduz e avança as contradições brasileiras” (SINGER, 2012, p.28).

Entretanto, interessa salientar que um dos principais pontos da tese é indicar que a política social no governo Lula, voltada para a camada pobre e miserável do Brasil, não chega a lograr uma polarização política de fato, mas acaba por colocar em pólos opostos ricos e pobres. Em suas palavras, diz:

Penso que no lulismo a polarização se dá entre ricos e pobres, e não entre esquerda e direita. Por isso, a divisão lulista tem uma poderosa repercussão regional e o Nordeste, que é mais pobre, concentra o voto lulista (idem, ibidem, p. 35).

Também, Singer identifica que o fator crucial na diminuição da desigualdade no Brasil, ainda que muito pontual, foi o aumento da renda proveniente do trabalho, na qual o salário mínimo teve papel significativo, e isso não pode ser atribuído aos programas compensatórios do governo. Por voltar os olhares para a população mais pobre do país e conseguir reduzir a desigualdade, o autor considera que é um erro classificar o governo de Lula como uma continuação do governo de Cardoso.

Pochmann, em *Nova classe média?*, concorda com o argumento de que a diminuição da desigualdade veio do trabalho. Para o economista, a principal causa na redução das desigualdades no Brasil atualmente está relacionada a uma elevação de renda *per capita* dos brasileiros, o que canaliza para uma melhor distribuição dos rendimentos advindos do trabalho. Mediante o crescimento econômico a partir dos anos 2000, o impacto que causou na desigualdade foi com a expansão de ocupações no setor de serviços com remuneração de até 1,5 do salário mínimo.

Obviamente, o autor alega que estes são sinais de uma inegável ascensão social no Brasil, e não desconsidera que esse impacto se deve também as políticas

de transferência de renda e a elevação do salário mínimo, mas dá evidência aos rendimentos do trabalho.

Ele defende que ao contrário do que foi cogitado por alguns economistas<sup>40</sup> a partir de 2010, esta fração da classe dos trabalhadores, recentemente resgatados da pobreza, não conformam uma nova classe média. E justifica:

Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que o trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha (POCHMANN, 2012, p.10).

A parcela da população da qual trata Pochmann, aqueles “resgatados da pobreza”, é a mesma camada que Braga chama de *Precariado*. A tese de Braga que aparece em *A Política do Precariado*, defende que esta é uma “fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (2012, p.16). O termo é justificado pelo fato de que no entendimento do pesquisador a precariedade é uma realidade constitutiva da relação salarial, principalmente em face da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução no capital.

O trabalho de Braga considera, entre outras coisas, que o precariado é o proletariado precarizado e não se identifica com a chamada camada lazarenta da sociedade, ou seja, os *páuperes*. Para o autor, a pobreza se identifica especificamente com a camada do lumpemproletariado e apesar de admitir a precariedade das relações do trabalho, não coloca o pauperismo como

---

<sup>40</sup> O termo “nova classe média” foi cunhado pelo economista brasileiro Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde setembro de 2012. Na publicação, *A nova classe média: O lado brilhante dos pobres*, do ano de 2010 (ver referências), o economista acredita que o tamanho do bolo brasileiro está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os mais pobres. Esta afirmativa evidencia o posicionamento do estudioso quando alega que o país teve aumento robusto nos postos de emprego formal, melhores índices educacionais e uma queda significativa da desigualdade.

conseqüência desse processo. Em resumidos termos, na sua concepção a pobreza não caracteriza o capitalismo.

Para ele, o precariado se constitui da amálgama das frações do Exército Industrial de Reserva que caracteriza, sobretudo, o proletariado do capitalismo da periferia. No entanto, exclui-se da categoria tanto a fração da classe que possui mais qualificação, os setores mais bem pagos, quanto aquele substrato que padece no pauperismo, incluindo-se a parcela que se identifica com o *lumpem*.

Obviamente, esta formulação corresponde aos fins últimos do trabalho que foi realizado pelo pesquisador, isto é, identificar um novo sindicalismo no Brasil. Entretanto, essa tese é bastante polêmica. E parece contraditória principalmente por não identificar pauperismo nas camadas mal pagas do assalariamento no Brasil.

Ora, se Marx está correto quando diz que o trabalhador é empobrecido à medida que produz riqueza, como não enxergar um empobrecimento vinculado ao trabalho precário? Certamente a categoria formulada seja um pouco desapontada e não contemplou que no limite, para além do pauperismo absoluto, os processos de empobrecimento pela via do trabalho contemporâneo se dão – principalmente, e talvez não exclusivamente – pela extração de mais valia relativa.

Como diz Bernardo (2010), talvez seja um erro da esquerda admitir a pobreza apenas na sua face absoluta. Obviamente, pelo edifício teórico de Marx ela não pode ser relegada ao nada, mas há de se compreender que no capitalismo moderno a pobreza relativa aparece pela introdução de inovações tecnológicas na produção.

Contudo, a categoria de precariado estabelecida por Giovanni Alves, sociólogo brasileiro, é diferente da anterior, ainda que designada sob o mesmo termo. Nos estudos de Alves (2014), o precariado corresponde a “camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social” (p.189). Ou seja, aqueles que mesmo tendo ampla qualificação profissional inserem-se em atividades laborais precárias. Portanto, no entendimento de Alves o precariado não constitui uma nova classe social, nem tampouco o “proletariado precarizado”, mas como uma nova camada do proletariado.

Sobre a categoria de precariado em Braga, Alves explica:

[...] embora Ruy Braga (no livro *“A política do precariado”*) esteja correto em sua crítica do precariado como classe social exterior à relação salarial, ele equivocou-se quando identifica, por exemplo, precariado meramente com “proletariado precarizado”, perdendo, deste modo, a particularidade heurística do conceito, capaz de dar visibilidade categorial às novas contradições do capitalismo global. Para ele, o precariado como “proletariado precarizado”, existiria desde os primórdios do capitalismo industrial, confundindo-se com o próprio proletariado da grande indústria. O precariado como proletariado precarizado seria “a noite em que todos os gatos são pardos” (2014, p.191).

Todavia, aquilo que Braga designa como precariado é para Alves (ibidem) entendido como os proletoaróides, ou seja, aqueles jovens assalariados de baixa renda que são herdeiros da mobilidade social dos pobres e que incorporaram os anseios do consumo burguês.

Contudo, estabelecendo um comparativo com a tese de Singer, Braga explica ainda que o subproletariado é diferente do precariado. O primeiro contempla as camadas latentes e estagnadas da população excedentária, enquanto o segundo engloba a parte flutuante, mas que estão inseridos em atividades econômicas. Nos seus termos,

Nossa noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por suas razões: em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado, ou seja, as tais ocupações ‘inconfessáveis’ -; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas (Aos nossos olhos, mesmo a população pauperizada e o lumpemproletariado podem se mobilizar coletivamente) (BRAGA, 2012, p.26).

O posicionamento de Singer, assim como o de Pochmann, divergem significativamente do pensamento de Braga, Alves e de Chico de Oliveira. E isto não é diferente em relação a continuidade neoliberal de Lula em relação a seu antecessor. Enquanto Singer acredita que não há uma relação de continuidade da orientação econômica entre Lula e seu antecessor, Chico de Oliveira deixa claro que Lula reendossou o neoliberalismo, assim como Braga e Alves. Essa argumentação aparece na tese recente da “hegemonia às avessas”, que recoloca no cenário

intelectual a atualidade do conceito gramsciano de hegemonia para interpretar o cenário do Brasil contemporâneo.

Para compreender corretamente o que Chico de Oliveira quer indicar na sua tese, é necessário recorrer antecipadamente a interpretação gramsciana do conceito de hegemonia. Carlos Nelson Coutinho, filósofo político e intérprete da obra de Gramsci no Brasil, entende que no caso sugerido por Oliveira o que se quer, de fato, significar é a hegemonia da pequena política. Sobre esta categoria, o autor nos explica:

Hegemonia, portanto, nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de 'ideologias orgânicas', aquelas que se expressam de modo claro e sistemático a concepção do mundo das classes fundamentais. **Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças ou valores se enraíza no senso comum**, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como 'bizzara ou heteróclita', com freqüência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens. [...] Cabe Lembrar ainda que hegemonia é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Mas, como Gramsci observa, existe consenso ativo e consenso passivo. **A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio dos partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo "natural". Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas.** Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a idéia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação de existente como algo "natural" (COUTINHO, 2012, p.31 – grifos nossos).

Desta feita, compreendemos a argumentação de Oliveira F. (2012) ao falar de uma hegemonia que se dá de forma invertida: a chegada de Lula ao poder indica que enquanto as classes dominadas tomam a direção moral da sociedade, a dominação burguesa se faz de forma ainda mais evidente. Ou seja, com os representantes das classes dominadas no poder, as relações econômicas capitalistas se dão de forma ainda mais evidente.

Em termos esclarecedores, Braga coloca a tese e justifica a sua tenacidade para elucidar o reformismo do governo Lula:

Eis a tal “hegemonia às avessas”: vitórias políticas, intelectuais e morais “dos de baixo” fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício “dos de cima”. No Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória lulista de 2002. Quase que imediatamente, o governo Lula racionalizou, unificou e ampliou o programa de distribuição de renda conhecido como Bolsa Família, transformando a luta social contra a miséria e a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas. [...] Jogando no campo do seu adversário eleitoral, isto é, no campo da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo Lula soube derrotar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais. [...] Afinal, se, como diz Chico, parece que atualmente os dominados dominam, os sindicalistas se transformaram em capitalistas, os petistas controlam o parlamento, a economia está definitivamente blindada contra a crise mundial, trata-se, antes de mais nada de um conjunto de aparências “necessárias” (2012, p.9).

Portanto, o que se pode evidenciar a partir da interpretação de Braga é que no governo Lula houve na verdade uma arrumação de aparências que conformam uma face necessária para a operacionalização dos desejos do capital, através de um consentimento passivo das massas e um consentimento ativo dos sindicalistas.

Para os economistas Filgueiras & Gonçalves (2007), as políticas compensatórias como o Bolsa Família funcionam como poderoso instrumento clientelístico, principalmente por conferir uma aparência progressista ao liberalismo-ortodoxo de Lula, orientação econômica do governo Cardoso que foi ampliada e aprofundada no Brasil sob aplausos do Banco Mundial.

Os referidos se posicionam no debate asseverando que a política de enfrentamento a pobreza do governo Lula desconsidera a causa estrutural do fenômeno, localizada no âmago da relação entre classes e acrescentam que os traços de um populismo são inegáveis, visto que “estabelece-se uma relação política direta entre o presidente e o eleitor, sem mediação de partidos, outras instituições de democracia formal” (FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007, p.163).

José Paulo Netto, em conferência proferida sob o título *Uma face contemporânea da Barbárie*, destaca que a figura do presidente Lula é de um certo

charme, que se espalhou nacional e internacionalmente. Além da sua famosa trajetória política nos anos 1980 vinculada ao Partido dos Trabalhadores, com um discurso vago contra o neoliberalismo de Cardoso, nos anos 2000 ele se tornou “o cara”, como diria o presidente Barack Obama.

Na concepção de Netto (2010) o lulismo no Brasil não é algo que lhe surpreenda. Isto se deve a política assistencialista que instaurou a partir do Bolsa Família, aquilo que nenhum dos seus opositores se atreveria a mudar, e também se relaciona a ampliação do crédito e a melhora discreta no salário mínimo. Além disso, satisfaz os desejos das oligarquias financeiras dentro e fora do Brasil. Poderíamos dizer nos termos de Florestan Fernandes o que Netto argumenta: ele agradou os “de cima” e os “de baixo”, conformando uma política que agradou a “gregos e troianos”, sem se opor aos desejos do capital.

A tese versa principalmente sobre a relação entre assistência e militarização. Com a ampliação da assistência foram instituídas medidas de militarização da vida social para garantir a paz, e isto se expressa pelo aparecimento das Unidades de Polícia Pacificadora em territórios de baixíssima renda. Ou seja, na concepção do autor, se por um lado os benefícios socioassistências, massivamente o Bolsa Família, são ampliados; por outro, o tratamento com a população excedentária é dado pelo poder dos militares: articula-se assistência e violência para garantir o consenso entre as massas.

Com a chegada de Lula ao poder, Netto identifica uma plena continuidade da orientação macroeconômica dos anos 1990.

Se não avançou nas privatizações – processo escandaloso sob a presidência de Cardoso – conduziu a nível mais profundo a reforma previdenciária [...]. Governando com uma base parlamentar extremamente ampla [...] o primeiro mandato de Lula da Silva praticamente imobilizou a oposição (liderada pelo PSDB) na medida mesma em que roubou-lhe o programa econômico-social [...] Reeleito em 2006, Lula da Silva, sem ferir a macro-orientação econômica que vinha desde 1995 e que prolongou e aprofundou em seu primeiro mandato introduziu-lhe um diferencial, que inaugura uma espécie de neoliberalismo *soft*, que o professor Marcelo Braz da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chama de “novodesenvolvimentismo” (idem, ibidem, p. 26).

A proposta inicial do Governo Lula foi reverter a postura do governo de Fernando Henrique Cardoso, mas o que se observa é uma relação de continuidade da política neoliberal do seu antecessor. A diferença é que ele o faz sobre as mesmas bases, mas com novas roupagens.

Mota (2012) nos explica esse ponto quando afirma que o governo Lula abraçou o neodesenvolvimentismo como estratégia para livrar-se da crise que desponta na primeira década dos anos 2000 e opera um reformismo sem ruptura da ordem, isto é, promove a articulação entre crescimento econômico e combate à pobreza resguardando os interesses do capital, de forma que a ordem do capital não seja ameaçada, garantindo a sua conservação e modernização. Para ela a estratégia que sustenta o neodesenvolvimentismo à brasileira combina crescimento econômico, financeirização e políticas sociais compensatórias.

Leher (2012) concorda com o argumento de Mota trazendo para o debate o trabalho precário, ao afirmar que é do interesse da classe burguesa que se forme uma ordem econômica com um patamar aviltante de remuneração do trabalho. Para suprir esta demanda é que surgem os programas de transferência de renda. Portanto, na sua concepção as políticas sociais no governo Lula se estabelecem mediante a satisfação da classe dominante local e internacional. No limite, essa configuração das políticas sociais aponta para o objetivo de que a classe dominante possa manejar a ordem social.

De maneira geral, pode-se dizer que a situação de emergência que vive o Brasil e a América Latina para erradicar a pobreza, requer a articulação de um amplo pacto social que envolva importantes forças sociais e possa ir além de políticas e programas paliativos, a exemplo das transferências de renda condicionadas, uma vez que na concepção destes programas, a superação da pobreza deve ser dar, fundamentalmente a nível individual e familiar, daqueles que se beneficiam de um trato preferencial da distribuição de recursos públicos e dos esforços do altruísmo organizado pela sociedade civil (GOMES, 2014, s/p).

Por todo o diálogo até aqui realizado, entendemos que as políticas sociais sob o governo Lula atendem aos interesses da burguesia brasileira e internacional, mediante o aprofundamento dos laços de dominação que prendem a economia nacional aos desejos do grande capital. No limite, elas carregam o traço da

despolitização da classe trabalhadora no Brasil pela via do neodesenvolvimentismo, buscando conciliar alteração de índices de pobreza com o aumento do consumo dos bens de primeira necessidade e maior legitimidade do capital.

### **3.2. Transferência de renda e o protagonismo do bolsa família no governo Lula**

Como já indicamos previamente, a partir dos anos 2000, a instituição de políticas macroeconômicas pelos organismos multilaterais acabou por instituir programas voltados para a transferência de renda, que se expandiram com força nesta década principalmente nos países da América Latina<sup>41</sup>. No Brasil, os programas de transferência da renda se constituem como a principal estratégia no âmbito da Assistência Social, afirmando-se como o principal componente da proteção social do país.

Neste tópico queremos indicar como estas medidas se expandiram no Brasil e como elas se tornaram o carro-chefe dos mecanismos de enfrentamento da pobreza, principalmente no governo Lula, através do programa Bolsa Família.

Giovanni, Silva & Yazbek (2007) nos auxiliam neste debate situando que a primeira discussão sobre Programas de Renda Mínima no Brasil aparece vinculada a função de permitir a sobrevivência imediata das famílias pobres através da transferência monetária.

O primeiro artigo sobre o tema, sob o título “Redistribuição de Renda”, de autoria de Antônio Maria da Silveira, foi publicado em 1975, com uma proposta de garantia de uma relação adequada entre bem-estar e crescimento econômico, tendo por base o imposto negativo. Esta idéia, difundida no Brasil pelo senador Eduardo Suplicy, tem como fonte de inspiração a proposta de Milton Friedman, propondo que quem ganhe acima de um determinado piso de renda pague imposto de renda e

---

<sup>41</sup> Sobre esta expansão, um texto bastante esclarecedor é o de Bárbara Cobo, quando no segundo capítulo do seu livro recém publicado, Políticas focalizadas de transferência de renda, ela faz uma análise do contexto internacional destes programas apontando inclusive para a América Latina (ver referências).

quem ganha abaixo desse piso, receba uma renda mínima, configurando assim um mecanismo de taxaço negativa.

Para os referidos autores, a primeira indicaço de construçao de política pública de transferência de renda a nível nacional foi a Proposta de Garantia de Renda Mínima (PGRM), elaborada por Suplicy e aprovada no ano de 1991, mas sancionada apenas em 1998.

Nesse período, a discussao sobre renda mínima começa a ganhar impulso, e a proposta em vigor era de articulaço entre renda mínima e educaço e a introdução da concepção de família no lugar da concepção de indivíduo, o que representou uma inovaço. Como contrapartida, os beneficiários deveriam se vincular a escola pública. Mais tarde, essa iniciativa daria concretude ao Programa Bolsa Escola.

Em 1993, no governo de Itamar Franco (1992-1995), surge o Plano de Combate à Fome e a Miséria, como consequência do movimento iniciado pelo sociólogo Herbert de Souza em torno da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Já em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso implanta o Programa Comunidade Solidária, em substituição do Plano de Combate à Fome e a Miséria, quando a Política de Renda Mínima passa a se constituir uma alternativa palpável. Durante este período, os olhares do Estado Brasileiro estiveram voltados para inserção tardia do país no circuito econômico global e a atenço estava voltada prioritariamente para a estabilizaço econômica do país, delegando um tratamento negligente e até certo ponto naturalizador das expressões “questão social”. Este foi o período de adesão ao neoliberalismo no Brasil. Desta forma, sob esta gestão, o enfrentamento da pobreza e da miséria no país foi pautado por uma série de medidas pragmáticas, com grandes níveis de focalizaço.

O governo de Fernando Henrique Cardoso representa um marco na introdução de políticas concretas de transferência de renda no Brasil. Neste período, os Estados de São Paulo e Distrito Federal foram contemplados como as experiências pioneiras dos programas de transferência de renda no país, com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Campinas – SP; o PGRM da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – SP; o

Programa “Nossa Família” da Prefeitura Municipal de Santos – SP; o Programa Familiar para a Educação e o Programa Poupança-Escola, ambos do Governo de Brasília – DF. Apenas no ano de 1999 foi implementado o Programa “para toda criança na escola”, posteriormente substituído pelo Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, o “Bolsa – Escola”, em 2001.

Ainda no ano de 2001, como quarto momento da discussão, houve uma proliferação dos Programas de Transferência de Renda, por iniciativa do governo federal, a nível municipal. Além do Bolsa Escola surge o Bolsa Alimentação e um maior investimento no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996 e no Benefício de Prestação Continuada, garantido pela Lei Orgânica da Assistência desde 1993.

A partir do ano de 2003, com as eleições que colocam no poder o partido dos trabalhadores (PT), o governo do Presidente Lula anuncia o compromisso com o enfrentamento da fome e da pobreza como medidas prioritárias da sua agenda política. Para tal, o então presidente se propõe a alargar uma rede de proteção social que tem como cerne a transferência direta de renda a famílias pobres ou miseráveis.

O Programa Fome Zero foi uma das primeiras medidas tomadas pelo Governo Lula em prol da erradicação da pobreza, pela criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). O Programa Fome Zero foi criado para combater a fome e as suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros, com acesso a pelo menos três refeições diárias. Integrando o leque de ações que foram instituídas com o Fome Zero surge o Programa Bolsa Família no ano de 2003. O referido programa ganhou corpo e forma no Brasil a partir da unificação de cinco programas federais básicos: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação e o PETI.

De acordo com Lima & Silva (2010), a proposta de unificação representa uma inovação. O objetivo dos formuladores do Bolsa Família com a proposta de unificação era facilitar o acesso do beneficiário aos programas que o compõe. Também, esse mecanismo facilitaria o processo de focalização nas famílias com perfil elegível, assim como o monitoramento e avaliação deste programa.

O programa foi criado pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. No entanto, de acordo com o texto do decreto Nº 5.209/04, que regulamenta o Programa Bolsa Família, os objetivos do Bolsa Família são:

[...] promover o acesso dos beneficiários à rede de serviços públicos, especialmente os de educação, saúde e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional das famílias; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza e promover a intersetorialidade, e complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público (IVO, 2008, p.192).

Como é possível perceber, estes objetivos estão ligados ao combate à fome, as desigualdades e a pobreza extrema. Para chegar ao cumprimento deste último, o seu principal objetivo, o programa se movimenta em três eixos principais: a transferência de renda direta a famílias, as condicionalidades e os programas complementares.

O Bolsa Família tem como foco a família, entendendo que esta representa “[...] um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2004, p. 136). O critério seletivo para que seja considerada elegíveis ou não é feito de acordo com o perfil de renda da família.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa Bolsa Família considera como critério para selecionar famílias extremamente pobres aquelas que apresentem renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo, e como pobres aquelas com até metade de um salário mínimo.

Como forma de complementação do Programa Fome Zero, e também por iniciativa do governo federal brasileiro sob gestão da Presidenta Dilma Roussef, em meados do ano de 2011, foi criado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O MDS justifica que o objetivo do BSM é realizar uma busca ativa de aproximadamente 2,7 milhões de famílias extremamente pobres, ou seja, que possuem renda *per capita* igual ou inferior a R\$70,00 mensais, que ainda não são beneficiárias do Bolsa Família. A intenção é transferir renda para esta população como forma de elevar a

renda *per capita* familiar e promover o bem-estar desta população resgatando-a da pobreza extrema, através de um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes.

Os objetivos do MDS são promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. Para isso, as suas ações estão organizadas de forma a envolver as três esferas de Governo e em parceria com sociedade civil. Através desta articulação pretende estabelecer uma sólida rede de proteção e promoção social que quebra o ciclo de pobreza e promove a conquista da cidadania nas comunidades brasileiras.

O BSM se movimenta sob três eixos principais: garantia de renda, com transferências que proporcionem o alívio imediato da pobreza, introduzida pelo Programa Bolsa Família e pelo Programa Brasil Carinhoso; Inclusão produtiva, com ampliação de oportunidades de ocupação e renda ao público alvo e como principal expoente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e o acesso aos serviços sócio-assistenciais, com a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), Escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

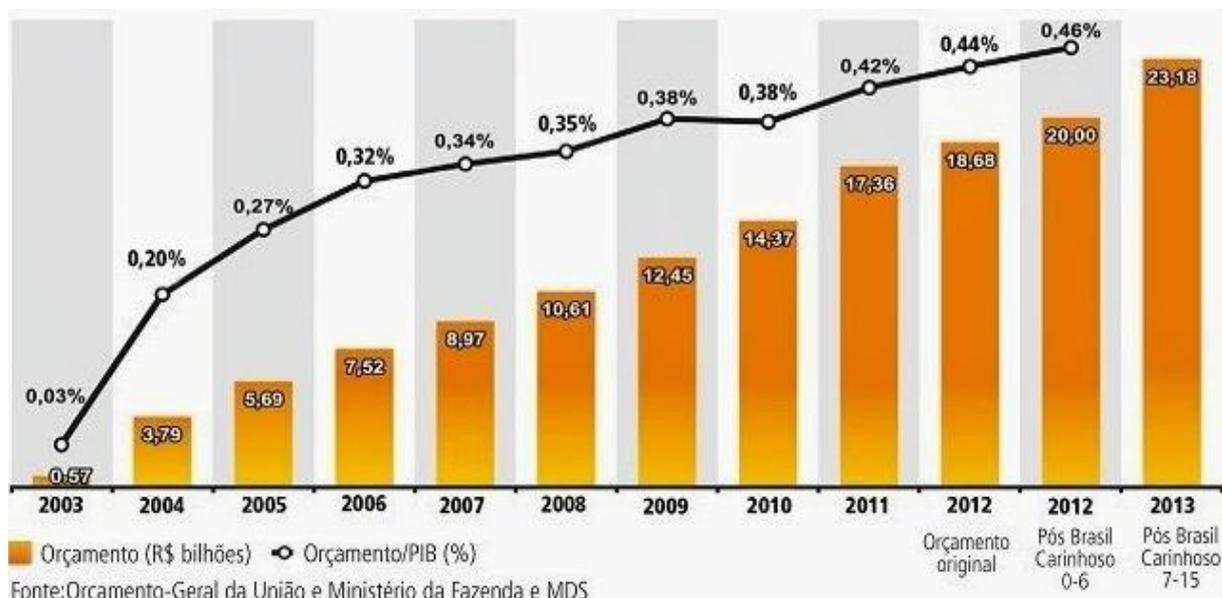
Destes eixos, queremos destacar o de garantia de renda pela ampliação massiva que recebeu nos últimos anos. A partir de dados publicados pelo MDS, o Programa Brasil Carinhoso beneficiou 2,7 milhões de crianças na primeira infância, ou seja, até seis anos de idade. Verifica-se que se reduziu a extrema pobreza em 62% destas famílias.

Mas é sobre o programa Bolsa Família que as ampliações foram significativas. Os benefícios voltados para famílias com crianças e jovens receberam ajustes de 45% e a quantidade de benefícios permitidos por família aumentou de três para cinco. Aumentou-se aproximadamente 1,3 milhão de crianças e adolescentes do Bolsa Família. Também foi permitido o pagamento de benefícios para gestantes e nutrizas, com um número de 255 mil mulheres beneficiadas.

A figura abaixo, com dados elaborados a partir de informações do orçamento geral da União, ministério da fazenda e MDS ilustra o quantitativo do crescimento deste programa e sintetiza os gastos com o referido programa após a sua expansão

recente, com o Brasil Sem Miséria, correlacionando com o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido.

**FIGURA 1:** Expansão do Programa Bolsa Família em dez anos (2003 - 2013).



Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2013/09/bolsa-familia-do-tio-sam-custa-7-vezes.html>. Fonte: Orçamento geral da União, Ministério da Fazenda e Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome.

Os dados na figura 1 indicam que o orçamento dos gastos atuais do Bolsa Família compreendem pouco mais de 23 bilhões de reais em investimentos, comprometendo aproximadamente 0,5% do PIB.

Os dados disponíveis no site do MDS colocam que, ao final do mês de maio de 2012, com um ano de implantação, o Plano Brasil Sem Miséria conseguiu incluir no Programa Bolsa Família aproximadamente 687 mil famílias. Até o mês de fevereiro do ano de 2013, o número de beneficiários do Bolsa Família, incluindo o Brasil sem Miséria saltou para aproximadamente 13.557.535 famílias, recebendo mensalmente um benefício com valor médio de R\$ 152,00. Em fevereiro de 2014 este quantitativo aumenta para 14.084.341 famílias, com repasses no valor total de R\$ 2.121.091.032,00. Já em julho de 2014 o número de famílias beneficiadas continua aumentando e se coloca em 14.204.279, com um valor médio de repasse de R\$ 169,41, que totaliza um gasto de R\$ 2.406.363.186,00. Estes dados acima indicam claramente que com a implantação do Plano Brasil Sem Miséria o programa

Bolsa Família deu um salto quantitativo e teve seu público beneficiário aumentado significativamente.

Em contrapartida ao repasse de renda realizado, o Bolsa Família estabelece o cumprimento de alguns compromissos que deverão ser assumidos enquanto condição de participação e permanência no programa. As condicionalidades consistem em compromissos assumidos tanto por estas famílias quanto pelo poder público, com o objetivo de ampliar o acesso dos beneficiários aos seus direitos sociais básicos. A família terá seu benefício suspenso quando não houver mais oportunidades de reverter o descumprimento das condicionalidades.

Quanto as condicionalidades na área da educação, o Bolsa Família estabelece que todas as crianças e adolescentes, entre 6 e 15 anos, devem estar devidamente matriculados em escola, com frequência mensal mínima de 85% da carga horária. Os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter, no mínimo, frequência de 75%. O MDS informou com base no último bimestre de 2013 que o acompanhamento escolar cobriu o percentual de 93,8% de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade.

No quesito relacionado à saúde, as condicionalidades determinam que os pais ou responsáveis devem assumir o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, bem como o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos de idade. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, quando gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento tanto da sua saúde quanto da do bebê. Até dezembro de 2013, 73,44% das famílias beneficiárias foram acompanhadas.

Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo PETI, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deste programa, com frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Além de realizar a transferência monetária, o Programa Bolsa Família, através da articulação com programas complementares, promove ações voltadas às famílias beneficiárias que possam garantir oportunidades e condições de superação da pobreza em que estas se encontram. Enquanto programas articulados, a nível federal, podem ser citados: Programa Brasil alfabetizado; ProJovem; Projeto de

Promoção e Desenvolvimento Local e Economia Solidária; Programa Nacional de Agricultura Familiar; Programas de Micro-crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Programa Nacional do Biodiesel e o Programa Luz para todos.

De maneira geral, os dados acima demonstram claramente a importância do Programa Bolsa Família no combate a fome e a pobreza no Brasil nos últimos dez anos. Desde a sua implantação este programa conseguiu abranger um número de beneficiários superior a sua expectativa, ou seja, mais que 100% do seu público-alvo. A partir daí é possível entender a dimensão que o Programa Bolsa Família adquiriu dentro da política de assistência e o seu protagonismo no âmbito dos programas de transferência de renda.

No entanto, apesar de ser o principal mecanismo de proteção social no Brasil, o Bolsa Família, é alvo de muitas críticas, fundamentadas, principalmente no poder que lhe é atribuído, como se este programa fosse capaz de operar mudanças significativas em relação a pobreza e através da transferência condicionada de renda. Vejamos um pouco desse debate.

O trabalho de Sitcovsky (2012) situa a discussão entre trabalho e assistência afirmando que até pouco tempo esta era uma relação pouco provável ou mutuamente excludente. No entanto, o autor constata que a presença de trabalhadores precarizados, como beneficiários do referido programa, é inequívoca. Isto porque, pela impossibilidade do Estado de arcar com o direito do trabalho no capitalismo, ele amplia as suas ações sócio-assistenciais como forma de compensação.

A evidência disso é que os investimentos destinados ao Bolsa Família são progressivos quando comparados aos investimentos em políticas de trabalho e renda. Sitcovsky (ibidem) reforça ainda, que o orçamento dedicado às políticas de trabalho no Brasil no ano de 2010 representavam menos de 10% dos recursos alocados para o Programa Bolsa Família. Já ano de 2013 os dados não apontam para uma realidade diferente. Segundo informações disponibilizadas pela União, somaram 3,15% do PIB enquanto o investimento em trabalho e renda foi de apenas 2.42%.

Também, o autor tece algumas considerações sobre o perfil dos beneficiários do programa quanto a seu perfil de trabalho e renda, e deixa claro que os

trabalhadores assalariados que recebem Bolsa Família constituem-se como parte da força de trabalho superexplorada no Brasil. Desta forma,

[...] seja qual for a posição do trabalhador beneficiado pelo Programa Bolsa Família, ele continua precarizado. [...] As modalidades/ expressões de subsunção do trabalho ao capital – sob novas formas de precarização e exploração – demandam novos mecanismos de proteção social compatíveis com os novos métodos de exploração do trabalho, neste caso, os programas de transferência de renda (com ou sem condicionalidades). A presença de trabalhadores precarizados entre os beneficiários do Bolsa Família é uma expressão concreta das tendências atuais da seguridade social brasileira (SITCOVSKY, 2012, p. 241).

Obviamente, esta argumentação parte do pressuposto de que para o Estado Burguês o trabalho não é entendido a partir de uma perspectiva de direito, enquanto garantia de subsistência e da reprodução histórico-moral do trabalhador e da sua família. A inversão que se coloca – mesmo com o aumento nos investimentos em qualificação profissional para a população pobre da sociedade e, por outro lado, uma ampliação massiva das transferências de renda – é consequência dos investimentos pífios do governo em políticas de acesso ao trabalho formal.

A crítica de Filgueiras e Gonçalves (2007) é interessante pelo fato de os autores não considerarem o Bolsa Família como programa de renda mínima, visto que ele não chega a suprir nem as necessidades mais elementares dos seus beneficiários.

Para elucidar esta realidade, é interessante recorrer aos dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do ano de 2014, que ilustram o salário nominal e o salário necessário a reprodução dos trabalhadores.

**QUADRO 1:** Salário mínimo nominal *versus* Salário Mínimo necessário

<b>PERÍODO</b>	<b>SALÁRIO NOMINAL</b>	<b>SALÁRIO NECESSÁRIO</b>
Junho/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 2.979,25
Maior/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 3.079,31
Abril/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 3.019,07
Março/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 2.992,19
Fevereiro/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 2.778,63
Janeiro/ 2014	R\$ 724,00	R\$ 2.748,22

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).  
 Elaboração Própria. Dados Disponíveis em:  
<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

Tomando por base estas informações, percebemos que existe uma diferença brusca entre o salário nominal e o necessário no Brasil. Percebemos também que ele oscila de acordo com os níveis de inflação, que oscilou o percentual de 6% nos primeiros seis meses de 2014, segundo dados do Banco Central. Pelos valores acima descritos, calculamos que o salário nominal corresponde a aproximadamente 34,2% do salário necessário no mês de junho 2014.

O que se percebe a partir o quantitativo é que nem de longe o salário nominal é capaz de satisfazer as necessidades biológicas e sociais dos trabalhadores e da sua família. Na impossibilidade de não ter escolha, as necessidades que correspondem à garantia de subsistência, sem dúvida, são as priorizadas.

Filgueiras e Gonçalves apontam também algumas considerações em torno dos repasses realizados, e afirmam que,

Mais do que no governo de Cardoso, que deu início a esse tipo de política, Lula levou a sério a importância política e social dessas despesas, compreendendo sua função amortecedora de tensões sociais no interior do projeto liberal. Este é o objetivo essencial de um programa que não tem capacidade de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza. Apenas maneja a pobreza, pois mantém em permanente estado de insegurança, indigência e dependência o seu público-alvo, permitindo, assim, a sua manipulação política (2007, p.163).

Esta idéia aponta não apenas para o caráter clientelístico do programa, mas também para o seu viés assistencialista e imediatista, uma vez que ele proporciona uma melhoria nas condições de vida da população beneficiária de forma pontual,

incidindo sobre as necessidades mais elementares. O assistencialismo operado por programas desta natureza representam de um lado melhores condições de vida pelo acesso ao consumo, mas por outro lado, indicam um retrocesso no campo dos direitos sociais, tendo em vista que os investimentos elucidados representam desafios recorrentes no quesito de trabalho e renda.

Mas sobre o quesito do clientelismo, uma opinião interessante é a de Daniel Caribé (2010), colunista do jornal Online *Passa Palavra*<sup>42</sup>. Para o jornalista, o Programa Bolsa Família não pode ser entendido como um simples programa de transferência de renda, ou uma nova forma de clientelismo. Mas, antes disso, é uma das melhores expressões da luta de classes nos tempos atuais.

Interessante perceber que para ele, o Bolsa Família pela via do cadastro único registra os dados da vida daqueles que até pouco tempo eram de difícil controle, pois não tinham nem registro de nascimento. É um verdadeiro banco de dados dos mais pobres, pela qual se opera a sociedade da vigilância. E vale dizer que em relação às condicionalidades, o que antes era direito se tornou obrigação. Para ele, esse mecanismo de antecipação da luta dos trabalhadores, de forma a agir antes que a classe reivindique, já aconteceu na Era Vargas com a consolidação da CLT.

Caribé entende que o reverso da medalha é que ao mesmo tempo em que subordina as prefeituras, ele subordina também as classes perigosas, que não tinham nada a perder até ter o Bolsa Família. Ou seja, funciona como um instrumento de controle das oligarquias locais e também das massas.

Ele entende ainda que o Bolsa Família é a consolidação da hegemonia da tecnoburocracia brasileira. Em suas palavras:

é importante frisar que o Bolsa Família é a consolidação da hegemonia da tecnoburocracia, ou dos gestores como prefiro chamar. Isso porque, de uma só vez, acaba com o poder das oligarquias locais, impondo às prefeituras uma hierarquia bem definida, através da centralização dos recursos, e uma gestão racional, através do controle das condicionalidades. Não se trata de colocar elementos das nobres famílias nos espaços de poder, como

---

<sup>42</sup> Esta publicação está disponível no jornal online Passa Palavra, disponível no endereço: <http://passapalavra.info/category/dossies>.

até então se fazia, mas de expandir práticas bastante homogêneas nos mais diversos cantos, práticas estas que criam as instituições necessárias para a consolidação de um poder de novo tipo. Por outro lado, tenta subordinar as classes perigosas, aquelas que de fato nunca tiveram nada a perder porque nunca tiveram nada (CARIBÉ, 2010, s/p).

Desta forma, tornou-se possível acabar com o poder das oligarquias locais, impondo às prefeituras uma hierarquia bem definida, através da centralização dos recursos, e uma gestão racional, através do controle das condicionalidades. Para o autor, a adesão das prefeituras em participação do Bolsa Família não é voluntária. Elas são cooptadas a participar para não cometer um “suicídio político”. O que se percebe é que as prefeituras se tornaram espaço de disputa por recursos em face da racionalização dos recursos federais, por isso os municípios se tornaram assim concorrentes entre si.

Esse argumento parece se encaixar com a idéia de Oliveira F. (2012) quando diz que houve de fato uma instrumentalização da pobreza e a gestão burocrática dos conflitos sociais no país, mas ao preço da despolitização das lutas sociais.

Para Bernardo (2010), crítico português, as conseqüências eleitoreiras do Bolsa Família no Brasil são apenas acessórias. Obviamente, a garantia de eleitorado é uma função que se acresce a função econômica do Bolsa Família, isto porque, a prioridade é atender ao desejo dos organismos multilaterais e, de brinde, ganhar legitimidade, ou aquilo que Braga (2012) chama de “consentimento passivo” das massas e o “consentimento ativo” das lideranças sindicais – que é o que acontece no governo Lula.

O que se percebe é que o Bolsa Família é questionável por muitos motivos. Tantos deles já foram estudados e possuem argumentos cientificamente construídos. Entretanto, depois de dez anos de atuação, a capacidade de mudança atribuída a este programa enquanto meio de viabilizar o combate a fome e a pobreza é muito clara.

Ainda sobre o mundo do trabalho, com os investimentos massivos feitos no Bolsa Família a partir do ano de 2011, quando o Brasil Sem Miséria foi lançado, os números de ocupações aumentaram. Segundo o MDS, o mérito é da formação de microempreendedores e incentivo ao microcrédito pelo PRONATEC. Até Junho de

2013 o programa inscreveu 506 mil jovens e adultos, entre 18 e 29 anos de idade em seus cursos, e formalizou aproximadamente 290 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família como microempreendedores individuais.

Também, as informações publicadas no site do Planalto do Governo Federal indicam que houve uma queda significativa do desemprego no país nos dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Em 2003 a taxa de desemprego era de 12,2%, com uma elevação sutil no ano subsequente, para 12,3% e queda daí em diante. No ano de 2013 a taxa chegou a cair para 5,7%, menos da metade do que se tinha no início da gestão.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicados no ano de 2013, indicam que o Brasil teve um aumento sensível da sua classe média, por aglutinar aqueles que conseguiram ascender a condição de pobreza absoluta, num percentual de aproximadamente 16% entre os anos de 1999 e 2010. Para esta organização, este aumento significativo pode ser atribuído ao fortalecimento do salário mínimo, que vem apresentando aumentos sensíveis, e ao Programa Bolsa Família, protagonista da transferência de renda no país.

Entretanto, o Banco Mundial, mentor dos programas desta natureza, admite que sozinho o Bolsa Família não consegue tirar ninguém da pobreza extrema<sup>43</sup>. Pouco tempo depois da Presidenta Dilma Rousseff anunciar que iria combater a miséria até 2014, Jim Yong Kim, presidente do grupo Banco Mundial, asseverou que no caso do Brasil, 52% do aumento das rendas vieram dos rendimentos do trabalho; 32% das ações filantrópicas e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. E os 16% restantes são provenientes de mudanças na composição familiar, quando, por exemplo, um filho atinge idade de trabalhar e passa a colaborar com a renda do domicílio.

Em outras palavras, ainda que o Bolsa Família desempenhe uma função importante na garantia da subsistência de milhões de famílias, no mais o programa não consegue esgotar os seus principais objetivos relacionados à superação da pobreza extrema. De fato, parece curioso que um benefício de valor irrisório consiga

---

<sup>43</sup> Informações disponíveis em: <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/02/04/sozinho-bolsa-familia-nao-elimina-miseria-diz-banco-mundial/>. Acesso em 05/2013.

garantir este fim. O valor do benefício repassado é apenas capaz de aliviar a fome e conferir o acesso a bens de primeira necessidade muito elementares através do consumo.

Lima & Silva e Silva (2010) asseguram que o principal mérito do Programa Bolsa Família está no fato de contribuir para ultrapassagem do caráter emergencial da Política de Assistência Social, de maneira a afirmá-la enquanto uma política pública de Estado. Se desde 1988 a Assistência passa a fazer parte do tripé da seguridade social junto às políticas de saúde e previdência é nos anos 2000 que ela se mostra efetivamente.

Concluindo esta argumentação, queremos evidenciar as palavras de Netto quando diz que “[...] a caracterização da pobreza – e, do mesmo modo, a da desigualdade – não se esgota ou reduz a seus aspectos socioeconômicos; ao contrário, trata-se, nos dois casos, de problemáticas pluridimensionais” (1995, p.142). A nosso ver, esta afirmativa tem uma importância teórica significativa, no sentido de que a superação da pobreza, enquanto fenômeno advindo de aspectos plurais, não se resume ao consumo, como apregoa os mentores do Bolsa Família.

Acreditamos que está candente neste trabalho uma compreensão da pobreza ancorada na lei geral da acumulação capitalista, pela qual o trabalhador se torna pauperizado à medida que produz riqueza. Este fenômeno se coloca como expressão do aprofundamento da contradição entre produção social e apropriação particular de riqueza ao se constituir como uma das expressões da “questão social”.

Desta forma, no horizonte da nossa argumentação podemos afirmar que no modo de produção capitalista a pobreza não pode ser solucionada, e essa impossibilidade é verdadeira também para os que acreditam no grande bolo a ser repartido, isto é, a sua superação pela via do crescimento econômico. A partir daí é possível inferir que se não é possível solucionar a pobreza pelo sucesso econômico derivado de políticas de trabalho e renda genuínas, o lugar ao qual fica relegado os Programas de Transferência de Renda é subsidiário.

### 3.3. Os impactos do Bolsa Família sobre a pobreza absoluta e relativa no Brasil

Desde as primeiras páginas deste capítulo, evidenciamos a importância do Programa Bolsa Família no atendimento das necessidades mais imediatas das famílias por ele beneficiadas. Nesse sentido é indiscutível a função social que este programa tem assumido como garantia de subsistência destas famílias, que na maioria das vezes possuem apenas esta renda.

O que dá concretude a esta afirmativa é que no ano de 2008, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) publicou na revista *Época* os principais gastos dos beneficiários do programa Bolsa Família<sup>44</sup>. A pesquisa realizada afirma que quase 90% dos beneficiários do programa naquele momento utilizavam o dinheiro que recebiam do benefício para comprar comida. Em 2013, segundo publicação do MDS esta realidade foi um pouco modificada. Além de comprar comida, que ocupa maior parte dos gastos com o valor do benefício, as famílias compram roupas, calçados e material escolar para as suas crianças<sup>45</sup>.

Portanto, o Bolsa Família se torna relevante por se constituir como uma possibilidade concreta de melhoria das condições de vida da população pobre e extremamente pobre do país, através do consumo de bens de primeira necessidade. Sem dúvida, o benefício representa uma forma de reprodução, ainda que mínima, da força de trabalho brasileira, independente do trabalho.

O MDS acredita que os resultados que surgem como consequência direta são a diminuição da pobreza extrema e o aumento da classe média brasileira em 16%, conformando a suposta “nova classe média”. Esse percentual tangencia a quantia de aproximadamente 22 milhões de brasileiros que superaram a miséria.

Como já apontamos no quantitativo acima e de acordo com a perspectiva que norteia a avaliação destas políticas, em termos absolutos, a pobreza brasileira decresceu. Para a gestão do programa, por mais que alguns críticos apontem na

---

<sup>44</sup> Esta publicação da revista *época* está disponível no endereço: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI16668-15273-2,00-A+DESIGUALDADE+E+A+MENOR+EM+ANOS.html>. Acesso em 06/2013.

<sup>45</sup> Informações disponíveis no endereço: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/bolsa-familia-mais-de-70-dos-beneficiarios-trabalham>. Acesso em 06/2013.

direção contrária, esse feito é consequência da adesão massiva do Bolsa Família no Brasil e o repasse de renda, funcionamento juntamente com os programas que o circunda.

Mas o que parece inegável é que o aumento dos salários nos últimos anos exerceu influência direta sobre esses dados. Mas os críticos esquecem-se de explicar que o aumento de salário em relação ao montante de riqueza produzido no país é ínfimo. Dados do ministério do Planejamento alegam que o impacto do reajuste do salário no ano de 2014 foi de apenas 29,2 bilhões acrescidos às contas públicas. Enquanto isso, a previsão dos gastos totais da União são de aproximadamente R\$ 2,361 trilhões, dos quais apenas 2,72% foram encaminhados para o trabalho.

Além disso, o IBGE publicou que no governo Rousseff o salário mínimo ficou mais mínimo ainda. Estabelecendo um comparativo entre a valorização média do salário desde o Plano Real, os maiores ganhos registrados foram no governo Lula, com 5,8% no primeiro mandato e 5,2% no segundo, superando os números do seu antecessor. Contudo, no governo atual, quando o salário atinge o valor de R\$ 724,00, a valorização registrada caiu praticamente pela metade, e compreende aproximadamente 2,8%.

Outro fator importante para pensar as mudanças econômico-sociais recentes é compreender o nível da desigualdade de renda no Brasil.

O quadro abaixo expõe a relação entre os rendimentos mensais e o percentual populacional em cada uma das classificações no ano de 2010. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir do ano de 2002 houve um decréscimo da desigualdade sensível no país. O índice de Gini indica que houve uma queda pequena de 0,580 para 0,527 no intervalo entre 1992 e 2012. Essa diferença indica que estas foram mudanças pequenas, e mesmo considerando este fato, os dados disponibilizados pelo IBGE no quadro 2 verificam que a relação entre os rendimentos expressos em salários e o percentual populacional é muito desigual.

**QUADRO 2:** Rendimentos mensais em percentual populacional no ano de 2010

<b>RENDIMENTOS</b>	<b>PERCENTUAL DE POPULAÇÃO</b>
Sem rendimentos	6,6%
Até meio salário mínimo	8,1%
Entre meio e 1 salário mínimo	24,5%
De 1 a 2 salários mínimos	32,7%
De 2 a 3 salários mínimos	10,6%
De 3 a 5 salários mínimos	8,3%
De 5 a 10 salários mínimos	6,1%
De 10 a 20 salários mínimos	2,2%
Mais de 20 salários mínimos	0,9%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/19/ibge-72-dos-brasileiros-ganhavam-ate-2-salarios-minimos-em-2010.htm>.

No topo do quadro fica claro que as pessoas sem rendimentos, ou aqueles que são beneficiários, compõem aproximadamente 6,6% da população brasileira, e os que recebem mais de 20 salários mínimos são apenas 0,9%. Obviamente, a parcela considerada pobre dessa população não se concentra apenas na camada sem rendimentos, certamente ela se expande entre a camada que vai de 1,5 salário mínimo até 2 salários mínimos (tomando como referências o corte da pobreza pela renda). Mas, o que nos interessa perceber é que estes últimos, os considerados ricos, correspondem aproximadamente a 1% de toda a classe trabalhadora do país, e concentra nos seus bolsos o maior montante da riqueza produzida. Portanto, evidencia-se a desigualdade assim a partir da concentração de renda no país e os níveis de pobreza.

No entanto, os alvos dos nossos questionamentos voltam-se para o fim pelo qual o programa funciona: a erradicação do fenômeno da pobreza. Partindo de uma concepção teórico metodológica de análise diferente da que até aqui foi esboçada, além de avaliar os aspectos sócioeconômico da pobreza, nos interessa confrontá-la com a sua antítese, a riqueza.

Retomando a argumentação que tangenciamos no primeiro capítulo deste trabalho, entendemos a pobreza absoluta e relativa a partir da concepção da vertente crítico-dialética em Marx. Portanto, nos interessa considerar a pobreza absoluta como um processo vinculado ao empobrecimento em geral do trabalhador e da sua família, quando se rebaixa de maneira geral as suas condições de

reprodução. Neste mesmo sentido, por empobrecimento relativo, entendemos que o que se diminui é a parte que cabe ao trabalhador no quantitativo de riqueza produzido. Pode até ser que haja um aumento do salário real, mas o nível de empobrecimento estará expresso no acesso proporcional a bens que garantam a reprodução do trabalhador e a sua família.

Dissemos também no nosso primeiro capítulo, que os processos de empobrecimento são evidências concretas do desenvolvimento do capital. Apesar de parte majoritária dos intelectuais marxistas acreditarem que há no capitalismo contemporâneo uma tendência objetiva ao empobrecimento relativo da classe trabalhadora, os processos de empobrecimento absoluto não podem ser desconsiderados, pois além de fazer parte do edifício teórico marxiano, constitui-se como uma possibilidade real, sobretudo em momentos de crise.

Como diria Marini,

A exigência de especificar as leis gerais do desenvolvimento capitalista não permite, de um ponto de vista rigorosamente científico, recorrer a generalidades como a de que a nova forma de dependência repousa na mais valia-relativa e no aumento da produtividade. E não o permite porque esta é a *característica geral de todo desenvolvimento capitalista*, [...] O problema está então em *determinar o caráter que assume, na economia dependente, a produção de mais-valia relativa e o aumento da produtividade do trabalho* (2000, p.164-165, grifos do autor).

Harvey (2003b) ao discorrer sobre o processo de transição entre o fordismo e o toyotismo no mundo e o conjunto das transformações políticas e econômicas do final do século XX, abre uma interessante discussão apontando para a atualidade em utilizar o referencial teórico marxiano ao avaliar este momento turbulento da ordem do capital.

Para o estudioso, a acumulação flexível, como ele prefere se referir, combinou as estratégias de extração de mais-valia absoluta e relativa. Isso, obviamente, se justifica pela intensificação da exploração do trabalho no mundo com a experiência toyotista e as conseqüências que as mudanças dos ajustes macroeconômicos tiveram no mundo.

**No final, com efeito, o que conta é o modo particular de combinação e de alimentação mútua das estratégias absoluta e relativa. Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável mesmo nos países capitalistas avançados.** O que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. **O retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem mais sombria da história supostamente progressista do capitalismo.** Em condições de acumulação flexível, parece que os sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. [...] Muito embora as atuais condições sejam muito diferentes em inúmeros aspectos, não há dificuldade em perceber que os elementos e relações invariantes que Marx definiu como peças fundamentais de todo modo de produção capitalista de produção ainda estão bem vivos e, em muitos casos, com uma vivacidade ainda maior do que a de antes, por entre a agitação e a efervescência superficiais tão características da acumulação flexível (HARVEY, 2013b, p.175, grifos nossos).

A argumentação de Harvey é interessante porque ele identifica do ponto de vista do trabalho um processo de combinação da extração de mais valia absoluta e relativa não apenas na periferia do mundo ou em conjunturas de crise, mas como um processo que se coloca na contemporaneidade das relações sociais de produção, e que perpassam inclusive os países centrais. Mas o destaque vai para o retorno de estratégias consideradas arcaicas, que causam o empobrecimento absoluto. Mauriel concorda com Harvey quando diz que:

A financeirização deslanchada a partir dos anos 1970, com a introdução de novos instrumentos financeiros, dolarização, novas regras de investimento e articulação via organismos multilaterais, exerce pressões diferentes sobre a força de trabalho. Associada às profundas alterações produtivas, a financeirização provoca um agravamento da desigualdade entre trabalhadores qualificados e não qualificados, **levando ao aumento da informalização e do desemprego e ao retorno à formas arcaicas de extração de mais-valia absoluta** organizadamente associadas as novas frentes de

investimento em tecnologias de ponta (MAURIEL, 2008, p.337, grifos nossos).

Em relação ao Bolsa Família, a partir dos dados que evidenciamos neste trabalho, o que se percebe é que por dentro, isto é, pelo perfil dos beneficiários é possível que de fato o valor repassado tenha suprido algumas das principais necessidades destas famílias, indicando que houve de fato um amortecimento do empobrecimento absoluto. Mas isso se dá, obviamente, de forma muito reduzida, tendo em vista até mesmo o baixo valor dos benefícios em relação aos índices inflacionários, que oscilaram em torno de 6% no país desde janeiro de 2014. O aumento da inflação acusa que a capacidade de consumo da classe trabalhadora foi afetada, pois ao passo em que o salário aumentou, também cresceu por outro lado o preço das mercadorias, o que reduz o consumo da classe trabalhadora.

No entanto, por fora, isto é, pelo perfil daqueles que conformam o que alguns autores denominam de “nova classe média”, ou seja, aqueles que estão a um passo – ou a centavos – de serem considerados elegíveis, se observa que essa camada possui um perfil de pobreza que não foi considerado pelo corte de renda.

Ora, essa fração da classe trabalhadora parece ser forte candidata à reprodução de níveis de pobreza que se identificam com o que Harvey aponta em seus estudos, ou seja, no nível de reprodução de processos combinamos de mais valor e um retorno a pobreza absoluta, ainda que em menor grau, visto as condições de trabalho em que está parcela da classe trabalhadora.

Golçalves & Filgueiras (2007), assim como Pochmann (2012) nos ajudam a pensar isso. Senão vejamos: Gonçalves & Filgueiras (2007) chamam atenção para o fato de que os ricos no Brasil são identificados por uma linha de riqueza, expressa por uma renda mensal per capita de R\$ 2.170,00. Em contraponto, os rendimentos das famílias pobres correspondem a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo e das extremamente pobres  $\frac{1}{4}$  do mesmo referencial. Ou seja, há uma distância muito grande entre os ricos e os considerados pobres. Para o autor, fica claro que as definições das linhas de pobreza são muito reduzidas, mas isso decorre do objetivo dos programas em reduzir os gastos públicos. Essas são informações que tem pouca publicização, assim como também é raro encontrar dados que incorporem um referencial de riqueza.

Já Pochmann (2012) destaca que as ocupações que vieram a resgatar os pobres dessa condição são justamente aqueles que se inseriram em ocupação de até 1,5 salário mínimo e que estão expostos em sua maioria a ocupações no setor de serviços, submetidos a atividades precárias.

Lima & Silva (2010) acrescentam, a partir das suas pesquisas, a informação de que os impactos do Bolsa Família nas famílias beneficiárias são muito limitados, considerando o atendimento as necessidades imediatas, o que acaba por não configurar mudanças mais profundas no padrão de vida destas famílias.

Como já foi dito, este contingente conforma a famosa nova classe média. Mas, na verdade, o que se observa é que estes são trabalhadores (empobrecidos, tomando por base o referencial de riqueza produzida na sociedade e o proporcional de riqueza que lhes cabe), e que a qualquer momento, seja por oscilações na economia ou pelo próprio movimento do exército industrial de reserva, podem ser incluídos da camada considerada pobre da sociedade (pelo recorte de renda). Estes são os pobres que consomem.

Portanto, pensamos que mesmo escapando a determinação de pobreza pelo corte de renda, ou seja, estando acima da linha dos pobres, o empobrecimento da classe trabalhadora tende a se reproduzir, por dentro da transferência de renda ou por fora dela, pelas camadas que estão muito próximas, principalmente pelos motivos esboçados por Harvey, sobretudo vinculadas a exponenciação da exploração de força de trabalho.

Mesmo com os aumentos sensíveis do salário, com a expansão dos programas de transferência de renda ou a queda dos desempregos, a sociedade brasileira sofre processos reiterados de empobrecimento. O que obviamente acaba por desvalorizar, sobretudo, o valor da força de trabalho envolvida na produção destes rendimentos e tem como expressão o salário. Nesse sentido, como afirma Fausto (1987), manter o valor dado do trabalho num momento de desvalorização é lutar por um enriquecimento absoluto.

Assim, acreditamos que, se de um lado houve uma diminuição sensível da pobreza absoluta, por outro, a pobreza relativa tem se reproduzido gradativamente. E mesmo assim, essa suposta superação é questionável. De certa forma, isto gera um ciclo de reprodução de pobreza, pois mesmo com a diminuição questionável da

sua face absoluta, a face relativa continua a se reproduzir concomitantemente. Ora, percebendo a pobreza do ponto de vista da riqueza, parece claro que a pobreza é um fenômeno inequívoco ao desenvolvimento do capital, exponenciada principalmente no momento mais recente desta ordem.

Portanto, entendemos que é impossível, sob a lógica da sociedade de classes, atribuir ao Programa Bolsa Família a árdua empreitada de superação da pobreza e da desigualdade social, pois estas funcionam como parte constitutiva deste modo de produção. As expressões da pobreza e da desigualdade social são inerentes à lógica da sociedade de classes, sendo, portanto, inelimináveis sob a ordem do capital. E o Bolsa Família, ainda que funcione no âmbito do repasse de renda, não chega sequer a apontar para a promoção ou ampliação dos níveis de equidade na sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar os impactos provocados pelo Programa Bolsa Família sobre a pobreza no Brasil, não podemos desconsiderar a sua importância na melhoria do nível de subsistência de milhares de famílias pobres no país. Por mais que o motivo do aumento da renda das famílias “resgatadas” da pobreza esteja associado ao trabalho, é inegável que, de fato, o baixo valor do benefício possibilitou o alívio imediato da fome, e de algumas necessidades pela via do consumo, ainda que muito limitado. A questão é que muitas vezes, o benefício representa a única renda das famílias beneficiárias, e desta forma os efeitos que o programa surte se colocam no âmbito das necessidades mais elementares, o que evidencia o seu caráter contraditório, pois ao passo que possibilita condições imediatas de sobrevivência, é incapaz de alterar as condições em que as famílias beneficiárias estão inseridas..

Contudo, considerando a função social do programa ligada a reprodução da força de trabalho no país, pode-se dizer que o Programa Bolsa Família constitui-se como uma ação minimalista em face da pobreza e da desigualdade social maximizadas, funcionando como um paliativo. Mesmo não desconsiderando os impactos do programa sobre a pobreza, observamos esta estratégia torna-se subsidiária em relação as seqüelas do desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro e o seu aprofundamento no pós-1970. Ainda que importante do ponto de vista da garantia do mínimo necessário a sobrevivência dos segmentos pauperizados da sociedade, este programa se inscreve no conjunto articulado de políticas sociais assistencialistas e focalizadas que historicamente tem marcado a Seguridade Social brasileira.

No andamento dessa análise recorreremos a delimitação da pobreza, enquanto fenômeno hipotecado as expressões da “questão social”, pela referência a sua antípoda, a riqueza. Obviamente, não é possível elucidar o que é pobreza se não possui um referencial de riqueza, e o inverso também é verdade. Desta forma, subentende-se que estes fenômenos, opostos entre si, nesta forma de sociabilidade, se colocam como uma unidade de contrários e a compreensão do que vem a ser cada um deles está diretamente associado a uma análise interligada de ambos os fenômenos, numa perspectiva dialética. Portanto, riqueza e pobreza, sob a lógica do

capital, conformam necessariamente uma contradição. Numa palavra: só é possível compreendê-los tendo em vista que a acumulação de capital corresponde, por outro lado, e em igual proporção, acumulação de miséria, tal qual está posta na Lei Geral da Acumulação Capitalista em Marx.

Obviamente, o capital opera a tentativa de obscurecer a realidade contraditória que está posta, justificando os pobres pelos próprios pobres, e nunca os correlacionando com o montante de riqueza produzido. Inclusive, prova disto é a própria forma de conceber a pobreza: ora naturalizando-a, como vontade de Deus ou resultado da preguiça associada ao não trabalho; ora reduzindo-a a ausência de capacidades do indivíduo, até mesmo pela via da sua culpabilização.

Por todas as considerações feitas, parece claro que programas desta natureza não funcionam apenas no nível das boas intenções, como pretendem demonstrar seus mentores, preocupando-se em acabar com a fome e a pobreza extrema. Mas percebemos que os seus objetivos reais voltam-se para a produção de consensos na tentativa de resolução dos conflitos inerentes à relação entre capital e trabalho, evidenciando uma tentativa de neutralização da classe trabalhadora na luta de classes, a fim de garantir a sua docilização. As conseqüências mais evidentes no âmbito sócio-político da existência deste programa é o seu funcionamento enquanto obstáculo na recomposição das classes e na organização dos trabalhadores, atuando através da despolitização e negação dos seus direitos. Esta afirmação se torna ainda mais pertinente nesta quadra histórica, quando emerge um capitalismo supostamente sério, humano. Sem dúvida, o bolsa família se inscreve como uma estratégia neodesenvolvimentista de legitimação do Estado brasileiro, e satisfaz a lógica do capital internacional, apontando para a reprodução da sociedade de classes.

Indiscutivelmente, este é um objeto que requer investigações mais profundas no sentido de captar o seu movimento em sua totalidade. Mas, por hora, de fato, parece evidente que mesmo com os impactos registrados pelo programa Bolsa Família sobre os níveis de pobreza absoluta, as configurações assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, as condições objetivas de dependência na qual os países periféricos estão inseridos, ou até mesmo a situação contemporânea de crise, nos permitem afirmar que não é possível deter a reprodução de pobreza no

país. Ainda, parece claro que os processos de empobrecimento, absoluto (ainda que em menor escala) e relativos continuam a se reproduzir.

A partir destas considerações podemos ousar afirmar que políticas dessa natureza não chegam a garantir um limite a reprodução pobreza, mas contribuem para este fim. Dados de pesquisas publicados no ano de 2013, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>46</sup>, colocam essa possibilidade. A ex-ministra de planejamento do Chile alega que a suposta nova classe média encontra-se em risco, pois 38% dos latino-americanos estão em uma situação vulnerável, ou seja, vivem com quatro a dez dólares por dia. Este fato se deve principalmente à má qualidade da educação, à falta de acesso a serviços de saúde e às condições de trabalho. Ou seja, em outros termos, fica claro que aqueles que conseguiram ascender a condição de classe média, por mais questionável que esta ascensão seja, correm o risco real de voltar a ser pobres.

Portanto, parece inequívoco que a trajetória descrita pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista chegou a sua fase mais recente combinando altos níveis de exploração do trabalho com a maximização das seqüelas da “questão social”, inclusive a pobreza. Sem dúvida, este é um movimento que conduz ao aprofundamento da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e as conseqüências disso recaem diretamente sobre a classe trabalhadora.

Pela própria lógica marxiana é a luta de classes é o que oferece um limite a exacerbação da exploração no modo de produção capitalista. Portanto, nesta quadra histórica mais do que nunca está posta a a gritante necessidade de um verdadeiro despertar desta classe, ora docilizada e passivizada sócio-politicamente. O combate a pobreza e a desigualdade entre classes está para além do modo de produção capitalista, e apenas um projeto societário verdadeiramente dotado de sentido poderá garantir um padrão igualitário de vida. Olhando para o sistema de contradições posto na lei geral da acumulação capitalista é possível concluir que na última fase do capital dos monopólios as contradições desta ordem ficam ainda mais candentes. Nesta situação, não resta outra alternativa a classe trabalhadora a não ser caminhar para o horizonte da sua emancipação no sentido de conformar uma outra forma de sociabilidade, ancorada na premissa de que a solidariedade social

---

<sup>46</sup> Informações disponíveis em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3744>. Acesso em agosto de 2014.

consiga substituir a lógica da exploração do trabalho em função da obtenção de lucro, uma sociedade na qual o trabalhador de fato seja livre, no sentido mesmo da palavra, garantindo a produção e reprodução de uma sociabilidade, de fato, humana.

## REFERÊNCIAS

ALVES, GIOVANNI. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

BANCO MUNDIAL. **A renda do trabalho é responsável pela redução da pobreza?**. Abril de 2013. Disponível em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2013/04/18/000158349\\_20130418083935/Rendered/PDF/wps6414.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2013/04/18/000158349_20130418083935/Rendered/PDF/wps6414.pdf). Acesso em fevereiro de 2014.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Política Social no capitalismo tardio: a crise do capital decifrada. In: **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 5ª Edição. Biblioteca Básica de Serviço Social, vol.2. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, João. Programa Bolsa Família: as críticas e os críticos. Jornal Online Passa Palavra. Dossiê sobre o Bolsa Família. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/04/21281>>. Acesso em Junho de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. et al (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Relatório da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão\\_Geral\\_Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão_Geral_Brasil)>. Acesso em março de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: mais de 70% dos beneficiários trabalham**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/bolsa-familia-mais-de-70-dos-beneficiarios-trabalham>. Acesso em janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Planejamento.** Impacto do reajuste do salário mínimo será de R\$ 29,2 bilhões em 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3252176/impacto-do-reajuste-do-salario-minimo-sera-de-r-292-bilhoes-em-2014#ixzz38zwSiHFu>>. Acesso em julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República.** Decreto nº 5.209. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>. Acesso em Julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República.** Lei 10.836. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm). Acesso em julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República.** Primeiro semestre de 2013 registra menor taxa de desemprego. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/primeiro-semester-de-2013-registra-menor-taxa-de-desemprego/>> Acesso em julho de 2014.

CARIBÉ, Daniel. O programa Bolsa Família e o Clientelismo. Jornal Online Passa Palavra. Dossiê sobre o Bolsa Família. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/04/21350>>. Acesso em Junho de 2014.

CASTELO, Rodrigo. **A teoria marxiana do pauperismo.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: <[www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v.../Rodrigo\\_Castelo\\_Branco.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../Rodrigo_Castelo_Branco.pdf)>. Acesso em julho de 2012.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza:** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e Força de Trabalho:** introdução à política social no Brasil. Tradução de Júlio Assis Simões. Coleção Primeiros vãos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COBO, Bárbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda:** contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em Junho de 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia & MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social; vol.5. São Paulo: Cortez, 2010.

DUSSEL, Enrique. A queda da taxa de lucro e a crise. In: **A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Schumann, B. A. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. As funções da política social no capitalismo. In: **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12ª Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático – burguês de transformação capitalista. In: **A revolução burguesa no Brasil: ensaio da interpretação sociológica**. 5ª Edição. São Paulo: Globo, 2005.

FGV. **Fundação Getúlio Vargas**. A desigualdade é menor em 25 anos. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI16668-15273-2,00-A+DESIGUALDADE+E+A+MENOR+EM+ANOS.html>. Acesso em julho de 2011.

GIOVANNI, Geraldo Di; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMES, Cláudia Maria Costa. **Programas de Transferência de Renda: impacto na desestruturação dos direitos do trabalho**. Projeto de Pesquisa. João Pessoa, 2010. 13 fl.

\_\_\_\_\_. **O neodesenvolvimentismo e as implicações para as políticas sociais**. In: IV Semana de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Palestra. Fortaleza, IFCE, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. Pobreza e política social. In: **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à econômica política. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRISOTTI, Márcia & GELINSKI, Carmem Rosário Ortiz G. **Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil**. Katalysis, Rio de Janeiro, jan/jun 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/16587>>. Acesso em julho de 2013.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24ª Edição. São Paulo: Loyola, 2013b.

HOBBSBAMM, Eric. J. **A Era das Revoluções**: 1879-1848. 25ª Edição rev. Trad. Maria Tereza Teixeira & Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**: do feudalismo ao século XXI. 22ª Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Capital fetiche, *questão social* e serviço social. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. O serviço social no processo de reprodução das relações sociais. In: **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico 2010. 72% dos brasileiros ganhavam até dois salários mínimos em 2010. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/19/ibge-72-dos-brasileiros-ganhavam-ate-2-salarios-minimos-em-2010.htm>. Acesso em fevereiro de 2013.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Taxa de informalidade manteve tendência de queda. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21552](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21552)

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVINAS, Lena. **Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no nordeste**. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Pobreza:%20m%C3%A9tricas%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20recente%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste%22>. Publicado em 2009. Acesso em dezembro de 2012.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANDEL, Ernest. O acabamento da teoria dos salários. In: **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MARANHÃO, César Henrique. **O novo ciclo ideológico do desenvolvimento: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil**. Tese de Doutorado. Recife, Universidade Federal da Pernambuco, 2009.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. 1875. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>>. Acesso em janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: SINGER, Paul (Org.). **Karl Marx**: economia. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manusritos Economicos-filosóficos**. 1ª Edição. 3ª Reimpressão. Coleção a obra-prima de cada autor. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate a pobreza e desenvolvimento humano**: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. Pobreza, Seguridade e Assistência Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.).

**Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NERI, Marcelo. **A nova classe média:** o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM\\_Pesquisa\\_FORMATADA.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf). Acesso em 08/2014.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente:** contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social.** Revista Em Pauta, nº 19, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da barbárie.** In: III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, 2010. Disponível em: [http://pcb.org.br/porta/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie](http://pcb.org.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=102:civilizacao-ou-barbarie). Acesso em junho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011b.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. Apêndice a terceira edição. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011c.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 4ª Edição. Biblioteca básica de Serviço Social; vol. 1. São Paulo: Cortez, 2008.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho.** Mercado de Trabalho nos países em desenvolvimento tem evolução positiva. 2013. Dados disponíveis em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/06/oit-mercado-de-trabalho-nos-paises-em-desenvolvimento-tem-evolucao>

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **Superpopulação relativa e “nova questão social”**: um convite às categorias marxianas. Revista Katálysis, vol.13, nº 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/15.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_\_. Diálogo na grande tradição. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado – nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

\_\_\_\_\_. Por quê política? Fórum da sociedade civil na Unctad. 2004. Disponível em: <[https://www.ibase.br/userimages/francisco\\_de\\_oliveira\\_port.pdf](https://www.ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf)>. Acesso em junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010b.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”**: raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª Edição. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento**. América Latina aborda as novas demandas sociais para além da redução da pobreza. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3744>. Acesso em agosto de 2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 17ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1974.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª Edição. 11ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ROSDOLSKY, Roman. Sobre a crítica à teoria marxiana do salário. In: **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SALAMA, Pierre. **Pobreza**: uma luz no fim do túnel? 2008. Disponível em: [http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza\\_luz\\_no\\_fim\\_do\\_tunel@br.pdf](http://pierre.salama.pagesperso-orange.fr/art/pobreza_luz_no_fim_do_tunel@br.pdf). Publicado em 2010. Acesso em janeiro de 2013.

SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. Trad. Catherine M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social; vol.6. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Ozanira Silva e & LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Reconciliação entre Assistência Social e trabalho: o impacto do Bolsa Família. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. In: **Revista Ser Social**. Nº 18. Brasília: Ser Social, 2006.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. 1995. Disponível em: [http://discovirtual.uol.com.br/disco\\_virtual/acopyara/LivrosArtigos](http://discovirtual.uol.com.br/disco_virtual/acopyara/LivrosArtigos). Acesso em: Agosto de 2013.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: precariedade das condições de vida. In: RAMALHO, José Ricardo; MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza (Orgs.). **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.